

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – *CAMPUS DE ASSIS*

JULIANA SILVA GARCIA

FORJADAS PARA O SILÊNCIO:

A produção social de sofrimento psíquico entre pesquisadoras em formação

ASSIS

2025

JULIANA SILVA GARCIA

FORJADAS PARA O SILÊNCIO:

A produção social de sofrimento psíquico entre pesquisadoras em formação

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de doutora em Psicologia (Área de concentração: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

ASSIS

2025

G216f Garcia, Juliana Silva
Forjadas para o silêncio : A produção social de sofrimento psíquico
entre pesquisadoras em formação / Juliana Silva Garcia. -- Assis, 2025
122 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Leonardo Lemos de Souza

1. Mulheres. 2. Ciência. 3. Subjetividades. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE JULIANA SILVA GARCIA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2024, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de JULIANA SILVA GARCIA, intitulada **FORJADAS PARA O SILÊNCIO: A produção social de sofrimento psíquico entre pesquisadoras em formação**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP/Ibilce/São José do Rio Preto/FCL - Assis, Profa. Dra. ANACELY GUIMARÃES COSTA (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Londrina (UEL), Profa. Dra. DANIELLY CHRISTINA DE SOUZA MEZZARI (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Profa. Dra. TALITA MACHADO VIEIRA (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Maringá (UEM). Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA



Documento assinado digitalmente
LEONARDO LEMOS DE SOUZA
Data: 22/11/2024 21:27:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade que protege os meus passos e ilumina os meus pensamentos.

Ao Ilê Axé Obá e Sultão das Matas.

À minha avó Maria de Lurdes, que, além de ser a minha pessoa favorita no mundo, é a maior e mais importante referência de amor, carinho e cuidado que eu tenho.

Ao meu amigo Felipe, que esteve comigo durante todo o percurso, antes mesmo do vestibular. Como um irmão mais velho, ele me acolhe, me aconselha e me acompanha em toda e qualquer aventura, por mais quixotesca que seja ou que pareça ser.

Aos meus irmãos Jhony e Jeniffer, por trazerem alegria, amor e leveza aos meus dias.

Ao meu primo Jânio (*in memoriam*), o corintiano, maloqueiro e sofredor que me deixou como herança uma constelação de afetos.

Às/aos minhas/meus amigas/os, que formam a rede que apoia o meu ser e o meu sonho. Cada qual com a sua singularidade cooperou para a minha chegada até aqui.

Às mestrandas e doutorandas que, direta ou indiretamente, viabilizaram a realização deste trabalho, especialmente àquelas que se dispuseram a compartilhar comigo parte de suas vivências.

Ao meu orientador Leonardo, o Léo, por toda a paciência, sensibilidade e parceria.

Às professoras Cely e Flávia, mulheres poéticas e afetuosas, que compuseram as bancas de qualificação e de defesa, colaborando enormemente para a conclusão do meu trabalho.

Às doutoras Dani e Talita, que além de pesquisadoras incríveis, são amigas com quem pude dividir o meu percurso na pós-graduação e o momento da defesa.

Aos meus pais, particularmente ao meu pai que, para além dos números romanos, dos nomes e da ordem dos planetas do sistema solar, me ensinou a sonhar com outras possibilidades de existência.

Às/aos funcionárias/os da Unesp de Assis, por toda a gentileza e por tornarem a minha experiência acadêmica mais agradável.

Às intelectuais, artistas, costureiras, ativistas, físicas, filósofas, poetisas, psicólogas, engenheiras, cozinheiras, professoras, jardineiras, enfermeiras, biólogas, faxineiras... Mulheres trabalhadoras no geral que, de algum modo, me inspiram a ter a coragem e a esperança de apostar na educação como recurso curativo e criador.

À Maré, que, exercendo brilhantemente sua função ancestral de deusa gata feminista, foi a minha guardiã e a minha melhor amiga durante 11 anos. Enviada por Iemanjá para amenizar a minha solidão, me formou, me mestrou e me doutorou. A sua partida dói em cada parte do meu ser, e a saudade é maior do que o mar. Ainda bem que o amor é soberano e, subvertendo a racionalidade científica e as suas certezas, vence a morte, a dor e a tristeza.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ceguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Ceguei à teoria desesperada, querendo compreender – aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim.

(bell hooks, 2017, p. 83)

RESUMO

A presente investigação se guiou a partir da proposta de identificação e problematização dos processos de subjetivação e produção social de sofrimento psíquico entre mulheres vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas brasileiras. Para viabilizar esta incursão, elegeu dois instrumentos metodológicos distintos e complementares. No primeiro momento, foi aplicado um questionário *online*, composto por 79 itens que se dividiam nas seguintes seções: dados pessoais, informações acadêmicas e, com todas as limitações impostas pela ferramenta, aspectos subjetivos. Ao total, foram reunidas 156 respostas de mestrandas e doutorandas. Na segunda etapa do percurso, com o auxílio da técnica História de Vida, seis pós-graduandas, de diferentes áreas do conhecimento e universidades, concederam entrevistas. A coleta remota de informações possibilitou certa diversidade cultural e regional, valorizando a multiplicidade existente no grupo. As epistemologias feministas forneceram a fundamentação teórica necessária. Dentre as autoras citadas na bibliografia de base, se destacam bell hooks (2017), Heleieth Saffioti (2013, 2015), Lélia González (1984, 2016, 2020) e Silvia Federici (2017, 2019, 2021, 2022, 2023). A amostra foi composta, majoritariamente, por mulheres cisgênero, brancas, jovens, heterossexuais, solteiras, sem filhas/os, sudestinas, doutorandas e bolsistas de órgãos federais de fomento à pesquisa. A precarização das universidades públicas e, conseqüentemente, dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, assim como as múltiplas formas de violência, simbólicas e concretas, se fizeram notar tanto com os questionários quanto com as entrevistas. O baixo retorno financeiro, as altas exigências por produtividade e o assédio moral, em seus variados contornos, foram diretamente relacionados à experimentação de sofrimento psicológico, com a predominância de sintomas ansiosos.

Palavras-chave: mulheres; ciência; sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This research is guided by the proposal of identifying the process of subjectivation and social production of psychological distress among women enrolled in *stricto sensu* graduate programs at Brazilian public universities. To make it, two distinct and complementary methodological instruments were used. At the first stage, an online questionnaire was applied, consisting of 79 items, which were divided into the following sections: personal data, academic information and subjective aspects. In total, 156 responses were collected from master's and doctoral students. At the second stage, using the Life History technique, six graduate students from different areas of knowledge and universities were interviewed. The remote data collection enabled cultural and regional diversity, valuing the multiplicity within the group. Feminist epistemologies provided the necessary theoretical foundation. Among the authors cited, the following stand out: bell hooks (2017), Heleieth Saffioti (2013, 2015), Lélia González (1984, 2016, 2020) and Silvia Federici (2017, 2019, 2021, 2022, 2023). The sample was composed mainly of cisgender, white, young, heterosexual, single women, without children, from the Southeast, doctoral students and scholarship holders from federal research funding agencies. The precariousness of public universities and, consequently, of *stricto sensu* postgraduate programs, as well as the multiple forms of symbolic and concrete violence, have been perceived both in the questionnaires and in the interviews. Low financial return, high demands for productivity and moral harassment were directly related to the experience of psychological distress, associated with the predominance of anxiety symptoms.

Keywords: women; science; psychological distress.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Presença das mulheres na ciência brasileira.....	32
--------------------	--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO – UMA PESQUISA(DORA) EM CONSTRUÇÃO.....	13
1.1	O INÍCIO.....	14
1.2	PESQUISA: A POSSIBILIDADE DE DIZER E O DESEJO DE OUVIR.....	16
2	FORJADAS PARA O SILÊNCIO.....	19
2.1	PATRIARCADO: O CERNE DA OPRESSÃO FEMININA NO BRASIL.....	20
2.2	O PENSAMENTO RACISTA E O RACISMO EPISTÊMICO.....	23
2.3	INTELECTUAIS NÃO BRANCAS E A SUA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL.....	25
2.4	CAPITALISMO: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO.....	25
3	VOZES FEMININAS.....	28
3.1	O ENSINO SUPERIOR E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL.....	33
3.2	EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS.....	34
3.3	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	37
3.4	INCURSÃO FEMININA NO TRABALHO CIENTÍFICO.....	39
4	SUBJETIVIDADES.....	42
4.1	SOFRIMENTO MENTAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADE..	43
4.2	BIOPODER E NECROPOLÍTICA: O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DE SOFRIMENTO MENTAL.....	45
5	CAMINHOS – METODOLOGIA E ÉTICA DE PESQUISA.....	47
5.1	PESQUISA DE CAMPO.....	47
5.2	CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES.....	48
5.3	ENTREVISTAS.....	60
5.4	OS ENCONTROS.....	61
5.5	COM LICENÇA POÉTICA: A PESQUISADORA.....	62
5.5.1	Virgínia.....	64
5.5.2	Maria Beatriz.....	66
5.5.3	Nise.....	69
5.5.4	Matilde.....	72
5.5.5	Lélia.....	75
5.5.6	Elza.....	78

6	AS	PEDRAS	DO	
	CAMINHO.....			81
6.1	CIÊNCIA, GÊNERO E MATERNIDADE: TENSIONAMENTOS ENTRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E O TRABALHO REPRODUTIVO.....			82
6.2	MATERNIDADE E O CONTROLE DO FEMININO: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS.....			83
6.3	MATERNIDADE, TRABALHO E OUTROS ATRAVESSAMENTOS.....			85
6.4	A MATERNIDADE E AS TRABALHADORAS DA CIÊNCIA.....			87
6.5	PESQUISADORAS E MÃES – INFORMAÇÕES DE UMA INCURSÃO.....			88
6.6	RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS, VIOLÊNCIAS E A PRODUÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE PESQUISADORAS EM FORMAÇÃO....			90
6.7	O QUE É VIOLÊNCIA.....			92
6.8	VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....			93
6.9	VIOLÊNCIA, DESIGUALDADES SOCIAIS E OS PREJUÍZOS EM SAÚDE MENTAL.....			94
6.10	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.....			95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....			97
	REFERÊNCIAS.....			101
	ANEXO – QUESTIONÁRIO: PRIMEIRA ETAPA DA COLETA DE INFORMAÇÕES.....			110

1 INTRODUÇÃO – UMA PESQUISA(DORA) EM CONSTRUÇÃO

Elaborar este texto é para mim um enorme desafio, considerando que luto constantemente para (re)alinhar e (re)conciliar os meus interesses acadêmicos e científicos com os afetos que me atravessam como pesquisadora em formação e, principalmente, como mulher no mundo. Os processos que compuseram a minha trajetória até aqui mesclam inúmeras ambivalências e temo não ter a aptidão necessária para traduzir em palavras as inquietações que me fizeram apostar nesta ideia.

Certa vez, uma pessoa me disse: “as mulheres são subjetivadas pela violência”. A frase ressoa em mim até hoje, porque, infelizmente, a realidade não me permite discordar. A violência, em suas múltiplas expressões, tenta nos roubar os sonhos, além de bloquear as vias para as suas realizações. Creio, porém, que uma possibilidade de ruptura com esse ciclo opressivo seja, justamente, falar sobre as nossas experiências, coletivizar os nossos medos e reconhecer as nossas coragens. Corajosa que sou, decidi me incluir na investigação. Não somente na condição de pesquisadora, mas também como mulher e sujeita do meu desejo, porque há muito o que ser dito.

Audre Lorde (2019) é inspiradora ao destacar a importância da transformação do silêncio em linguagem e ação. A pesquisa é a minha linguagem e o artifício que encontrei para dizer o que penso, sinto e desejo. Haja vista que acredito na ciência como uma ferramenta de transformação social, junto das várias mulheres que me acompanharam nesta trajetória, tomei coragem para defender o direito de construir um mundo menos desigual para todas nós. Espero que acolham a tese como um protesto e peço, gentilmente, que escutem a minha voz e as vozes de outras tantas mulheres que, assim como eu, desejam ser ouvidas.

Gayatri Spivak (2010) constatou que a condição de subalternidade impõe o silêncio, de modo que ousar afirmar que fomos historicamente destituídas de voz. Isso se dá a ver, especialmente, nos espaços de saber-poder, incluindo a ciência, as artes e a filosofia, onde os nomes que gozam de prestígio e reconhecimento são, predominantemente, masculinos e do norte global. Se, com a intenção de averiguar esta afirmação, pedirmos para pessoas desavisadas mencionarem intelectuais e artistas renomadas/os, é bem provável que os homens, em sua maioria europeus ou norte-americanos, sejam lembrados com mais frequência. Penso que é nosso dever alterar tal cenário. Não só por nós mesmas, mas também pelas mulheres que nos antecederam e que possibilitaram que ocupássemos certos espaços e por todas aquelas que nos sucederão.

Nesta investigação, são priorizadas questões referentes às mulheres na ciência e, sobretudo, às particularidades que compõem as vivências de mestrandas e doutorandas vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas brasileiras. Em linhas gerais, a principal proposta é pensar possíveis relações entre o trabalho intelectual e a produção social de saúde/sofrimento psíquico entre pesquisadoras em formação. Considerando os posicionamentos éticos, estéticos e políticos da pesquisa, trataremos com o devido cuidado, atenção e responsabilidade os atravessamentos étnico-raciais, de classe social, de orientações sexuais, dentre outros, que compõem os processos de subjetivação.

1.1 O INÍCIO

Antes de discorrer sobre a minha trajetória acadêmica, com o intuito de destacar a pós-graduação e os meus interesses investigativos, julgo como imprescindível uma breve contextualização, porque esta pesquisa é apenas uma pequena parte de toda uma história em construção.

Cresci em uma cidade interiorana e estudei quase durante toda a minha vida em escolas municipais e estaduais. A precarização à qual estive exposta atuou como um dificultador para a minha incursão no ensino superior, algo que eu desejava desde a infância. O vestibular se mostrou um enorme desafio para mim, visto que não fui preparada para ocupar espaços de poder. Mesmo agora, momento no qual me encaminho para a finalização de mais uma etapa, não me sinto pertencente, e talvez a minha insegurança venha do fato de que a possibilidade de obter o título de doutora nunca me havia sido apresentada. Fui a primeira da minha família a me graduar e, antes de iniciar o percurso que me trouxe até aqui, não conhecia uma única pessoa com título de mestra/e ou doutor/a. Na verdade, eu nem sabia exatamente o que isso significava.

Inspirada pela generosidade e amorosidade de bell hooks (2017), decidi compartilhar um acontecimento que ilustra parcial e minimamente as minhas vivências em estabelecimentos educacionais. A cena em questão precede em mais de uma década os meus anos universitários, mas certamente exerce influência sobre mim até hoje e tangencia, em alguma medida, esta pesquisa.

A situação se deu quando eu estava com seis anos de idade e ainda frequentava o ensino infantil. O ano era 1998, e eu estudava em uma escola pequena, com poucas salas de aula e, de modo geral, desprovida de recursos. Por se tratar de um bairro periférico, assim como eu, as crianças que ali estudavam pertenciam a famílias pobres, e esse era um dos motivos, talvez um dos principais, pelo qual nos eram atribuídos diversos estereótipos, entre os quais

destaco os relacionados a sujeira e a doenças. Éramos tratados como pequenos insetos, de forma bastante semelhante aos parasitas que povoavam as nossas cabecinhas. Refiro-me aos surtos de piolhos, em que as professoras se prestavam a ingrata tarefa de inspeção e, posteriormente, de censura às mães que permitiam a proliferação da praga.

Por ser uma situação para além do controle escolar, certa vez foi decidido, sabe-se lá como e por quem, que as crianças piolhentas ficariam afastadas das atividades escolares por dois ou três dias. Honestamente, eu não sei se a medida foi proposta com a intenção de dar às mães mais tempo para livrar as nossas cabeças dos indesejáveis visitantes ou como punição, para que assim se sentissem envergonhadas e impelidas a tomar as devidas providências.

O fato é que eu também havia sido suspensa, porque durante essa época os piolhos habitaram a minha cabeça. Antes do período de suspensão, a professora enviou um comunicado aos meus responsáveis para que tomassem ciência do problema e, conseqüentemente, de seus desdobramentos disciplinares. A minha mãe se mostrou indisposta a acatar qualquer determinação escolar e nem sequer se deu o trabalho de conversar com a professora sobre o assunto. O meu pai, provavelmente, não tomou conhecimento da situação, já que questões referentes aos cuidados dedicados aos meus irmãos e a mim não eram de sua alçada. No dia em que se iniciaria o tal afastamento, não houve nenhuma alteração na minha rotina matinal. Quem me levava até a escola era o meu pai, que após me deixar no portão, caminhava até o ponto de ônibus mais próximo. Isso significa que, com apenas seis anos de idade, tive que enfrentar sozinha as conseqüências de um ato de insubmissão que nem sabia que estava cometendo.

Quando me viu, a professora perguntou em alto e bom som, provavelmente gritando, e em tom de reprovação “O que você está fazendo aqui?”. Obviamente, eu não soube o que responder e não lembro dos acontecimentos que se sucederam. Não me recordo se outras crianças piolhentas descumpriram as imposições da escola, se a minha mãe foi formalmente convocada para uma reunião, como se deu o meu cotidiano a partir do acontecimento e/ou se me ausentei nos dias seguintes. Não me esqueço, no entanto, do nome, da aparência e da voz da professora, tampouco dos meus cabelos presos, da minha franjinha torta e do moletom com estampa de personagem de desenho animado que vestia. Lembro-me, sobretudo, da sensação que tive diante dos muitos olhares que se voltaram para mim. Eu não sabia o que estava fazendo ali, e o meu maior desejo naquele instante era estar em qualquer outro lugar.

Com seis anos de idade, ainda não conseguia nomear a maioria dos meus sentimentos, mas me lembro de como me senti, e agora sei que era algo como vergonha e constrangimento. Eu não dispunha de recursos subjetivos para lidar com a situação e me defender, afinal era uma criança sendo maltratada em um espaço que deveria ser de

aprendizagem e acolhimento. Acho que isso torna tudo mais violento. Eu não sabia, de fato, o que estava fazendo ali. Eu não sabia nem mesmo que estava desobedecendo à escola porque nenhum dos adultos ao meu entorno conversou comigo sobre a situação. Eu estava ciente dos piolhos, mas ignorava a dimensão do problema que eles poderiam me causar.

Ter piolhos era entendido como sinônimo de sujeira e, conseqüentemente, de pobreza e de doenças, porque um sem-número de pessoas reforçava, e ainda reforça, o estereótipo de que ser pobre é, necessariamente, ser sujo e doente. Cresci sob a ideia de que crianças ricas eram mais limpas do que eu e do que os meus iguais, por isso elas não tinham piolhos, sujeiras e/ou doenças e podiam frequentar todos os espaços que quisessem, sem enfrentar censuras, gritos ou olhares de reprovação. Para que me tolerassem minimamente, eu me mostrava estudiosa e obediente, e, assim, passei o restante da minha infância. As pessoas diziam que eu era tímida e introvertida, mas a verdade é que se tratava de opressão e silenciamento. Sentia-me inadequada, por isso não queria ser vista por ninguém.

Com o tempo e com o auxílio de produtos farmacêuticos, os piolhos se foram e, então, a minha cabeça se povoou de ideias que, em vez de me parasitarem, me convidaram a sonhar com outras maneiras de habitar o mundo – possibilidades para que a minha existência não fosse apagada ou invisibilizada. Para resumir a história, com esforço e, principalmente, com a ajuda de diversas pessoas, superei o filtro social do vestibular, e no ano de 2012, fui aprovada no curso de Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp em Assis. Em 2017, iniciei o meu mestrado e, no final de 2019, passei no processo seletivo do doutorado, etapa que desejo concluir com a entrega e a defesa deste trabalho.

Apesar de todo o enfrentamento e das conquistas, vez ou outra o sentimento de não pertencimento daquela criança de seis anos me visita, sobretudo quando me deparo com pessoas que, indireta e/ou silenciosamente, me perguntam o que estou fazendo em determinados ambientes. Ainda não sei o que responder, pois talvez não me sinta autorizada a transitar livremente e a falar bem alto, afinal os piolhos foram embora, mas não me esqueço de onde eu vim e quem eu sou.

1.2 A PESQUISA COMO POSSIBILIDADE DE DIZER E O DESEJO DE OUVIR

bell hooks (2017) conta que quando chegou a teoria estava machucada, e este é um ponto importante para a minha identificação. Ocupar o espaço da universidade nunca foi uma tarefa fácil, apesar da minha concepção da educação como um direito de todas/os e uma ferramenta de transformação social. A decisão pela pesquisa e, conseqüentemente, pela pós-

graduação *stricto sensu* remete aos meus machucados, mas também à possibilidade de criação de outras formas de cuidado e, sendo um tanto quanto otimista, de cura. Suponho que, assim como bell hooks e eu, outras mulheres buscam na produção, maturação e propagação de ideias um alívio para as suas dores. Nem sempre isso é possível, haja vista as contradições que permeiam os espaços, mas seguimos na construção de pontes e caminhos.

Durante os percursos investigativos de iniciação científica e de mestrado, foquei temáticas referentes a afroreligiosidades, gênero e subjetividades, destacando os papéis femininos de poder. Para além das teorias, o Candomblé é, ao menos aos meus olhos, um ritual de beleza e dignidade humana em que as mulheres são, ainda que por breves instantes, celebradas e amadas como as deusas que cultuam. Em contrapartida, foi se tornando cada vez mais evidente o desprestígio do feminino em outros contextos, sobretudo naqueles que envolvem reconhecimento e poder.

Há algum tempo me dedico a problematizar experiências de mulheres inseridas no ensino superior – mais especificamente nos programas de pós-graduação *stricto sensu* – de universidades públicas brasileiras. O meu principal propósito é discutir os possíveis impactos do trabalho intelectual sobre os processos de subjetivação de mestrandas e doutorandas. O sofrimento psicológico entre pós-graduandas/os é um fenômeno crescente e recorrente, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, como descrevem Costa e Nebel (2018) e Evans *et al* (2018). Na época da publicação do primeiro artigo mencionado, ideias conservadoras já estavam em ascensão no Brasil. A Covid-19 desencadeou uma emergência sanitária com graves consequências sociais que, somada à crise política, reverberou nas condições de trabalho, na saúde psíquica e na qualidade de vida das/os pesquisadoras/es em formação e de toda a população. Diante da conjuntura apresentada, as universidades públicas, e aqui destacamos os programas de pós-graduação *stricto sensu*, estavam sob constante ameaça, visto que, além de boicotes e difamação, enfrentamos significativos cortes de verbas que inviabilizavam ou, na melhor das hipóteses, limitavam a manutenção dos espaços e de suas atividades.

Considerando a complexidade da questão e os seus múltiplos atravessamentos, nesta investigação são analisadas as interfaces entre gênero, ciência e subjetividades, realçando aspectos relacionados aos sofrimentos psicológicos vivenciados por pesquisadoras de níveis de mestrado e doutorado. O interesse em discutir os desdobramentos subjetivos das relações de poder perpetradas no ambiente universitário, com destaque para as assimetrias de gênero, se deve, em grande medida, ao fato de que no Brasil as pesquisas científicas são realizadas, majoritariamente, nas universidades públicas, como descreve Durham (1998). No que tange ao marcador de gênero especificamente, justificamos com o fato de que, conforme aponta Leta

(2003), nós, mulheres, somos maioria no ensino superior, mas isso não nos garante equidade nem no acesso nem na permanência.

Adotamos, então, o pressuposto de que a ideologia neoliberal que promove o sucateamento da educação e o projeto de desmonte das universidades públicas brasileiras está intimamente relacionada com a produção de violências e injustiças que comumente afetam com maior severidade os grupos historicamente oprimidos. Conforme descrito anteriormente, somos majoritárias no ensino superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, mas o aparente êxito quantitativo não se traduz em qualidade. Isso porque, apesar de se mostrarem promissores, os números escondem disparidades, como a notória concentração feminina em áreas específicas, das quais se destacam os cursos de Saúde e de Educação. Nos campos das Ciências Exatas e das Engenharias, a situação é oposta, visto que estamos sub-representadas. Nós também somos minoria nos cargos de chefia, por exemplo, assim como em outras posições de poder, além de acentuadas dificuldades na ascensão profissional e na obtenção de financiamento para as nossas pesquisas, conforme destacam Velho e León (1998).

Como consequência da produção de saber e das disputas de poder, a academia é cenário para uma ampla gama de violências socialmente legitimadas, sejam concretas e/ou simbólicas, sejam epistêmicas, sejam micro ou macroestruturais. Em outras palavras, tanto em seus discursos quanto em suas práticas, ela opera sob uma lógica elitista e excludente. Isso quer dizer que, em prol da manutenção do que está instituído, a academia silencia e invisibiliza populações marginalizadas, o que, em nosso entendimento, tende a produzir diferentes níveis de sofrimento psíquico.

2 FORJADAS PARA O SILÊNCIO¹

Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?

(Audre Lorde, 2019, p. 50 -51)

Enquanto eu lia o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 27 de março de 2023, me deparei com uma matéria sobre o processo de modificação do nome de uma das salas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), também conhecida como Faculdade de Direito do Largo São Francisco – Sanfran para os íntimos. Em linhas gerais, o que os movimentos negro e feminista reivindicavam era a retirada do nome de Amâncio de Carvalho, médico eugenista, de uma das salas do prédio. No início do século XX, o docente embalsamou o corpo de Jacinta Maria de Santana, mulher preta e pobre, que não possuía recursos financeiros nem amparo social e que havia falecido pelas ruas do centro da cidade de São Paulo. O seu corpo foi utilizado por cerca de três décadas em aulas demonstrativas e em trotes universitários, realizados por discentes da instituição. Já em tempos recentes, ante os fatos apresentados, foram alegados maus-tratos e desrespeito com o corpo e, principalmente, com a história e a memória de Jacinta. Cabe pontuar que tais informações só vieram a público devido aos estudos da historiadora Suzane Jardim.

Diante da polêmica, em 2019 o então diretor da faculdade, Floriano de Azevedo Marques Neto, em nota, fez um pronunciamento, demarcando questões como o racismo estrutural e o elitismo que, infelizmente, estão cristalizados no ambiente acadêmico. Ele destacou a importância do reconhecimento das violências cometidas contra Jacinta e a necessidade de reparação histórica e de inclusão de pessoas negras nos ambientes de poder. O jurista pontuou ainda as transformações promovidas pela política de cotas raciais na USP, visto que, em alguma medida, isso viabilizou a inserção de um maior número de pessoas pretas, pardas e indígenas nesse espaço historicamente branco. Apesar do posicionamento da faculdade, somente em 2023, não sem certa resistência, ocorreu a renomeação da sala, que passou a homenagear Jacinta.

Esse caso ilustra a ideia que aqui pretendemos transmitir quando afirmamos que o ambiente acadêmico reproduz as lógicas opressivas fundantes da sociedade brasileira, em que se sobressaem o racismo, o machismo e os abismos socioeconômicos existentes entre homens

¹ Tomei emprestada a expressão utilizada por Maria Beatriz, uma das pós-graduandas que me concedeu entrevista.

brancos e mulheres pretas. É evidente que mulheres pretas e pobres, que ainda hoje formam a base da pirâmide social nacional, como descrevem Santana e Almeida (2017), até pouco tempo atrás só conseguiam estar nos mesmos espaços de conhecimento que homens brancos e privilegiados, integrantes da chamada “elite intelectual brasileira”, na condição de seus objetos de estudos ou em outras posições de subalternidade. A partir disso, pressupomos que a universidade, como instituição de poder, reencena o que Lélia González (2019) nomeou como “neurose cultural brasileira”.

Emprestada das teorias psicanalíticas, a ideia de “neurose” diz respeito ao conflito subjetivo decorrente do recalçamento (Pontalis; Laplanche, 2001). O conteúdo recalçado, todavia, retorna em forma de sintoma. O sintoma manifestado é o racismo estrutural, visível nas desigualdades sociais entre os diferentes grupos étnico-raciais, mas que é negado veementemente por quem delas se beneficiam, no caso a branquitude. A noção de neurose cultural brasileira pode ser entendida também como uma crítica ao mito de democracia racial, proposto originalmente por Gilberto Freyre em seu livro *Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, publicado em 1933. Tal mito foi amplamente disseminado a partir da década de 1930, mas os seus reflexos se dão a ver até os dias atuais. De acordo com Lélia González (1984), ele surgiu com a intenção de recalcar as tensões étnico-raciais que atravessam a história e, conseqüentemente, a subjetividade do povo brasileiro, de maneira a negar o racismo prevalente, na tentativa de ocultar as histórias e as memórias das pessoas não brancas que construíram o país.

2.1 PATRIARCADO: O CERNE DA OPRESSÃO FEMININA NO BRASIL

Lançamos mão do conceito de “patriarcado”, tal como é trabalhado nas obras de Heleieth Saffioti (2013) e Silvia Federici (2019). A escolha das autoras acompanha a proposta de afirmação da complexidade do debate, atentando-nos também para a sua atualidade. Saffioti foi uma importante socióloga brasileira, pioneira nos estudos de gênero e sexualidade entre intelectuais marxistas, analisando as particularidades sociais e econômicas do país. Federici, por sua vez, é uma pensadora ítalo-americana, que se dedica especialmente às temáticas de divisão sexual do trabalho. Ela produziu obras como *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (2021), dentre outras. Hirata (2018) aponta como uma das teóricas responsáveis por politizar a questão do trabalho feminino. Em outras palavras, isso significa que, além de tratar de aspectos

econômicos, Federici (2017, 2019, 2021) denuncia os interesses políticos que determinam a dinâmica social da divisão sexual do trabalho.

Utilizamos também a noção de “relações de gênero”, partindo das proposições de Joan Scott (2019) e Judith Butler (2018) nos momentos em que se fez pertinente, posto que é indispensável para a construção do pensamento feminista contemporâneo. Vale destacar que, em linhas gerais, o conceito tem a intenção de visibilizar a dimensão relacional existente entre pessoas de diferentes gêneros. Entretanto, não se pode perder de vista que ele traz consigo o risco de ser pouco contundente para determinados contextos, por não ter como fundante a crítica à assimetria de poder existente entre homens e mulheres na qual os homens, sobretudo os cisgêneros, brancos e pertencentes às classes dominantes, são costumeiramente privilegiados. Reconhecemos a existência e a relevância de outras variáveis que extrapolam o binarismo sexual e que, por consequência, interferem diretamente nas dinâmicas de poder. Mas, a nossa pretensão é contestar os lugares de subalternidade que historicamente foram impostos às mulheres, especialmente no que diz respeito a produção e propagação de conhecimentos socialmente valorizados.

Saffioti (2013) defende a ideia de que, no Brasil, o tripé ideológico responsável por oprimir as mulheres é constituído por patriarcado, racismo e capitalismo, atravessamentos que serão discutidos no desenvolvimento deste trabalho. Em consonância a isso, mencionamos Lélia González (2020), intelectual comprometida com a discussão da formação sociocultural brasileira, que também considera que o debate desses três sistemas de dominação/submissão é fundamental para se pensarem as particularidades do país. O trecho a seguir compartilha informações que nos ajudam a enriquecer as problematizações aqui levantadas, destacando as intersecções entre as três lógicas opressivas mencionadas.

Destacamos que tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturantes e estão interseccionalizados com a organização econômica, logo, não podem estar descolados da classe social. Saffioti (1976, p. 30) sinaliza que nas primeiras relações de produção já existiam seleções de cunho racial e de gênero. Portanto, afirmamos que não é possível tratar sobre as relações étnico-raciais sem abordar gênero e classe, inclusive porque os fenômenos nos mostram essa intersecção através dos dados: conforme consta no Atlas da Violência de 2018 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018), a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto as não negras houve queda de 8%. Além disso, em vinte estados identificou-se que a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu no período entre 2006 e 2016, sendo que em doze deles o aumento foi maior do que 50% (Passos, 2018, p. 12).

É importante não perder de vista que não há uma unidade teórica sobre os usos da ideia de patriarcado, posto que, em sua gênese, ela era utilizada para descrever a assimetria de poder entre mulheres e homens nas sociedades pré-capitalistas, conforme lemos em Morgante

e Nader (2014). A partir dos anos 1970, com a chamada segunda onda do movimento feminista, houve uma revisão conceitual, por assim dizer, e algumas estudiosas passaram a defender que, apesar de transformações sociais, políticas e econômicas resultantes da época, a opressão dos homens sobre as mulheres permaneceu. Isso se dá a ver, por exemplo, no controle dos corpos femininos, sobretudo no que tange aos direitos reprodutivos e sexuais, além das questões de divisão sexual do trabalho e a feminização da pobreza, que discutiremos no desenvolvimento do trabalho. Em suma, a ideia de patriarcado pode ser descrita como a dominação masculina ou, em outras palavras, a opressão que os homens exercem sobre as mulheres, como pontua Hirata (2018). No Brasil especificamente, o sistema patriarcal traz consigo heranças coloniais e escravocratas, por isso seria inviável e, principalmente, irresponsável abordar o conceito sem articulá-lo com questões étnico-raciais e de classe social.

Saffioti (2015) destaca que o conceito de patriarcado transcende o uso atrelado a organização familiar, como ocorreu até os anos 1970, adquirindo aspectos macroestruturais e passando a ser aplicado como uma lógica de manutenção de poder dos homens sobre as mulheres, em nível de sociedade. É pertinente compartilhar os pontos elencados pela autora:

- 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja vista o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal estupro no interior do casamento nos códigos penais. [...]
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – tem uma base material;
- 5 – corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (Saffioti, 2015, p. 60)

A socióloga também ressalta que o patriarcado se faz notar nas formas de exploração feminina pelo neoliberalismo. As múltiplas jornadas de trabalho, às quais diversas mulheres estão submetidas em todo o mundo, é um exemplo de como essa dinâmica de poder é facilmente adaptável às atualizações do modo capitalista de produção. Saffioti (1979) até mesmo se dedicou a discutir aspectos referentes ao trabalho doméstico e a sua desvalorização no Brasil. Na obra, resultante de uma pesquisa realizada em uma cidade do interior do estado de São Paulo, são levantados dados sobre mulheres e a sua relação com o trabalho doméstico, tanto dentro quanto fora de seus lares. Entre as conclusões, se destacam a precarização das condições trabalhistas e a falta de suporte financeiro das trabalhadoras, além de sua baixa escolarização. Em consonância a isso, mencionamos Federici (2021), que promove o debate de questões ligadas ao trabalho doméstico, sobretudo ao não remunerado, desempenhado, na

grande maioria das vezes, por mulheres, ao redor de todo o mundo. Segundo a autora, o não pagamento do trabalho doméstico é indispensável para a afirmação do poder masculino em nível de sociedade, além de ser imprescindível para a manutenção do capitalismo.

O trabalho doméstico é muito mais do que a limpeza de casa [...]. É cuidar das nossas crianças – futuras mãos de obra – e garantir que elas atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres (Federici, 2021, p. 29).

2.2 O PENSAMENTO RACISTA E O RACISMO EPISTÊMICO

O racismo, assim como o patriarcado e o capitalismo, é um sistema estrutural de opressão entre diferentes grupos de pessoas. Com finalidades políticas de dominação e desumanização, o seu propósito principal é a manutenção de posições de soberania e subalternidade, adotando como critérios de hierarquização características étnico-raciais, tais quais traços físicos, aspectos culturais e crenças religiosas. Para o melhor entendimento, Lélia González (2020) o descreve como uma articulação ideológica e um conjunto de práticas ou, ainda, “uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam” (González, 2020, p. 47).

É importante ter em mente que o racismo não se apresenta de forma única em todo e qualquer contexto, considerando as suas variações históricas e geopolíticas (Lima, 2019). No Brasil, a opressão racista está diretamente vinculada ao modo como se deu o processo de colonização e aos resquícios dos quase quatro séculos de escravidão. Em outras palavras, isso quer dizer que a lógica racista que impera no país se apresenta de modo distinto, se comparada à do norte global, por exemplo. O racismo consiste em uma violência concreta e/ou simbólica, pois transforma diferenças étnicas e/ou raciais em determinantes de desigualdade. Vale enfatizar ainda que, conforme pontuado anteriormente, o mito de democracia racial é grandemente responsável pela negação do racismo e por sua manutenção.

Apesar de já ter sido destrinchado por estudiosas/os das Ciências Sociais e Humanidades, o racismo, como conceito, se mostra em grande complexidade, visto que carrega em si e consigo várias camadas. Lima (2019) trabalha com a ideia de “racismos”, ou seja, o racismo como um fenômeno plural, em decorrência das particularidades e dos contornos de suas diversas manifestações. De acordo com o autor, é coerente problematizá-lo tanto em nível individual quanto institucional:

Em relação à sua forma de manifestação, o racismo pode ser classificado em individual, quando decorre da conduta de indivíduos, ou institucional, quando é fruto da ação ou omissão de organizações e instituições. No primeiro caso não costuma haver maiores problemas na identificação da conduta racista e sobre ela há um juízo de reprovabilidade maior por parte da sociedade. Já o segundo costuma ocorrer de forma mais sutil e não raro sequer chega a ser reconhecido como racismo (Lima, 2019, p. 22).

O caso de Jacinta Maria de Santana, brevemente descrito neste texto, é uma pequena e brutal amostra, dentre outras tantas possíveis, de como o pensamento racista e colonizador estrutura a produção e a propagação de conhecimento científico hegemônico. Tendo em vista que a universidade tradicionalmente é influenciada por ideologias norte-americanas e europeias, se tornam perceptíveis as suas violências raciais, dentre as quais destacamos o racismo estrutural, observável em suas múltiplas facetas, e o racismo epistêmico, que se dá a ver na imposição de determinadas bases teóricas em detrimento do apagamento de outras, especialmente se produzidas por intelectuais provenientes de países periféricos.

Santos e Silva (2022), com o respaldo teórico das feministas negras, discutem o racismo estrutural e os seus impactos na sociedade. Em linhas gerais, o texto descreve o racismo como uma estrutura que abarca aspectos econômicos, políticos e sociais, diminuindo consideravelmente o acesso de pessoas não brancas a direitos básicos, como educação, moradia, saúde, cultura, lazer, segurança e outros. O racismo estrutural pode ser entendido como uma estratégia de opressão cujo propósito é dificultar ou impedir que transformações sociais ameacem os privilégios da branquitude. É importante demarcar que a noção de privilégio à qual nos referimos diz respeito ao que é privativo, ou seja, restrito a um grupo específico de sujeitos (Dunker, 2015). Em outras palavras, é passível de constatação que o racismo estrutural transforma o que deveria ser direitos fundamentais em privilégios, tornando-os exclusivos, de maneira a relativizar injustiças e violações.

Por sua vez, o racismo epistêmico, presente na academia e no discurso científico dominante, pode ser descrito como uma tentativa, frequentemente exitosa, de desvalorização dos saberes não ocidentais, isto é, produzidos e propagados por minorias étnicas e/ou por estudiosas/os provenientes de países africanos, asiáticos ou latino-americanos. Para problematizar a questão, mencionamos Foucault (1979), que trata da relação entre a intelectualidade e o poder, e Grosfoguel (2016), que aponta para o privilégio epistêmico dos homens brancos. Ainda que de formas distintas, ambos os autores argumentam que o monopólio científico é utilizado frequentemente com a finalidade de violentar e reforçar desigualdades. Em suma, estamos tratando da colonização do pensamento, do conhecimento, dos corpos e das subjetividades.

Em consonância a isso, temos também o conceito de epistemicídio, que, em linhas gerais, configura a morte dos saberes não hegemônicos ou, descrito de maneira mais explícita, corresponde ao seu assassinato e ao seu apagamento. Para uma rápida observação de como se dá a sua atuação, sugerimos um exercício reflexivo sobre as origens das nossas referências teóricas e culturais, sobre as figuras históricas que admiramos e o que sabemos, para além de estereótipos, sobre os povos originários e outros grupos invisibilizados.

2.3 INTELLECTUAIS NÃO BRANCAS E A SUA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL

Beatriz Nascimento, Lélia González, Virginia Leone Bicudo, Isildinha Baptista Nogueira, Neusa Santos Souza, Abdias do Nascimento, Joel Rufino dos Santos, Juliano Moreira, dentre outras/os várias/os intelectuais negras/os, ainda hoje não desfrutam do merecido reconhecimento por suas contribuições acadêmicas. O mesmo acontece às/aos artistas de diferentes nichos e outras figuras históricas. No que se refere propriamente às mulheres não brancas, a questão se complexifica, visto que, além do racismo, elas sofrem com o machismo epistêmico. O resgate, a popularização e a valorização de suas obras, portanto, podem ser tomados como iniciativas de enfrentamento ao apagamento do feminino e ao epistemicídio.

Destacamos a importância das mulheres negras, principalmente das três primeiras citadas neste tópico, pois, além de fornecerem sustentação teórico-conceitual para a investigação, inspiraram a renomeação de parte das entrevistadas. As autoras oferecem preciosas contribuições, como os diálogos que as suas obras promovem entre questões de raça, de classe social e, direta ou indiretamente, de gênero e de subjetividades. Todas tratam do protagonismo das pessoas pretas na história do país, sendo referências na luta antirracista até os dias atuais.

2.4 CAPITALISMO: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO

Sendo um elemento constitutivo do tripé de opressão às mulheres brasileiras, conforme destacam González (2020), Saffioti (2013) e outras estudiosas que compõem a nossa bibliografia de base, é pertinente discorrer sobre o entendimento de capitalismo aqui adotado. A menção também se faz necessária para discutir as suas interfaces com a educação e a produção científica e, conseqüentemente, com os processos de subjetivação de pesquisadoras

em formação, já que, em maior ou menor medida, todas/os estamos submetidas/os às suas imposições.

De antemão, é imprescindível pontuar que o capitalismo se configura como um sistema econômico injusto e desigual, ancorado na concentração de renda e na detenção dos meios de produção por uma pequena elite, contrastando com a pobreza e a privação da grande maioria da população. Em linhas gerais, o seu principal ponto de sustentação é a manutenção de desigualdades. O capitalismo é o nó de intersecção entre diferentes arbitrariedades, visto que em seu nome são praticadas e normalizadas violências contra grupos étnico-raciais não hegemônicos, mulheres, crianças, pessoas LGBTQIAPN+ e outras minorias. Para defender os seus interesses, frequentemente também são cometidos crimes contra a humanidade, como as guerras e as ditaduras.

Outra característica desse sistema econômico é a exploração predatória dos recursos naturais, gerando graves impactos ambientais que afetam com maior severidade as populações historicamente vulnerabilizadas. Em suma, o capitalismo objetiva tirar o que temos e o que somos: a nossa força de trabalho, os nossos conhecimentos, as nossas histórias, as nossas memórias e até mesmo a natureza, que nos acolhe e nos alimenta (Krenak, 2020). Federici (2023) aponta que o capitalismo produz pobreza material e subjetiva, na medida em que provoca morte e destruição. Em termos simplistas, podemos afirmar que a sua atuação se dá pela violência, direta e indiretamente, valendo-se de diferentes estratégias, de modo a produzir sofrimento e adoecimento psíquico.

Se quisermos adotar uma definição que diz de traços contemporâneos, podemos pensar que “a forma atual do capitalismo caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes” (Chauí, 2003, p. 7).

Sob a lógica capitalista, os direitos básicos são transformados em mercadorias, disponíveis apenas a quem pode pagar o seu preço. No contexto da educação, e mais propriamente do ensino superior, da pós-graduação e da pesquisa, o conhecimento passa a ser fabricado e vendido como um produto qualquer, promovendo alienação. Os tensionamentos que envolvem a universidade brasileira e os interesses do capital não são recentes e já foram tematizados por Darcy Ribeiro na obra *A universidade necessária* (1975). Dentre as contradições, se destaca o fato de que a universidade pública, na qualidade de instituição que dispõe de certa autonomia, quando comprometida ética e politicamente com ideais e práticas de justiça social, tem a possibilidade de proposição de novas concepções de mundo.

Em outras palavras, o que queremos dizer é que a universidade é um campo de disputas ideológicas que determina os modos de se pensar e se fazer ciência em um país. Para que atenda aos interesses da sociedade, é necessário que ocorram a responsabilização do Estado e a garantia do direito de acesso popular e democrático a esse e outros espaços de educação e poder. Chauí (2003, p. 11) novamente vem ao nosso auxílio:

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

A autora aponta que o capitalismo tem ditado os rumos científicos do país, destacando que os índices de produtividade e o mercado, como um todo, exercem grande pressão sobre as instituições de ensino superior (Chauí, 2003). Em suma, a sua crítica denuncia as incongruências existentes entre a concepção de conhecimento como ferramenta de emancipação e os seus usos submetidos às determinações das elites econômicas.

3 VOZES FEMININAS

Quatro décadas nos distanciam dos anos 1960, que são universalmente lembrados como uma era de ativismo radical e revolucionário. A distância histórica, no entanto, não nos exime da responsabilidade de defender e de realmente libertar quem desejava e ainda deseja dar a vida para que possamos construir um mundo livre do racismo, da guerra imperialista, do sexismo, da homofobia e da exploração capitalista.

(Angela Davis, 2018, p. 103)

Para fomentar o debate sobre as especificidades que envolvem o trabalho intelectual desenvolvido por mestrandas e doutorandas vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas brasileiras, é interessante resgatar aspectos históricos que versam sobre a educação formal no Brasil, priorizando o processo de inserção feminina.

O acesso à educação formal, como um direito universal, é uma conquista recente em nosso país, visto que foi legalmente assegurado somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Obviamente, nem mesmo a existência de leis específicas garante que, na prática, todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e as condições necessárias para ocupar tais espaços. No entanto, ao revisitarmos a história da educação das mulheres no Brasil, percebemos o quão significativo é esse marco.

Com o auxílio teórico de Fúlvia Rosemberg (2012), tomamos conhecimento de trajetórias das mulheres na educação e na ciência brasileira, de modo a acessar histórias marcadas por desigualdades e segregação, mas também por potência, luta e resistência. Começamos com o fato de que as meninas adquiriram o direito de frequentar escolas regulares apenas em 1827, garantido pela Lei Geral de Ensino de 5 de outubro, que permitia a aprendizagem das primeiras letras. Todavia, o sistema educacional se ocupou em vigiar atentamente a educação por elas recebida, visto que eram consideradas intelectualmente deficitárias em comparação aos meninos e que deviam se preocupar, de fato, com domesticidades. Além de escolas separadas por sexo, a autora relata que houve a inclusão de disciplinas como economia do lar no currículo escolar obrigatório, além de proibições variadas. Grande parcela das pessoas que saíam em defesa da educação feminina só o fazia por acreditar que a instrução tornaria as mulheres aptas para o bom desempenho de futuros papéis matrimoniais e maternos. Cabe compartilhar que, conforme descreve Rodhen (2001), os discursos médicos da época eram utilizados para justificar a proibição da educação feminina. Os argumentos defendiam que, especialmente durante a puberdade, toda a energia das meninas

deveria estar voltada ao desenvolvimento de seus órgãos reprodutivos, que poderiam ser prejudicados pelo estudo.

Já no que se refere ao ensino secundário, entre o final do século XIX e início do século XX se popularizou no Brasil o curso normal, que habilitava para atuar no ensino infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental. Por se tratar de um trabalho vinculado ao cuidado e à educação de crianças, foi rapidamente associado ao feminino e a um suposto caráter maternal; até os dias atuais, as mulheres são maioria em cursos equivalentes, como pedagogia, e na área de educação como um todo.

Sobre o acesso ao ensino superior especificamente, Rosemberg (2012) descreve que somente em 1879, com a Lei Leôncio de Carvalho, as mulheres obtiveram o direito de frequentar as universidades. Porém, a primeira brasileira a obter um diploma universitário foi Maria Augusta Generosa Estrela, que se formou em Medicina, nos Estados Unidos, no ano de 1882. Em 1887, a primeira mulher branca se graduou médica pela Faculdade de Medicina da Bahia, e apenas em 1926, quase quarenta anos depois, a primeira mulher negra se tornou bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia.

As desvantagens femininas no ambiente universitário eram bastante acentuadas no início do século XX. Em caráter ilustrativo, é pertinente mencionar que Nise da Silveira, a psiquiatra que revolucionou o tratamento de portadoras/es de sofrimentos psíquicos, se formou em 1927, sendo a única mulher em uma turma de 157 estudantes, no curso de Medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia, como descreve Fernandes (2015). Apenas nas últimas décadas do século XX, as mulheres alcançaram de fato, espaço na academia. Nos programas de pós-graduação *stricto sensu* e na ciência brasileira, especificamente, nos tornamos presença expressiva entre as décadas de 1980 e 1990, conforme afirma Leta (2003). Tamanhas conquistas estão diretamente relacionadas ao processo de redemocratização do país e ao fortalecimento de movimentos sociais de base popular, dentre os quais o feminismo. Ristoff (2006, *online*), por sua vez, sintetiza esse processo de incursão com as seguintes palavras:

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior.

É necessário advertir que não se pode aceitar informações de maneira acrítica, haja vista que a tal inserção feminina massiva contemplou principalmente as mulheres brancas, porque as mulheres negras, ainda hoje, estão em disputa pela ocupação deste e de outros

espaços, como descreve Gonçalves (2018). Cabe ressaltar, ainda, que as lacunas no sistema educacional, em seus diferentes níveis, também excluem outros grupos étnico-raciais minoritários e a classe trabalhadora, de forma geral, tendo em vista que massificação e democratização do acesso não podem ser tomadas como fenômenos equivalentes (Chauí, 2003). Ademais, enfatizamos a importância da organização das mulheres negras – aqui incluímos as indígenas e amarelas – em busca de seu protagonismo nos ambientes de poder, haja vista que, conforme assinala Sueli Carneiro (2003), apesar de suas diversas conquistas no que diz respeito a direitos, o movimento feminista, como um todo, é eurocêntrico e universalista. Tal cenário o torna, de certa maneira, alheio às questões concernentes à racialidade e classe que atravessam grande parte das mulheres brasileiras.

Montserrat Moreno (1999), por sua vez, acrescenta outra camada de complexidade a essa discussão ao levantar a questão do sexismo cristalizado no ambiente escolar; apesar de priorizar as particularidades observadas na educação infantil e básica, nos permite problematizar os seus desdobramentos nos outros ciclos de ensino. A autora descreve que, mesmo com a popularização das escolas mistas, ou seja, frequentadas por crianças e adolescentes de diferentes gêneros, o caráter sexista da educação não foi totalmente superado, até porque é social e ideologicamente reforçado em todos os ambientes pelos quais nós transitamos.

Nas escolas, meninas e meninos, em tese, acessam os mesmos conteúdos, atividades e explicações, mas isso não corresponde necessariamente à equidade. Aos meninos é dada maior liberdade para a exploração da criatividade e para a vazão da agressividade. Comumente, profissões de prestígio e poder são, de maneira estereotipada, associadas ao masculino. As meninas, em contrapartida, são educadas para a passividade e fragilidade, sendo-lhes incentivados comportamentos passionais, maternais e/ou ligados à vaidade, por exemplo. Em outras palavras, enquanto os meninos são instigados a alimentarem grandes aspirações profissionais e pessoais, as meninas são ensaiadas para o desempenho de papéis de donas de casa e mães ou são estimuladas ao futuro exercício de profissões que remetam, em maior ou menor medida, ao cuidado.

Além dos diferentes tratamentos que lhes são ofertados desde o nascimento, em decorrência da socialização por seus sexos biológicos, lhes são impostos determinados padrões de comportamento e fomentado o interesse em certos assuntos em detrimento do desinteresse em outros, conforme assinalam Velho e León (1998). As pesquisadoras se debruçam sobre tal questão com a intenção de averiguar as raízes da concentração feminina em algumas áreas do saber e a pouca ou a completa falta de representatividade em outras, como é o caso das Ciências

Exatas e Engenharias. Elas apontam que é ainda no segundo ciclo do ensino fundamental, por volta do atual oitavo ano, que o gênero passa a exercer forte influência na predileção por disciplinas específicas. Além da ausência de modelos e inspirações femininas em áreas do conhecimento como a Matemática, que é por elas citada em caráter ilustrativo, ocorre a manutenção discursiva de estereótipos.

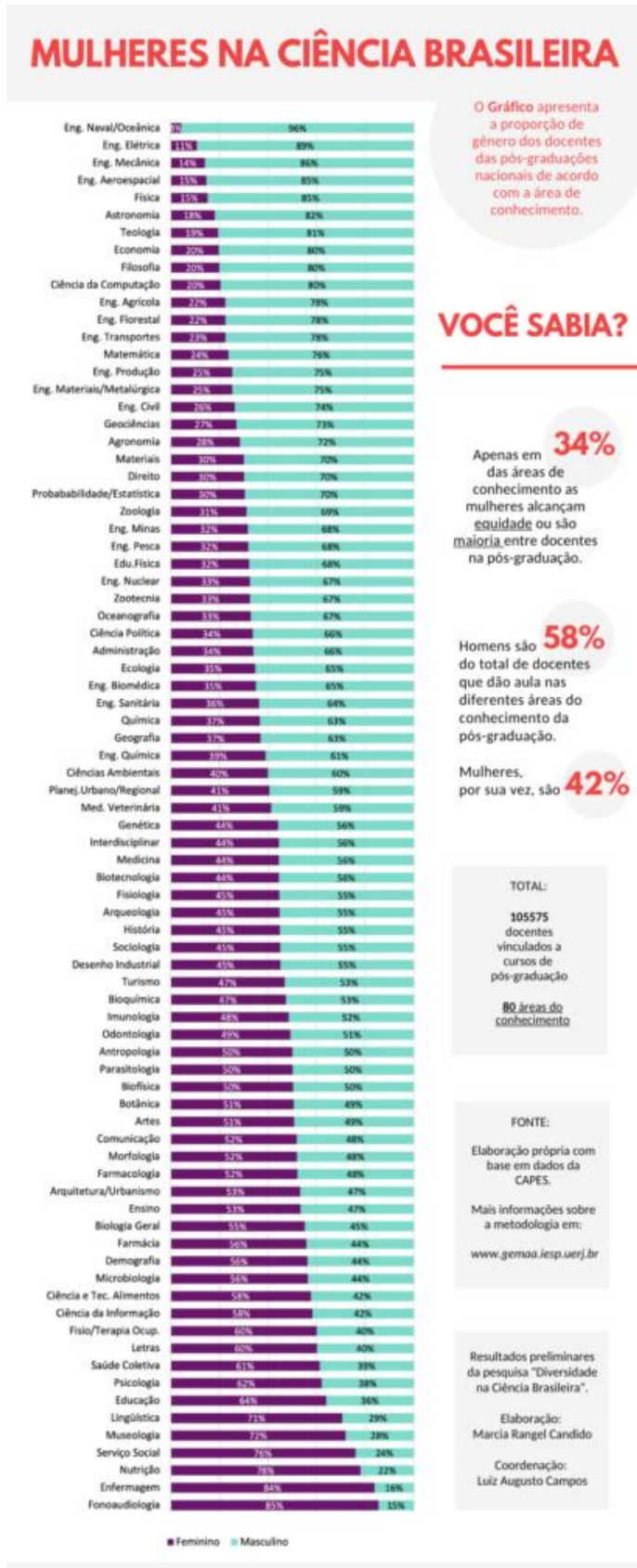
[...] as expectativas e atitudes dos pais e professores têm função relevante no sentido de encorajar e motivar os meninos, mas não as meninas, para a Matemática. Esta passa, então, a ser vista como “coisa de meninos”, conflitante com a identidade sexual das meninas, “mais difícil” e “menos útil” para elas (Velho; León, 1998, p. 313).

A concentração de mulheres em certas áreas do conhecimento pode ser compreendida, portanto, como um problema, levando-se em conta que algumas profissões carregam estereótipos e são desvalorizadas por serem tachadas como “tradicionalmente femininas”, ao contrário de outras que outras estão sob a hegemonia masculina. Fanny Tabak (2002) chama atenção para o fato de que a inserção das mulheres nos campos das Ciências Exatas e Tecnológicas é de fundamental importância para que possamos acessar outros espaços de poder e, sobretudo, para a contestação dos papéis de gênero que nos são socialmente atribuídos.

Os dados reunidos pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), referentes ao ano de 2020, revelam as desigualdades de gênero presentes nos diferentes campos do conhecimento, detalhando-as por cursos. A título de exemplo, se pensarmos nas áreas de investigação das seis pós-graduandas que concederam entrevista para esta pesquisa – Geografia, Educação, Engenharia Florestal, Engenharia de Energia, Saúde e Matemática –, encontramos a maior presença feminina na Educação, com o percentual de 72% de mestrandas e 67% de doutorandas. Em contrapartida, as engenharias, como um todo, apresentam a menor expressividade feminina, com apenas 35% de mulheres, em ambos os níveis.

O Gráfico 1, datado de 2023, apresenta as porcentagens de mulheres na docência. Os números ali dispostos evidenciam o chamado “efeito tesoura”, descrito, em linhas gerais, como o declínio da presença feminina em detrimento da progressão da carreira, conforme descreve o GEMAA (2023). Em outras palavras, isso quer dizer que quanto maior o cargo e o prestígio a ele atribuído, menor é a presença de mulheres, concentrando o poder nas mãos dos homens.

Gráfico 1 – Presença das mulheres na ciência brasileira



3.1 O ENSINO SUPERIOR E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

A produção científica nacional está fortemente atrelada ao ensino superior, sobretudo aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Conforme destacou, no ano de 2019, o então presidente da Academia Brasileira de Ciência, Luiz Davidovich, as universidades públicas são responsáveis por mais de 90% das pesquisas desenvolvidas no país. A pós-graduação brasileira teve a sua institucionalização tardia, considerando que somente na década de 1960 houve de fato regulamentação, como aponta Santos (2003). Dito isso, são impressionantes os avanços que se deram em pouco mais de meio século.

Para pensarmos a pós-graduação, são necessárias informações introdutórias. Se, com o auxílio de Flores (2017), retomarmos detalhes da história do ensino superior no país, compreenderemos que até o final do século XIX, embora já existissem estabelecimentos de formação acadêmica direcionados predominantemente às profissões liberais, como Medicina e Direito, era de praxe que as elites econômicas enviassem os seus filhos à Europa. Além de restringir o acesso à educação superior às camadas economicamente privilegiadas, a dependência de instituições estrangeiras desestimulava possíveis investimentos na produção nacional de conhecimento. Somente após a Primeira Guerra Mundial, a necessidade de autonomia intelectual e científica ganhou maiores proporções. Contextualizando, é interessante frisar que, no início do século XX, o Brasil se modernizava, passando por processos de industrialização e urbanização, o que colaborou, em alguma medida, para a sistematização do ensino superior, visto que havia uma carência de especialistas nas diferentes áreas do saber.

Na década de 1920, foram criadas as primeiras universidades públicas que, de certo modo, serviram de protótipo para as suas sucessoras. Como exemplo, podemos citar a Universidade do Rio de Janeiro que, posteriormente, se transformou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, na década subsequente, no ano de 1934, a Universidade de São Paulo (USP). Apesar das aspirações de autonomia científica, as primeiras universidades nacionais foram fortemente influenciadas pelos modelos europeus e estadunidense. Levando-se em conta que o padrão estadunidense predominou, é possível pressupor que instituições criadas se pretendiam, em alguma medida, tecnicistas e mercadológicas, como destacam Souza, Miranda e Souza (2019).

Em tempo, apontamos que a educação, de maneira geral, e o ensino superior, em particular, preservavam o seu caráter elitista e excludente, tanto que, na década de 1920, 65% da população brasileira sequer era alfabetizada (Braga; Mazzeu, 2017). Esse dado ilustra o fato

de que as pessoas que tinham acesso à educação universitária eram, em sua maioria, financeiramente abastadas.

Santos (2003) destaca que, no início da década de 1960, foram criados programas de pós-graduação *stricto sensu* considerados, por algumas/alguns teóricas/os, os precursores na produção de conhecimento científico no Brasil. Dentre esses programas, mencionamos o mestrado em Matemática, na Universidade de Brasília (UnB), e o mestrado e doutorado, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa. No entanto, há controvérsias quanto a esse suposto pioneirismo, visto que atividades de pesquisa voltadas à composição de dissertações e teses e, sobretudo, a titulações de mestras/es e doutoras/es já ocorriam em universidades como a USP, por exemplo. Julgamos pertinente tratá-los como uma espécie de sistematização da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, considerando que é este o modelo que nos direciona até os dias atuais. De todo modo, é importante enfatizar que uma quantidade considerável de pesquisadoras/es já se dedicava à produção de conhecimento, ou seja, ocorreu uma padronização do trabalho intelectual no Brasil.

Para além da inconclusividade da questão, não podemos perder de vista que em 1964 o país sofreu um golpe de Estado, que deu início à ditadura militar, regime antidemocrático que perdurou até o ano de 1985. Diante das mais de duas décadas de violência e opressão, é possível defender a ideia de que a pós-graduação brasileira se consolidou sob os interesses de uma classe dominante. Isso reforça a nossa hipótese de que a produção nacional de conhecimento esteve e ainda está submetida a uma lógica capitalista em que a quantidade de trabalho se sobrepõe à sua qualidade, promovendo alienação e adoecimento psíquico entre as/os trabalhadoras/es.

Esses apontamentos são necessários para a construção deste trabalho, visto que as mulheres passaram a ocupar massivamente o ambiente acadêmico a partir da década de 1980. Isso nos faz refletir sobre os desafios por elas enfrentados e as peculiaridades desse processo introdutório.

3.2 EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

Resumidamente, epistemologia diz respeito à filosofia da ciência, ou, de maneira mais elaborada, a uma ramificação desse campo de saber que se propõe a pensar a produção de conhecimento. Mas, o que pode ser considerado conhecimento? Qual é o conhecimento que interessa à filosofia? Quem o detém e quem o produz? Em linhas gerais, as epistemologias feministas surgiram com a proposta de debater essas e outras questões.

O nosso arcabouço teórico é constituído, em grande parte, por textos de autoras que problematizam questões históricas, sociais e culturais, dentre outras, sob uma ótica feminina e, sobretudo, pautadas em uma ética feminista. Esse apontamento se faz necessário porque, assim como a ciência ocidental – e aqui se incluem as Ciências Humanas e Sociais –, a história hegemônica é narrada, quase que em sua totalidade, por homens brancos; assim, comumente são desconsiderados os atravessamentos étnico-raciais, de gênero, de sexualidade e de classe social, conforme descreve Rago (1997). Michelle Perrot (2017) também aponta que nós, mulheres, estamos excluídas da história propagada pelo discurso dominante. Isso não quer dizer, de modo algum, que não existam registros sobre nós, mas, como advertem Costa, Barroso e Sarti (1985), é importante questionar a qualidade do tratamento que nos foi dado, assim como a confiabilidade das fontes, pois frequentemente estas se mostram tendenciosas e/ou adotam os homens europeus como parâmetro civilizatório. As autoras ressaltam que as ciências humanas, em seus moldes tradicionais, se dedicam aos estudos do Homem, como representante da Humanidade, ou seja, o homem, sujeito masculino, na condição universal, tratando, conseqüentemente, a mulher como uma minoria, um ser desviante da norma. O outro. E, com o auxílio das historiadoras que nos embasam teoricamente, fazemos a defesa de que nós, mulheres, somos sujeitas da história e a produzimos ativamente, na medida em que ela nos produz. Trata-se, pois, de um movimento dialético, ainda que as nossas vivências e os nossos nomes não apareçam nos livros. Ademais, parece absurda a ideia de que mais de 50% da população mundial seja tratada como um grupo minoritário.

Nós passamos a ter certo reconhecimento de nossas participações históricas e sociais com a criação e popularização dos “estudos feministas” e de vertentes específicas, como a “história das mulheres”, por exemplo, visto que em ambos os casos as produções se comprometem a pensar as mulheres para além da condição biológica, como nos conta Tilly (1994). No Brasil, temos intelectuais renomadas que resgatam detalhes preciosos sobre as nossas experiências, das quais podemos mencionar Lélia González, Beatriz Nascimento, Bebel Nepomuceno, Mary del Priore, Margareth Rago e outras tantas, que são fundamentais para que conheçamos os fatos que nos atravessam e nos compõem.

As epistemologias feministas questionam os pressupostos de racionalidade, objetividade e neutralidade, que são alguns dos pilares da ciência moderna. Em outras palavras, o que as intelectuais feministas reivindicam é a complexificação do discurso da ciência, visto que aspectos históricos, sociais e culturais precisam ter as suas respectivas relevâncias reconhecidas e legitimadas. Lima, Arouche e Nunes (2022) destacam que as epistemologias feministas estão comprometidas com a localização dos saberes. Dito de outro modo, isso

significa a demarcação das posições discursivas que assumimos quando fazemos ciência, visto que atravessamentos como gênero, raça e classe social estão intimamente relacionados aos modos como conhecemos e interpretamos o mundo. As autoras afirmam também que pesquisar questões referentes às mulheres numa perspectiva feminista é um ato subversivo ante o sistema patriarcal de produção científica (Lima; Arouche; Nunes, 2022).

As epistemologias feministas se fortaleceram e ganharam notoriedade acadêmica durante as últimas décadas do século XX. Isso se deve, em grande medida, à segunda onda do movimento feminista, à ampliação da escolarização feminina e à inserção massiva de mulheres em ambientes de produção de saber, especialmente no ensino superior, como podemos ler em Leta (2003). Ousamos afirmar que questões do feminino, para além dos estereótipos e da subjugação, adquiriram certa relevância e respeitabilidade no discurso científico somente após a introdução de mulheres na academia, o que nos permite pressupor que, na grande maioria das vezes, quem se interessa científica, ética e politicamente pelas vidas e histórias de mulheres são outras mulheres.

Em tempo, vale a ressalva de que quando pensamos nas experiências das mulheres negras ou pertencentes aos grupos étnico-raciais não hegemônicos, a questão adquire outra camada de complexidade, porque os seus corpos sofrem com, pelo menos, uma violência adicional, que é o racismo. Santos (2016) aponta que, assim como as epistemologias feministas se propõem a denunciar o apagamento das mulheres como sujeitas históricas e sociais, não é raro ocorrer a invalidação do conhecimento e das experiências de mulheres negras. Em outras palavras, é necessário nos atentarmos para o fato de que as mulheres são plurais e de que não há um único modo de ser mulher no mundo. A autora destaca, ainda, que a falta de representatividade se configura como uma violência simbólica, porque nega a existência e a humanidade do grupo em questão (Santos, 2016). Ampliamos a discussão para as mulheres pertencentes a outras etnias, pois, ainda hoje, as vivências de mulheres indígenas, asiáticas e ciganas, por exemplo, não são academicamente validadas, em decorrência do que aqui chamamos de “epistemicídio”, ou seja, a morte de seus saberes.

Com o auxílio teórico de intelectuais como Beatriz Nascimento (2021) e Lélia González (2019), podemos afirmar que a lógica racista que impera no Brasil não mede esforços para invisibilizar pessoas não brancas, com a intenção de apagá-las em suas condições de sujeitas históricas, o que é ainda mais severo no caso das mulheres pretas, indígenas e amarelas. É pertinente até mesmo descrever o apagamento como epistemicídio, que nada mais é do que a morte dos saberes, como afirmam Ratts *et. al* (2015). Numa perspectiva interseccional, parece pertinente defender a ideia de que mulheres negras, indígenas, amarelas e pertencentes a outros

grupos étnico-raciais não hegemônicos estão silenciadas de múltiplas formas pela ciência tradicional, e, em nosso entendimento, romper com essa lógica opressiva deve ser um compromisso de todas as pessoas que desejam produzir e propagar conhecimento de maneira ética e política.

3.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Para além do aspecto educativo e formativo, as atividades de pesquisa desempenhadas na pós-graduação *stricto sensu* configuram trabalho de caráter intelectual e, muitas das vezes, imaterial, que se dedica, prioritariamente, à produção de ideias, técnicas e tecnologias. Assim, transcendendo a discussão sobre o acesso à educação formal, é preciso nos atentarmos para a divisão sexual do trabalho, de maneira a historicizar e problematizar a inserção feminina no mercado de trabalho, apontando para as características particulares presentes nos ambientes onde se faz ciência.

A priori, é imprescindível demarcar que Federici (2019; 2021) e Saffioti (2013), duas de nossas parceiras teóricas, nos ajudaram a chegar a uma concepção de que trabalho é tudo aquilo que promove transformações, sejam materiais ou não, mas que necessariamente afetam o meio e as pessoas que nele vivem. O trabalho é tudo o que produz algo e/ou possibilita a manutenção da vida, que pode ser um objeto, uma técnica, um cuidado, uma ideia ou um novo sentido de mundo. Por isso, defendemos ferrenhamente que as atividades da pós-graduação *stricto sensu* consistem em trabalho intelectual, considerando as suas finalidades de produção e divulgação de conhecimentos variados, que tornam possíveis avanços sociais e tecnológicos.

Algumas/alguns autoras/es, de maneira equivocada, se apoiam em marcos históricos específicos para validar a relação das mulheres com o trabalho. O fato é que, como afirmam Federici (2021) e Matos e Borelli (2012), as mulheres dos mais diversos grupos étnico-raciais, culturais e países sempre trabalharam, mesmo que grande parte de suas atividades usuais não tenham sido ou ainda não sejam devidamente legitimadas, visto a sua costumeira falta de pagamento. A remuneração do trabalho por meio do salário, conforme discutiremos ao longo da tese, tem papel fundamental no sistema capitalista. Isso porque “o salário, bem como a falta dele, é a medida de nossa exploração e a expressão direta da relação de poder entre capital e classe trabalhadora e no interior desta” (Federici, 2021, p. 40). Parece-nos mais adequado, então, apostar na ideia de introdução massiva das mulheres, sobretudo das brancas, no mercado de trabalho assalariado, o que, de fato, ocorreu tardiamente no Ocidente.

Ademais, entendemos que existe maior valorização de atividades produtivas exercidas na esfera pública, isto é, para além do ambiente doméstico. Consequentemente, tarefas associadas a limpeza, cozinha e outros cuidados, por exemplo, ainda que realizadas com fins lucrativos, são percebidas como extensões de supostas obrigações de gênero. É possível perceber os resquícios dessa lógica até os dias atuais, considerando que ainda há ofícios socialmente estereotipados como femininos, e outros, estereotipados como masculinos, e que os entendidos como femininos frequentemente têm menor remuneração e são, em maior ou menor escala, desprestigiados.

Não se pode perder de vista que, assim como a história das mulheres é inviabilizada pela história hegemônica contada predominantemente por homens brancos, ocorre a tentativa de apagamento das narrativas da população negra, sobretudo das mulheres negras. Se isso enfatizamos, é porque grande parte das/os estudiosas/os de temáticas referentes ao trabalho em suas interfaces com o gênero se voltam para a realidade das mulheres brancas, omitindo e/ou negando o fato de que mulheres pretas ou pertencentes a outros grupos étnico-raciais não hegemônicos já tinham a sua mão de obra explorada pelas classes dominantes em tempos anteriores. A historiadora Bebel Napomuceno (2012), por exemplo, faz um resgate de memórias das mulheres negras no Brasil, compartilhando informações sobre aspectos trabalhistas das décadas imediatamente posteriores à abolição da escravidão. Ela aponta que, em virtude do desamparo social no qual se encontravam, essas mulheres não viviam o mesmo tipo de submissão que as mulheres brancas. Isso porque, para que fosse possível garantir o sustento de suas famílias e de si mesmas, frequentemente sem o apoio financeiro de possíveis parceiros amorosos e/ou sexuais, tinham de vender a sua força de trabalho, de maneira a desempenhar as mais diversas tarefas, geralmente em troca de valores irrisórios. Assim, diferentemente da grande maioria das mulheres brancas, as mulheres negras já ocupavam o espaço público e eram economicamente ativas. Teresinha Bernardo (2005) realça que mulheres africanas e afro-brasileiras, em situação de diáspora, se destacavam em atividades relacionadas ao comércio. Para além do ganho monetário, também adquiriam saberes sobre a cidade e a vida pública.

Lélia González (2020) defende a ideia de que o que ocorre no Brasil, na verdade, é uma divisão sexual e racial do trabalho, tendo em vista as suas heranças coloniais e escravocratas. A autora descreve que, além de desvantagens em termos de acesso à educação, o povo preto tem em sua identidade étnico-racial um critério adicional de seleção, que tende a ser mais severo para com as mulheres. A título de ilustração, a socióloga menciona exigências que habitualmente compõem os anúncios de vagas de emprego, tais como as de “boa aparência”. Isso quer dizer que mesmo que mulheres pretas tenham o nível de escolaridade e as

habilidades necessárias para obterem uma vaga prestigiada e bem remunerada, o seu fenótipo provavelmente não estará incluído no que frequentemente se propaga com a ideia hegemônica de “boa aparência”. Diante desses e de outros atravessamentos, são as mulheres pretas que, majoritariamente, possuem condições mais precarizadas de trabalho em termos de direitos, como é o caso das empregadas domésticas e das trabalhadoras da área de limpeza de modo geral.

A filósofa Silvia Federici, em sua obra *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), traz importantes contribuições teóricas acerca do trabalho feminino, priorizando a discussão sobre o trabalho doméstico não pago e a sua relação direta com a manutenção do capitalismo. Isso porque, em linhas gerais, o trabalho doméstico não assalariado, que inclui tarefas como limpeza de ambientes e provimento de alimentação, fornece condições básicas de subsistência para a classe trabalhadora, além de estar ligado com a reprodução e a manutenção da vida. Em outras palavras, o que entendemos como trabalho reprodutivo é indispensável para todas/os nós, mas é realizado, quase sempre, por mulheres, que comumente não recebem dinheiro nem reconhecimento social por isso.

No que se refere ao trabalho assalariado propriamente, a autora discorre sobre a ideia de feminização da pobreza, fenômeno inerente à precariedade dos empregos e subempregos ocupados por mulheres e, sobretudo, por mulheres pretas e periféricas. Ela destaca, ainda, que os baixos salários estão relacionados ao fato de que ao longo da história as mulheres sempre trabalharam exaustivamente a troco de nada ou de muito pouco (Federici, 2019). Novellino (2004) também afirma que a pobreza é uma violência socioeconômica cometida predominantemente contra mulheres, o que se deve ao sexismo cristalizado no mercado de trabalho. Ainda hoje, além de sermos maioria em cargos com baixa remuneração e piores condições, enfrentamos disparidades salariais no desempenho dos mesmos cargos e funções que os homens. Isso quer dizer que as mulheres trabalham mais, considerando as suas múltiplas jornadas, mas ainda assim recebem menos dinheiro.

3.4 INCURSÃO FEMININA NO TRABALHO CIENTÍFICO

Schiebinger (2001) discorre a respeito da incursão feminina no campo científico, resgatando detalhes preciosos de como se deu esse árduo processo. *A priori*, é destacado que a possibilidade de fazer ciência, historicamente, se restringia a um grupo específico de homens, como já foi demarcado. Assim sendo, as primeiras mulheres a acessarem os espaços de produção e propagação de saberes estavam, de alguma maneira, vinculadas a figuras

masculinas. Dentre essas mulheres, merece menção a física e química polonesa Marie Curie, frequentemente lembrada por sua genialidade. Todo o seu merecido prestígio se deve às suas contribuições à ciência, sendo ela a primeira mulher a ser contemplada com o Nobel. Marie Curie foi, não só uma, mas duas vezes premiada: em 1903, na área da Física, e em 1911, na área da Química. No trecho a seguir, é possível acessar mais informações.

Algumas esposas, Marie Curie, por exemplo, compartilharam reconhecimento científico com seus maridos e alcançaram fama por seus próprios méritos. Marie e Pierre Curie foram os primeiros marido e mulher a dividir um Prêmio Nobel (em 1903). [...] Historiadores da ciência estudaram a colaboração entre maridos e mulheres e como, especialmente para as mulheres, o casamento serviu como um caminho informal para a ciência. Além de trabalhar ao lado de seus maridos, as mulheres desempenharam o que a historiadora Margaret Rossiter chamou de trabalho de mulheres na ciência. Inúmeras mulheres anônimas serviram como equipes e técnicas invisíveis apoiando o homem no centro do palco. Elas fizeram diversos trabalhos repetitivos e tediosos, às vezes meditando sobre chapas estelares astronômicas ou catalogando coleções de história natural, mensurando rastros em filmes ou calculando equações antes do advento dos computadores (Schiebinger, 2001, p. 70-71).

No Brasil, algumas mulheres são citadas como pioneiras na produção de conhecimentos científicos, tais como a educadora, bióloga e sufragista Bertha Luz e a psiquiatra Nise da Silveira. No tocante à inserção massiva de mulheres na ciência e, sobretudo, nas universidades públicas brasileiras, que é o nosso foco de interesse, destacamos a importância que tiveram as décadas de 1970 e 1980, marcadas pelo processo de redemocratização.

Com o fortalecimento de movimentos sociais de base popular, sobretudo do movimento feminista, uma quantidade considerável de mulheres passou, enfim, a receber educação de nível superior a partir dos anos de 1970 (González, 2020), obtendo os saberes necessários ao exercício de profissões variadas, inclusive para a produção de conhecimento científico. Em 2004, subvertendo as estatísticas até então desfavoráveis, elas se tornaram maioria dentre as pessoas tituladas como doutoras (Viotti, 2010). Infelizmente, a conquista quantitativa não veio acompanhada de ganhos qualitativos proporcionais.

Sobre a manutenção do machismo na academia, Leta (2003) levanta pontos importantes que merecem ser elencados aqui, tais como: concentração feminina em certas áreas do saber em detrimento da pouca ou falta de representatividade em outras; menor disponibilização de recursos para as suas pesquisas; dificuldades em alcançar cargos de prestígio e poder nas universidades; e, como apontam Velho e León (1998), alta taxa de evasão feminina nos programas de pós-graduação. No ambiente acadêmico também existe a ideia de que mulheres são menos produtivas do que os seus pares do gênero masculino, o que justificaria menores investimentos em suas pesquisas. Com base nos argumentos formulados pelas autoras, não aceitamos tal suposição como verdadeira, pois não é debatida sob uma perspectiva ampliada

e interseccional. Nas estatísticas adotadas, desconsideram-se as inequidades historicamente enfrentadas pelas mulheres na ciência, na academia, no mercado de trabalho e na sociedade.

Em tempo, cabe destacar que a maior possibilidade de instrução não foi suficiente para destruir a lógica hierárquica da divisão sexual do trabalho, ao menos não completamente. Mesmo ao se tornarem intelectualizadas e economicamente ativas, as mulheres continuam dependendo grande parte de seu tempo e de sua energia física e mental em atividades domésticas e de cuidado. De acordo com Wolf (1992), quando considerado o tempo gasto com as tarefas do lar, se conclui que as mulheres ocidentais trabalham o dobro em comparação aos homens. Tal fato é até mesmo percebido como um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento profissional feminino, tanto em carreiras científicas quanto em outras áreas. Para melhor ilustrar, mencionamos Pimenta (2020), que aborda as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na academia que ficaram ainda mais evidentes durante a pandemia de Covid-19. Segundo ela, o isolamento social e a necessidade de trabalho remoto mostraram que as diferenças de gênero ainda são determinantes sociais para a manutenção da divisão sexual do trabalho, pois as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com a família, já os homens têm mais tempo para executar o seu trabalho produtivo. Pimenta (2020) constatou que já nos dois primeiros meses de isolamento social no Brasil e a consequente adesão ao trabalho remoto, a produtividade das pesquisadoras caiu drasticamente, o que foi atribuído à sobrecarga advinda do trabalho reprodutivo.

Para além da crise sanitária mundial, cujos efeitos sociais são evidentes, precisamos nos atentar para a conjuntura política e econômica do país, grandemente responsável pela acentuada desvalorização do trabalho intelectual vista nos últimos anos. É bem verdade que, como afirmou Darcy Ribeiro (1975), a crise na educação brasileira não é uma crise, e sim um projeto. Mas, com a ascensão e o fortalecimento de ideologias conservadoras, esse projeto avançou a passos largos. As universidades públicas, além de difamadas e desmoralizadas diante da opinião popular, sofreram diversos cortes de verba – a pós-graduação foi alvo constante de ataques, como se pode ler em Reis, Blundi e Silva (2020). A falta de recursos materiais inviabiliza a manutenção dos espaços de investigação; o corte das bolsas de fomento, em especial, impede que grande parte das/os pesquisadoras/es permaneça na academia e se dedique à produção de conhecimento. No mais, é importante ressaltar que, como afirma Leta (2003), entre as décadas de 1980 e 1990 o financiamento estatal, via agências de fomento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi fundamental para tornar possível a incursão das mulheres na ciência.

4 SUBJETIVIDADES

Fazer um trabalho político deve ser curativo. Deve nos dar força, visão, aumentar nosso senso de solidariedade e nos fazer perceber como dependemos uns dos outros. Ser capaz de politizar a própria dor, de transformá-la em uma fonte de conhecimento, em alguma coisa que nos ligue a outras pessoas – tudo isso tem poder curativo.

(Silvia Federici, 2023, p. 170-171)

A noção de sofrimento psíquico aqui adotada se afasta do que se entende comumente por doença ou transtorno mental. Isso porque não desejamos, de maneira nenhuma, estigmatizar ou atribuir psicopatologias a quaisquer grupos de pessoas. Por isso, utilizaremos, nos momentos em que se fizer pertinente, a ideia de adoecimento psíquico, ou seja, partiremos do entendimento de que adoecer ocorre de forma processual.

O conceito hegemônico de doença mental, utilizado pelos manuais de classificação psiquiátrica, nos parece falho e insuficiente para descrever a complexidade dos fenômenos retratados em nosso percurso investigativo. Gama, Campos e Ferrer (2014) pontuam que a Psiquiatria frequentemente desconsidera contextos e relações sociais, compreendendo a doença mental apenas como uma disfunção orgânica, a partir do modelo biomédico. O que pretendemos dizer é que, em concordância com o psiquiatra brasileiro Paulo Amarante (1999), não se trata de negar as contribuições de certas áreas do conhecimento nas discussões sobre saúde mental, mas sim de não aceitar e refutar pressupostos reducionistas que propagam que vivências afetivas se resumem a reações neuroquímicas. Optamos, então, por utilizar a concepção de sofrimento psíquico, que configura um conjunto amplo de mal-estares, englobando sensações e sentimentos como angústia, estresse, preocupação, tristeza, tensão, somatização e outros (Louzada; Silva Filho, 2005). Para ilustrar brevemente a ideia que aqui defendemos, destacamos o seguinte trecho:

A experiência do sofrimento psíquico é construída socialmente e traz em si a conformação dos valores e normas de uma determinada sociedade e época histórica. Em outras palavras, aquilo que parece ser algo extremamente individual, ou seja, a vivência de um conjunto de mal-estares no âmbito subjetivo, e também a vivência de cada um como mulher ou como homem, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social (Santos, 2009, p. 1178).

Safatle (2021) levanta pontos importantes ao descrever que, com a popularização da Psicanálise, inclusive entre profissionais da Psiquiatria, a noção de sofrimento psíquico se complexificou, posto que, sob esse paradigma, não poderia ser reduzida a aspectos orgânicos.

Isso se deve, em grande medida, ao fato de que a Psicanálise ousou acrescentar outros elementos à equação, ao enunciar que, em muitas das vezes, o mal-estar psicológico decorre de conflitos e contradições entre a pessoa, como sujeito de seu desejo, e o social, com as suas instituições e normas. Em suma, o processo de socialização é violento e está intimamente relacionado com a experiência de sofrimento psíquico, sobretudo se considerarmos os papéis das instituições ocidentais na interdição do desejo e no controle dos corpos. Em outras palavras, a Psicanálise trouxe provocações referentes aos papéis da família, da Igreja, da sexualidade e do trabalho, por exemplo, na constituição do sujeito. Com base nisso, é pertinente enfatizar a ideia de que a produção de saúde/sofrimento mental tem uma dimensão social e política (Veiga, 2019).

Gama, Campos e Ferrer (2014), após fornecerem breves explicações a respeito dos manuais de classificação e as suas matrizes paradigmáticas, levantam a discussão sobre o apego da Psiquiatria tradicional ao diagnóstico. As autoras e o autor descrevem que os serviços de saúde mental e as/os profissionais da área, de maneira geral, dedicam maior atenção aos considerados “casos graves”, ou seja, aqueles com sintomas mais facilmente categorizáveis e que frequentemente estão vinculados ao uso de psicofármacos. Já as queixas difusas, que chegam na Atenção Básica, do Sistema Único de Saúde, são consideradas de menor importância, por isso não recebem a devida atenção. O artigo adverte, no entanto, que se não forem cuidadas adequadamente, condições supostamente simples podem se agravar. De acordo com dados compartilhados por Costa e Nebel (2018), cerca de 23 milhões de brasileiras/os eram acometidas/acometidos por quadros depressivos em 2018, dentre as/os quais aproximadamente cinco milhões apresentavam estados moderados ou severos. A maior parcela de pessoas com algum tipo de sofrimento psíquico era jovem, o que gera preocupação quanto a uma possível cronificação.

4.1 SOFRIMENTO MENTAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES

Considerando-se os cenários sociais apresentados no desenvolvimento deste trabalho, ou seja, marcados por lógicas de dominação como o patriarcado, o racismo e o capitalismo, é possível pressupor que ser mulher, por si só, constitui um fator de risco para a saúde mental. Conforme apontam Rabasquinho e Pereira (2007) a partir de uma leitura epidemiológica, em diferentes países do mundo e em diversos contextos culturais as mulheres apresentam maior predisposição a desenvolver certos padrões de sofrimento psíquico, com destaque para os quadros depressivos, ansiosos e de ideação suicida. A autora e o autor compartilham dados retirados de variados estudos dedicados à investigação de possíveis

interfaces entre gênero e saúde mental, e, de maneira geral, acusam diferenças, tanto quantitativas quanto qualitativas, nos processos de adoecimento. Zanello e Silva (2012) também se engajam na construção da discussão, apontando para as variações percebidas nos quadros de sofrimento mental femininos e masculinos mapeados em dois hospitais psiquiátricos brasileiros do Distrito Federal. Para exemplificar algumas das disparidades observadas, pontuam que, mundialmente, a depressão é uma doença com maior prevalência entre as mulheres, somando de duas a três afetadas para cada homem; este, por sua vez, está mais propenso ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Cientistas das áreas e subáreas responsáveis pela produção de conhecimentos e práticas de cuidado em saúde mental tentam explicar as particularidades nos modos de adoecer de mulheres e homens. Para a Psiquiatria tradicional, a perspectiva mais prestigiada é a que se respalda em aspectos orgânicos, ou seja, a que se vale das especificidades biológicas femininas e masculinas para justificar os riscos do desenvolvimento de quadros de sofrimento psíquico. Zanello e Silva (2012) destacam também que há quem discuta a questão sob um olhar sociocultural com o objetivo de problematizar os impactos de atravessamentos étnico-raciais, de gênero, de sexualidade e de classe na produção de subjetividades e de sofrimento mental. No artigo em questão, o tema é debatido pelo viés dos estudos feministas, que sinalizam a violência de gênero sofrida pelas mulheres como um fator de risco ao seu bem-estar psicológico.

Partimos, então, da ideia de que a violência de gênero, em suas diversas manifestações, afeta todas as mulheres, ainda que de distintas maneiras e proporções, considerando o seu caráter interseccional. É interessante descrever que, resumidamente, o machismo pode ser caracterizado como um conjunto de estratégias opressivas exercidas, especialmente, sobre as mulheres com o intuito de dar manutenção ao sistema de poder que sustenta os privilégios masculinos. Ou, ainda, como “a crença na superioridade inerente a um sexo, o que implicaria seu direito à dominância” (Lorde, 2019, p. 55). Tendo em vista que a opressão machista consiste em uma expressão socialmente violenta de poder, é certo que produz variados graus de sofrimento psicológico. Ademais, outros fatores sociais de desigualdade podem se somar à violência contra as mulheres, como o racismo, a pobreza e a LGBTQIAPN+fobia, por exemplo, o que torna ainda mais complexa essa discussão.

É possível recorrer novamente a Zanello (2018) que, a partir de uma leitura foucaultiana, resgata elementos sobre a história da loucura no Ocidente e propõe diálogos com

o conceito de “dispositivo de sexualidade”², trabalhado na obra *História da sexualidade – a vontade de saber* (2006). É necessário fazer a ressalva de que, apesar de a pesquisadora utilizar o termo “loucura”, em nossa investigação, particularmente, priorizamos a ideia de sofrimento psíquico, de maneira que concebemos que o processo de enlouquecer consiste em uma expressão, dentre tantas outras possíveis, de mal-estar psicológico. Em seu entendimento, a produção social de sofrimento mental feminino no Ocidente está diretamente relacionada com os desdobramentos do dispositivo de sexualidade, os quais intitula como “dispositivo amoroso” e “dispositivo materno”. Tais estratégias de poder seriam responsáveis por gerar sobrecarga social e mental, mantendo as mulheres em condição de subalternidade. Isso porque tanto o dispositivo amoroso quanto o materno teriam a finalidade de dar manutenção aos papéis de poder instituídos pelo modelo de família nuclear burguesa no qual existe a evidente hierarquia entre os gêneros, além da divisão sexual do trabalho. Assim sendo, é possível pressupor que o sofrimento psíquico feminino é, em alguma medida, decorrente da lógica opressiva que ancora a produção de subjetividades por meio do gênero.

4.2 BIOPODER E NECROPOLÍTICA: O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DE SOFRIMENTO MENTAL

Diante do que se apresenta neste trabalho, parece pertinente aprofundar o debate sobre os aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico. Isso se justifica pelo fato de que essa ideia tangencia as obras de diversas/os autoras/es das Humanidades, além de fornecer pistas preciosas acerca dos processos de subjetivação na contemporaneidade.

A Sociologia é uma área do conhecimento que se compromete a trabalhar com questões referentes aos seres humanos em relação ao meio e às outras pessoas, destacando particularidades de grupos, comunidades e instituições. Já a Política diz respeito à arte de governar, sendo outro ramo basilar das Ciências Humanas. Lançamos mão da ideia de que o sofrimento psíquico pode ser entendido como um fenômeno produzido pelo social que, por vezes, é utilizado como uma estratégia de Estado em prol do controle de um povo por meio da dominação de seus corpos e da alienação de seus desejos.

O conceito de “biopoder”, trabalhado por Michael Foucault (1999), parece relevante para a discussão, pois a complexifica. Em suma, o poder sobre a vida se trata de deixar viver ou fazer morrer, ou seja, determinar quais vidas estão autorizadas a existir e quais não

² “[...] conjunto heterogêneo que compõe uma estratégia de gerenciamento e controle de corpos, de modos de seres de populações” (Cassal; Garcia; Bicalho, 2011, p. 465).

estão. Em consonância a isso, temos a ideia correlata de “biopolítica”, que pretende “abarcas todas as estratégias específicas e contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes” (Rabinow; Rose, 2006, p. 28). Com a finalidade de facilitar o entendimento, a noção de biopolítica pode ser assim descrita:

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (Revel, 2005, p. 26).

Em linhas gerais, tanto o biopoder quanto a biopolítica se pautam na dominação, exploração, expropriação e, por vezes, na eliminação de pessoas ou de grupos como um todo. Seguindo essa lógica, destacamos o conceito de “necropolítica”, formulado por Achille Mbembe (2018) que, sob inspiração foucaultiana, discorre acerca das políticas de morte promovidas e perpetradas pelo Estado. Em linhas gerais, trata-se da violência de reprodução estatal em prol da manutenção dos privilégios das classes dominantes.

Sobre as relações entre a necropolítica e a produção de sofrimento mental, que pode também ser chamado de sofrimento psicossocial, citamos o trabalho de Raquel Gouveia Passos (2023). A autora denuncia os impactos do genocídio da juventude preta e periférica na subjetividade de mulheres pretas, apontando para a promoção social de adoecimento e a ineficiência da Psiquiatria e da Psicologia hegemônicas na oferta de cuidados para esse grupo.

A produção social de sofrimento psíquico é uma política mórbida, visto que, mesmo quando não abrevia vidas, promove a mortificação do desejo. Talvez pareça radical inserirmos essa ideia em nossa investigação, mas a intenção é pensar como a produção de morte é uma realidade que nos atravessa cotidianamente, em maior ou menor medida, gerando reverberações em nossos processos de subjetivação. Nós, como mulheres, somos disciplinadas pela violência e pelo medo, nos mais diversos contextos, e talvez por isso determinados quadros de sofrimento mental nos sejam mais recorrentes.

5 CAMINHOS – METODOLOGIA E ÉTICA DE PESQUISA

A pesquisa feminista acadêmica e ativista tentou repetidas vezes responder à questão sobre o que nós queremos dizer com o termo, intrigante e inescapável, 'objetividade'. Temos gasto muita tinta tóxica e árvores transformadas em papel para difamar o que eles queriam dizer com o termo e como isso nos machuca.

(Donna Haraway, 1995, p. 7)

Por estar a presente investigação atrelada à colaboração direta de outras pessoas, nós a submetemos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Assis. O número do protocolo atribuído ao projeto foi 60505622.3.0000.5401, e somente após a aprovação para aplicação do questionário e realização das entrevistas, iniciamos a divulgação entre mulheres vinculadas a diferentes programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas brasileiras. O compartilhamento do questionário ocorreu principalmente por *e-mails* institucionais e por redes sociais, priorizando páginas e grupos relacionados ao contexto acadêmico, dentre os quais mencionamos os grupos de bolsistas da Capes e do CNPq.

5.1 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi proposta em duas etapas para coleta de dados. A primeira consistia na aplicação do questionário por meio de formulário *online*, compartilhado em redes sociais e em *e-mails* institucionais de programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas (tanto federais quanto estaduais) das cinco regiões do país. A pretensão era reunir respostas de, no mínimo, 150 pós-graduandas, quantidade que só foi atingida em aproximadamente dois meses.

Por não se tratar de uma pesquisa quantitativa, optamos pelo uso de um questionário próprio, pautado em nossos interesses. Tanto a proposição quanto a estratégia de aplicação do formulário foram inspiradas por Costa e Nebel (2018), visto o amplo alcance que obtiveram em seu estudo no qual discutiram o sofrimento psíquico entre mestrandas/os e doutorandas/os de todo o país. Antes de apresentar as questões, o formulário descrevia os seus objetivos e os seus aspectos éticos, juntamente com os contatos do professor Leonardo Lemos de Souza, que é quem me orienta, do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp

de Assis e o meu. O questionário foi composto por 79 itens, divididos em três seções: dados pessoais (26 itens), informações acadêmicas (16 itens) e aspectos subjetivos (36 itens). Cabe destacar que a primeira questão consistia no aceite para a participação na pesquisa, e apenas a partir da resposta positiva as pós-graduandas tinham acesso ao restante do questionário.

As seções continham questões objetivas – na maioria das vezes, com opções para marcação – e descritivas, em que as participantes podiam desenvolver as respostas e/ou tecer os comentários que julgassem importantes se assim o desejassem. As questões objetivas foram pensadas com o propósito de agrupamento de respostas, por isso, na maior parte dos casos, eram simplificadas ou de classificação por escalas qualitativas. Além disso, alguns itens admitiam múltiplas marcações e/ou a inserção de outras respostas, caso as opções listadas não fossem suficientemente explicativas ou pertinentes às realidades das pós-graduandas.

Cinquenta e seis itens eram obrigatórios, ou seja, deveriam ser respondidos para a conclusão e o envio do questionário, dentre eles idade, orientação sexual e autodeclaração étnico-racial. As questões optativas eram, em sua maioria, discursivas. Os itens objetivos foram propostos para obter informações gerais acerca do perfil das pós-graduandas. Já os optativos possuíam majoritariamente caráter descritivo e eram ligeiramente mais específicos, pois pretendiam acessar, com todas as limitações impostas pela ferramenta utilizada, percepções e vivências.

É importante enfatizar que a investigação em nenhum momento teve pretensões quantitativas. Os resultados obtidos, no entanto, são importantes para a defesa e sustentação da hipótese de que marcadores sociais de diferença interferem, direta e/ou indiretamente, na produção de subjetividades, promovendo saúde ou sofrimento mental.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

De acordo com Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2019), desde 1997 as mulheres são maioria dentre quem conclui o mestrado, e no ano de 2003 isso se ampliou para o nível de doutorado. Em 2017, elas já somavam 55,7% dentre as/os mestras/es, e 54,4%, as/os doutoras/es. Em virtude disso e, sobretudo, de nossos objetivos, iniciamos o questionário com a pergunta sobre identidade de gênero. Elencamos as seguintes classificações como alternativas para marcação: “mulher cisgênero”, “mulher transgênero”, “travesti” e “não binária”. Além disso, as respondentes poderiam incluir outras identidades, caso não se sentissem contempladas. Das 156 pós-graduandas, 154 (98,8%) se autodeclararam mulheres cisgênero, ou seja, que se identificam com o gênero que foi a elas atribuído em seu nascimento. Outras duas pessoas

(1,2%) se definiram como não binárias ou gênero fluído, isto é, não se identificavam nem como mulheres nem como homens ou, ainda, transitavam por essas identidades sem a necessidade de definição.

Inserimos uma questão sobre nacionalidade, tendo em vista que um dos nossos pré-requisitos era que as participantes da pesquisa estivessem vinculadas a universidades públicas brasileiras, o que independe de seus países de origem. No total, 151 (96,8%) mulheres que compuseram a amostra são brasileiras, e as demais se dividiram em: duas (1,2%) colombianas, duas (1,2%) venezuelanas e uma (0,6%) equatoriana. Dessa maneira, o estudo contou apenas com a participação de pesquisadoras provenientes de países da América Latina.

Entre as brasileiras, apesar de não perguntarmos especificamente sobre as suas respectivas regiões, propusemos itens sobre as suas cidades de origem e de residência. Apesar dos nossos esforços de ampla divulgação da pesquisa em todas as regiões do país, se fez notória a predominância do Sudeste, fato que deve ser considerado quando olharmos para as informações levantadas. Cabe ressaltar que houve grande adesão entre pós-graduandas de uma universidade federal localizada no estado de Minas Gerais, particularmente. A Região Norte apresentou a menor expressividade, quando comparada com as demais.

Referente à distribuição regional, o CGEE (2019) aponta que, em 1996, 67,4% dos títulos de mestrado e doutorado foram concedidos na Região Sudeste; em 2017, houve diminuição desse percentual em quase 20%, visto que região teve 47,2% das pessoas tituladas em todo o Brasil. Nesse espaço de tempo, as demais regiões apresentaram índices de crescimento em seus números, como o Nordeste, que teve um aumento de 8%, titulando 18,6% das/os mestras/es e doutoras/es do país. A região que menos tituló em 1996 foi o Norte, com apenas 1,3%; apesar de manter a última posição, sua porcentagem subiu para 4,8%, de acordo com os dados levantados em 2017. O estudo aponta que, proporcionalmente, o Sul concedeu mais títulos às mulheres, que somaram 59% entre mestras/es e 57% entre doutoras/es. Em grande parte dos estados, as mulheres se titularam mais do que os homens.

O item sobre a idade foi apresentado com opções que abarcavam intervalos de seis ou cinco anos, dispostos da seguinte forma: 20 a 25 anos; 26 a 30 anos; 31 a 35 anos; 36 a 40 anos; 41 a 45 anos; 46 a 50 anos; 51 a 55 anos; 56 a 60 anos; e mais de 60 anos. Atingimos um grupo majoritariamente jovem: 26 (16,7%) pós-graduandas estavam na faixa etária entre 20 e 25 anos, e 56 (35,9%), entre 26 e 30 anos, ou seja, mais da metade da amostra tinha até 30 anos. Sobre as demais respondentes: 32 (20,5%) estavam na faixa entre 31 e 35 anos; 12 (7,7%) entre 36 e 40 anos; 16 (10,3%) entre 41 e 45 anos; nove (5,8%) entre 46 e 50 anos; uma (0,6%) entre 51 e 55 anos; e quatro (2,6%) entre 55 e 60 anos. Nenhuma participante da pesquisa tinha mais

de 60 anos. De acordo com os dados reunidos pelo CGEE (2019), no ano de 2017, as médias etárias das/os tituladas/os mestras/es e doutoras/es foram de 33 e 37 anos, respectivamente.

Com vistas a mapearmos as identidades étnico-raciais das mulheres que compuseram a amostra, utilizamos as seguintes classificações: amarela, indígena, negra/preta e branca. Além disso, deixamos aberta a possibilidade de inserção de outros grupos étnico-raciais, caso as participantes não se sentissem contempladas com os que foram elencados originalmente. Cento e sete (68,6%) mulheres se autodeclararam brancas, 25 (16%) se autodeclararam pretas/negras e sete (4,5%) se autodeclararam amarelas. Esse item apresentou uma significativa inserção de outro grupo étnico-racial, visto que 13 (8%) se autodeclararam pardas.

Cabe ressaltar que, de acordo com a categorização adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas que se identificam como pardas integram o grupo de pessoas negras. Em consonância a isso, é pertinente mencionar que Sueli Carneiro (2011) adverte que essa classificação foi forjada com o intuito de apagamento e invisibilização da identidade étnico-racial de pessoas negras de pele clara. Por fim, apontamos que a investigação foi composta com a participação de 38 (24,8%) mulheres negras, entre pretas e pardas. Somados à ausência de mulheres indígenas, esses números ilustram a lógica racista que impera na sociedade brasileira e nos ambientes de poder, considerando que, conforme os dados apresentados pelo IBGE (2022), pessoas negras, pretas e pardas, representam mais da metade da população do país. Isso quer dizer que, ainda hoje, não existe equidade racial no acesso à educação, sobretudo no quando nos referimos ao ensino superior.

Em nosso entendimento, para que possamos discutir questões étnico-raciais e as suas interfaces com a produção de conhecimento científico, é imprescindível não perder de vista que o racismo está cristalizado nos espaços de poder. Conforme demarcado anteriormente, as instituições de ensino, sobretudo as universidades, foram originalmente planejadas para educar a elite econômica nacional, constituída, quase que em sua totalidade, por pessoas brancas. Isso impôs barreiras, objetivas e subjetivas, para a incursão de pessoas pretas e de outros grupos étnico-raciais minoritários em tais espaços. A Lei n. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, é uma ação afirmativa que, ao menos em tese, tem a proposta de promover uma pequena reparação histórica na área da educação, visto que facilitaria a democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, inserindo pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e provenientes da rede pública em universidades e institutos federais de ensino médio e técnico, conforme descrevem Cordeiro, Diallo e Cordeiro (2019). As autoras destacam,

porém, que grande parte dos programas de pós-graduação *stricto sensu* ainda hoje se mostra contrária às cotas raciais, apesar da pressão dos movimentos sociais ligados à pauta.

Provavelmente, uma parcela significativa das respondentes do questionário, assim como as mulheres inseridas nos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* como um todo, não acessou ou acessou parcialmente a política, considerando o pouco tempo que está vigorando. A temática das cotas raciais, apesar de não ter sido devidamente discutida, tangenciou a pesquisa, pois uma das entrevistadas relatou ter acessado a política para o seu ingresso na universidade e, possivelmente, o mesmo aconteceria em seu processo seletivo para o doutorado.

Quanto à orientação sexual das participantes, 113 (72,4%) se afirmaram heterossexuais. As demais se distribuíram nas seguintes proporções: 23 (14,7%) bissexuais; 11 (7,1%) lésbicas; quatro (2,6%) pansexuais; quatro (2,6%) assexuais; e uma (0,6%) preferiu não se rotular. Sobre o estado civil, 80 (51,3%) pós-graduandas estavam solteiras; 38 (24,4%) estavam casadas; 27 (17,3%) relataram viver em união estável; e 11 (7,1%) responderam ser divorciadas.

Julgamos imprescindível reunir informações sobre possíveis deficiências e/ou neurodivergências entre as participantes da pesquisa. Cento e quarenta e quatro (92,3%) afirmaram não ser portadoras de nenhum tipo de deficiência ou neurodiversidade, ao passo que as demais, que somaram 12 respostas (7,4%), se autodeclararam deficientes e/ou neurodivergentes. Em sequência, propusemos a elas que especificassem os seus respectivos quadros ou condições. Para tanto, elencamos categorias, com a possibilidade de múltipla marcação e de inserção de outras informações se lhes parecesse necessário e/ou conveniente. Dentre as pesquisadoras neurodivergentes, quatro (33,3%) estão no Espectro Autista (TEA), e uma (8,3%) é portadora do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). No que se refere às deficiências, duas (16,7%) respondentes são deficientes auditivas, uma (8,3%) é portadora de deficiência intelectual, quatro (33,3%) possuem deficiência visual, e uma (8,3%) tem deficiência múltipla. As demais inseriram respostas que não necessariamente consistem em deficiências e/ou neurodivergências, tais como quadros de sofrimento psíquico, por isso foram desconsideradas. Cento e doze (72,3%) pós-graduandas não possuíam quaisquer comprometimentos físicos e/ou mentais que interferissem em suas rotinas acadêmicas, ao passo que 43 (27,7%) afirmaram o contrário. No item subsequente, elas descreveram as suas condições de saúde. Foram mencionados agravos como anemia, artrite, fibromialgia, endometriose, enxaqueca, gastrite, hérnia de disco, síndrome do intestino irritável e outros.

Contudo, as condições com maior prevalência são de ordem da saúde mental, com predominância de quadros depressivos e ansiosos.

A questão sobre como e/ou com quem as participantes da pesquisa moravam permitia que escolhessem mais de uma resposta, se porventura assim o desejassem e/ou julgassem pertinente. A intenção era abranger múltiplos arranjos. Considerando que os dados possibilitam intersecções, os resultados foram: 70 (44,9%) moravam com a/o companheira/o; 29 (18,6%) com a/o(s) filha/o(s); 31 (19,9%) com a família de origem e/ou com parentes; 29 (18,6%) sozinhas; 12 (7,7%) com amiga/o(s); nove (5,8%) em repúblicas ou pensionatos; quatro (2,6%) em outros arranjos; e apenas uma (0,6%) na moradia estudantil de sua instituição de ensino. Fazemos a ressalva de que, no questionário, em um item descritivo, uma pós-graduanda pontuou a sua necessidade e dificuldade em conseguir vaga na moradia estudantil. Na ocasião, ela tinha três filhas/os e informou que a obtenção de vagas para famílias, apesar de possível, era mais difícil, em comparação com as pessoas que precisam abrigo apenas para si.

Em consonância a isso, notamos a insuficiência de políticas de permanência estudantil voltadas à pós-graduação, tanto que apenas oito (5,2%) participantes afirmaram receber algum tipo de auxílio ou suporte institucional. As políticas de permanência mencionadas foram auxílio-alimentação, auxílio-aluguel ou vaga na moradia estudantil. O auxílio-transporte, citado algumas vezes, consiste, na verdade, em uma política de mobilidade urbana, com o nome de “Passe Livre”, presente em algumas cidades brasileiras. Em linhas gerais, trata-se da gratuidade no uso de transporte público para certos grupos de pessoas, incluindo estudantes de graduação e de pós-graduação. Não consideramos as bolsas de pesquisa fornecidas por órgãos de fomento, estaduais ou federais, como uma política de permanência, pois é a remuneração para o desenvolvimento de um trabalho, o que, em nossa percepção, equivale a um salário, como ocorre com as/os trabalhadoras/es de qualquer categoria profissional.

Pensamos em duas perguntas para que as pós-graduandas pudessem avaliar os locais onde residiam, considerando que as condições de moradia têm relações diretas e indiretas com a qualidade de vida e com o desempenho acadêmico. A primeira questionava se elas se sentiam confortáveis, seguras e acolhidas onde moravam, e elas escolheram entre “sim”, “não”, “na maior parte do tempo, sim” ou “na maior parte do tempo, não”. Noventa e uma (58,3%) responderam “sim”, 57 (36,5%), “na maior parte do tempo, sim”, quatro (2,6%), “não” e, por fim, quatro (2,6%), “na maior parte do tempo, não”.

Na pergunta subsequente, indagamos se elas dispunham de um ambiente silencioso, iluminado e tranquilo para realizar os estudos. As opções de resposta eram idênticas às da

questão anterior. Oitenta e uma (51,9%) apontaram que “sim”, 49 (31,4%), “na maior parte do tempo, sim”, 14 (9%), “não”, e 12 (7,7%), “na maior parte do tempo, não”. Cabe pontuar ainda que 93 (59,6%) pós-graduandas que compuseram a amostra residiam na mesma cidade onde está localizada a instituição de ensino superior com a qual possuíam vínculos acadêmicos. As demais, que somaram 63 (40,4%) respostas, moravam em outros municípios.

Sobre a maternidade, propusemos que as participantes assinalassem o número de filhas/os; as alternativas se iniciavam com “zero” e evoluíam gradualmente até a opção “mais de cinco”. Cento e dezenove (76,3%) respondentes não eram mães, 21 (13,5%) tinham uma/um filha/o, 11 (7,1%) tinham duas/dois filhas/os, e cinco (3,2%) tinham três filhas/os; ou seja, 37 (23,8%) mulheres da amostra eram mães. Vinte e duas afirmaram contar com uma rede de apoio, e as demais não possuíam esse tipo de suporte. Em consonância a isso, acrescentamos uma questão sobre políticas de permanência estudantil voltadas para mães, pais e/ou responsáveis. Indagamos se a instituição de ensino à qual elas estavam vinculadas oferecia centros de convivência infantil, auxílio-maternagem/paternagem ou algo similar, e as respostas obtidas foram as seguintes: 79 (50,6%) não souberam informar, 45 (28,8%) afirmaram que a instituição de ensino dispunha de alguma política do gênero, e as demais, que somam 32 (20,5%) mulheres, responderam que não havia esse tipo de respaldo.

Sobre os estabelecimentos educacionais onde realizavam as suas pesquisas, 97 (62,2%) estavam vinculadas a universidades federais, e 59 (37,8%), a universidades estaduais. Noventa e oito (62,8%) respondentes estavam desenvolvendo o doutorado, e as demais, que somam 58 (37,2%), o mestrado. Quanto às áreas de estudo, a distribuição foi a seguinte: 44 (28,2%) realizavam pesquisas nas Ciências Biológicas, 30 (19,2%) nas Ciências Humanas, 24 (15,4%) nas Ciências da Saúde, 16 (10,3%) nas Ciências Sociais, 16 (10,3%) em Linguística, Letras ou Artes, 11 (7,1%) nas Ciências Agrárias, oito (5,1%) nas Engenharias e sete (4,5%) nas Ciências Exatas e da Terra. Em relação a essa divisão, o CGEE (2019) assim aponta:

Entre 1996 e 2017, as mulheres passaram a ser maioria entre mestres e doutores titulados na grande área do conhecimento das Ciências Agrárias, passaram a representar mais de dois terços dos titulados nas Ciências da Saúde, apresentaram crescimento relativamente pequeno em sua participação nas Engenharias e diminuíram sua participação nas Ciências Exatas e da Terra.

O questionário também possibilitou o levantamento de informações de caráter socioeconômico das pós-graduandas. No item em que perguntamos a respeito das principais fontes de renda, foi oferecido às participantes espaço para múltiplas marcações, fato que permitiu intersecções nos números. As respostas obtidas foram as seguintes: 104 (66,7%) tinham a bolsa de pesquisa; 50 (32,1%), contavam com a remuneração de outro(s) trabalho(s);

41 (26,3%), dispunham do suporte financeiro de familiares e/ou amigas/os; 32 (20,5%), auferiram ganhos associados a atividades informais, além de outras fontes variadas que foram também citadas em menores proporções.

Cento e onze (71,2%) pós-graduandas eram bolsistas, e 45 (28,8%) não recebiam nenhum tipo de remuneração por suas atividades acadêmicas. Entre os órgãos de fomento citados, se destacaram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que juntos somaram o montante de 83 (74,8%) bolsas. A terceira instituição mais citada foi a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com treze (11,7%) bolsistas. Além disso, órgãos de fomento dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro também foram mencionados – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), respectivamente.

Além dos estudos desenvolvidos na pós-graduação, metade das respondentes desempenhava outras atividades laborais remuneradas, incluindo trabalhos informais e/ou esporádicos. No caso das bolsistas, isso se dava geralmente com o intuito de complementação da renda, pois, conforme destacado por várias delas, os valores das bolsas eram, ao menos naquele momento, insuficientes para custear todas as despesas, que incluíam moradia, transporte, alimentação e outras. Quando os questionários foram aplicados, os valores das bolsas da Capes e do CNPq ainda não haviam sido reajustados, fato que ocorreu somente em fevereiro de 2023, dando fim a quase dez anos sem aumento. Os valores eram, até então, de R\$ 1.500,00 para mestrandas/os, e R\$ 2.200,00 para doutorandas/os. Com o reajuste, passaram para R\$ 2.200,00 e R\$ 3.100,00, respectivamente.

Ao lermos o trabalho de Louzada e Souza Filho (2005), percebemos que a baixa remuneração das/os pesquisadoras/es em formação é uma questão de grande importância, influenciando diretamente a produção de sofrimento psíquico, considerando os seus desdobramentos em termos de qualidade de vida. A queixa permanece quase 20 anos após o estudo citado, demonstrando que a desvalorização das/os cientistas em cenário nacional é um problema que se mantém.

Para respaldar esta constatação, transcrevemos uma resposta retirada de um questionário que nos pareceu traduzir os sentimentos de grande parte das mulheres que integraram a amostra:

[Sobre os valores das bolsas de pesquisa]: É complicado, né? Se for levar em consideração a alta na inflação já seria um grande motivo para que as condições de permanência fossem compreensivas à luz da precarização. Outra questão é uma década sem reajuste... É difícil ser cientista, te pedem dedicação exclusiva, um salário

baixo e nenhuma seguridade social. Você dedica pelo menos 10 anos da tua vida, tempo e energia para a pesquisa e não recebe nada em troca. Se for pensar nos últimos quatro anos só recebemos soco no estômago e foi um período difícil. Imagina? Dois dias antes de vencer meu aluguel saiu que a Capes não tinha dinheiro... Como que lida com isso? Se não fizer um trabalho de revisão por fora, não correr atrás disso, fica difícil fazer uma reserva financeira. Meu aluguel consome 50% do valor da bolsa... Ao mesmo tempo que é um privilégio ter bolsa no meio desse furacão de cortes, é desgastante e preocupante. (2023)

A situação à qual a pós-graduanda se refere é o comunicado da Capes, divulgado em dezembro de 2022, sobre a falta de recursos para efetuar o pagamento das bolsas, que provocou grande consternação e preocupação na comunidade acadêmica, incluindo a doutoranda que aqui escreve. Após mobilizações, a situação foi regularizada, e, com alguns dias de atraso, elas finalmente foram pagas. Cabe destacar que, em diversos casos, tais recursos são a única fonte de renda das/os discentes, visto que grande parte dos programas de pós-graduação *stricto sensu* exige dedicação exclusiva de suas/seus bolsistas.

Ainda no que tange ao aspecto socioeconômico, indagamos se elas consideravam receber o apoio financeiro necessário para se manterem na pós-graduação. Em sequência, sugerimos que, caso se sentissem confortáveis, tecessem comentários a respeito disso. Apenas 49 (31,4%) pós-graduandas, número que representa menos de um terço da amostra, afirmaram dispor do suporte do qual precisavam; as demais, que somaram 107 (68,6%) respostas, julgavam que os seus recursos materiais não bastavam. Diversas respondentes pontuaram que os valores das bolsas de pesquisa estavam aquém de suas necessidades. Algumas até disseram depender, em maior ou menor medida, do auxílio financeiro de familiares, amigas/os e/ou companheiras/os. Foi descrito, ainda, desconforto em relação ao não reconhecimento da profissão de pesquisadora e à ausência de direitos trabalhistas e seguridade social. Parte das pós-graduandas também apontou a falta de materiais e/ou de equipe de apoio para o desenvolvimento de suas investigações, o que acarretava, por vezes, gastos de recursos próprios. Para exemplificar a situação, destacamos uma das respostas:

[Em] nosso laboratório, o trabalho requer utilizar máquinas muito perigosas. Com o corte [de verba], o laboratorista foi mandado embora. Desta forma, temos que contratar por nossa conta serviços de terceiros. Não temos reagentes. Temos que comprar do nosso bolso muitas coisas. (participante da pesquisa, 2023)

Sobre a quantidade de horas semanais dedicadas aos trabalhos remunerados realizados para além de suas pesquisas, organizamos as alternativas em intervalos de cinco horas, numa crescente que se iniciava com a opção “menos de cinco horas por semana” e ia até “mais de quarenta horas por semana”. Tendo em vista que 78 pós-graduandas responderam esse item, as proporções foram as seguintes: dez (12,8%) dedicavam menos de cinco horas semanais

a esses outros trabalhos, dez (12,8%) entre cinco e dez horas, 11 (14,1%) entre 11 e 15 horas, nove (11,5%) entre 16 e 20 horas, três (3,8%) entre 21 e 25 horas, dez (12,8%) entre 26 e 30 horas, sete (9%) entre 31 e 35 horas, sete (9%) entre 36 e 40 horas e, por fim, 11 (14,1%) mais de 40 semanais a essas atividades. É importante frisar que, na época de aplicação dos questionários, diversos programas de pós-graduação e órgãos de fomento ainda exigiam dedicação exclusiva de suas/seus bolsistas, o que inviabilizava ou, ao menos, dificultava a busca por fontes complementares de renda.

Referente ao tempo investido nas pesquisas, as opções apresentadas às pós-graduandas eram idênticas às do item anterior. Obtivemos 156 respostas e a distribuição foi: 14 (9%) mulheres despendiam menos de cinco horas por semana em suas atividades acadêmicas, 25 (16%) entre cinco e dez horas, dez (6,4%) entre 11 e 15 horas, 21 (13,5%) entre 16 e 20 horas, 16 (10,3%) entre 21 e 25 horas, 13 (8,3%) entre 26 e 30 horas, dez (6,4%) entre 31 e 35 horas, 25 (16%) entre 36 e 40 horas e, por fim, 22 (14,1%) mais de 40 horas semanais em suas investigações. É importante não perder de vista que aqui nos referimos ao tempo dedicado a atividades como aulas, experimentos, práticas laboratoriais, idas a campo, orientações individuais e/ou grupais, leitura de textos acadêmicos, escrita, apresentações de trabalhos em eventos, submissão de artigos em revistas científicas, estágios e outras.

Para discorrermos sobre a infraestrutura das universidades, propusemos que as participantes a classificassem em “ótima”, “boa”, “regular”, “ruim” ou “péssima”. Por infraestrutura, nos referimos especialmente ao espaço físico, às condições materiais e aos instrumentos de trabalho disponibilizados, incluindo salas de aula, moradias estudantis, restaurantes universitários, bibliotecas, laboratórios, equipamentos e outros. Setenta e duas (46,2%) pós-graduandas consideraram “boa” a infraestrutura das instituições às quais estavam vinculadas, 46 (29,5%) a classificaram como “ótima”, 35 (22,4%) como “regular”, duas (1,3%) como “ruim”, e uma (0,6%) como “péssima”.

Na seção que intitulamos “Aspectos subjetivos”, o propósito foi reunir informações sobre percepções e vivências dessas mulheres no contexto da pós-graduação. *A priori*, sugerimos que avaliassem os seus desempenhos acadêmicos e obtivemos os seguintes resultados: 33 (21,2%) pós-graduandas classificaram os seus desempenhos como “ótimo”, 82 (52,6%) como “bom”, 36 (23,1%) como “regular”, quatro (2,6%) como “ruim”, e uma (0,6%) como “péssimo”.

Sobre os seus relacionamentos mediados pela instituição, 64 (41%) pesquisadoras afirmaram ter ótimas relações com suas/seus orientadoras/es, 53 (34%) adjetivaram tais relações como boas, 24 (15,4%) como regulares, 11 (7,1%) como ruins, e quatro (2,6%) como

péssimas. Ainda sobre o tema, 54 (34,6%) mulheres afirmaram ter ótimos relacionamentos com suas/seus colegas de pós-graduação, 60 (38,5%) mantinham boas relações, 33 (21,2%) julgaram como regulares, oito (5,1%) classificaram com ruins e, por fim, uma (0,6%) apontou ter péssimo relacionamento com os seus pares.

Julgamos importante perguntar se elas consideravam receber o suporte emocional e psicológico necessários à permanência na pós-graduação. As opções de respostas eram restritas, visto que se dividiam apenas em “sim” e “não”. Noventa e oito (62,8%) pós-graduandas consideravam não receber esse tipo de apoio, e 58 (37,2%) afirmaram dispor de tal recurso. Os comentários a esse respeito destacam a importância de se ter uma rede de apoio consistente, da realização de acompanhamento psicológico e da discussão sobre a solidão e o sofrimento psíquico no contexto acadêmico. Parte das pós-graduandas relatou se sentir acolhida por suas/seus orientadoras/es e colegas, mas apontou faltas e falhas institucionais. Dentre as lacunas, foram mencionadas a alta demanda em detrimento da pouca oferta de serviços como acolhimento e acompanhamento em saúde mental e a insuficiência de políticas de permanência estudantil.

Considerando que o principal compromisso ético e político da investigação é problematizar a produção social de saúde/sofrimento psicológico entre pesquisadoras em formação, propusemos questões direcionadas ao tema. Na época da aplicação do questionário, dentre as 156 pós-graduandas, 91 (58,7%) se encontravam em estado de sofrimento psíquico. Em tempo, cabe frisar que não temos a intenção de patologizar grupos nem contextos sociais, mas visibilizar subjetividades que acusam algum grau de mal-estar, pois partimos do entendimento de que saúde mental não se limita à ausência de diagnósticos e deve ser tratada e discutida em sua complexidade. Assim sendo, pedimos às mulheres que versassem acerca da questão, caso assim o desejassem. Diversas respondentes mencionaram a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico e do uso de psicotrópicos, além de se queixarem da grande quantidade de trabalho, assim como da pressão interna e externa em prol da produtividade, o que culminava frequentemente na experimentação de quadros ansiosos, depressivos e/ou psicossomáticos.

Outro assunto que tangenciou a investigação foi a pandemia de Covid-19, cujos desdobramentos acarretaram prejuízos à saúde mental. Uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), que abarcou quase seis mil pesquisadoras/es em formação, apontou que 45% delas/es apresentavam sintomas de ansiedade generalizada, e 17% estavam aparentemente deprimidas, isso ainda em 2020. Cabe ressaltar que, de acordo com Garrido e Rodrigues (2020), a crise sanitária acirrou as

desigualdades preexistentes, agravando vulnerabilidades de grupos historicamente violentados, como pessoas pretas, pobres, mulheres e a população LGBTQIAPN+.

No que diz respeito às mulheres, é pertinente retomar Pimenta (2020), que descreve algumas semelhanças entre a pandemia de Covid-19 e a situação causada pelo Ebola, em Serra Leoa. De acordo com a pesquisadora, em contextos críticos, as mulheres se sentem sobrecarregadas, visto que são socialmente responsabilizadas pelos cuidados com todo um grupo. Além da exaustão física, todo o trabalho de manutenção da vida gera consequências subjetivas que podem desencadear sofrimento psíquico em diferentes graus. Em nossa investigação, foram mencionadas as dificuldades no cumprimento de demandas do trabalho ante o cenário adverso. O isolamento social atuou como um desorganizador para grande parte das pós-graduandas que responderam ao questionário, visto que práticas laboratoriais, visitas técnicas, intercâmbios e acesso a acervos, dentre outras atividades, tiveram de ser canceladas ou adiadas, o que prejudicou o andamento de várias pesquisas.

Um ponto que julgamos pertinente averiguar foi o uso de psicofármacos (ansiolíticos, antidepressivos, antipsicóticos, anticonvulsivos, estabilizadores de humor e outros). Chegamos ao número de 54 (34,6%) respondentes que lançavam mão de tais recursos; no entanto, não nos atentamos para a importância de questionar sobre o acompanhamento profissional adequado, visto que a automedicação é um problema de saúde pública, sendo prevalente entre as mulheres (Filler *et al.*, 2020). Uma das entrevistadas afirmou já ter feito uso, por conta própria, de uma substância que atua como estimulante para o sistema nervoso central, como é possível ler no trecho a seguir.

[...] Aí fui lá, peguei e comecei a beber, tomar a *medicação*³ sozinha, comprei. E fiquei tomando duas por dia. Fiquei estudando oito horas por dia ou mais. Assim, a minha rotina era acordar cinco horas da manhã e ficava o dia todo estudando, até a hora que eu não aguentava mais. E aí consegui defender no prazo, eu tive crises, assim, gigantescas de ansiedade (Maria Beatriz, 2023, grifo nosso).

Outra informação interessante é que 80 (51,3%) pós-graduandas, ou seja, mais da metade da amostra, possuíam algum tipo de acompanhamento psicoterapêutico ou psicanalítico; em outro item, 103 (66%) afirmaram ter acesso a serviços de saúde mental. Por serviços de saúde mental, nos referimos especificamente a equipamentos e profissionais ética e tecnicamente preparadas/os para fornecer acolhimento e cuidado a pessoas em estado de

³ “[...] nome comercial do metilfenidato, é um psicoestimulante, prescrito majoritariamente no tratamento de crianças diagnosticadas com TDAH. Sendo um estimulante, da família das anfetaminas (como a cocaína), se consumida em certa dosagem, defende-se que auxiliaria no desempenho de tarefas escolares e acadêmicas, pois aumenta a atividade das funções executivas, aumentando a concentração, além de atuar como atenuador da fadiga (ITABORAHY, 2009)” (Silva *et al.*, 2012, p. 46).

sofrimento. Tais tecnologias assistivas são fornecidas pelo Estado e podem também ser contratadas com recursos próprios. Como dificultadores no acesso, algumas pós-graduandas relataram questões financeiras, longo tempo de espera no sistema público de saúde e insuficiência ou falta de assistência em suas respectivas universidades.

É importante não perdermos de vista que as políticas públicas direcionadas à saúde mental são relativamente recentes no Brasil, datam do final dos anos 1970 e anos 1980 (Yasui, 2010). Nessa época ocorreram a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e o fortalecimento do movimento pela Reforma Psiquiátrica que, além de reivindicar o fechamento de manicômios, propunha estratégias humanizadas de cuidado. A partir disso, podemos pressupor que ainda hoje tratar de sofrimento mental não é algo totalmente acessível a todas as pessoas, pois além de barreiras objetivas, há diversos preconceitos e tabus em torno da questão.

A respeito da influência da pós-graduação *stricto sensu* na produção de saúde/sofrimento mental, retomamos Costa e Nebel (2018), que apontaram que quadros que configuram os chamados transtornos mentais comuns (TMC) são frequentes entre jovens brasileiras/os e têm se mostrado prevalentes entre mestrandas/os e doutorandas/os – esse grupo apresenta maior suscetibilidade quando comparado com a população geral. Sobre os possíveis impactos da pós-graduação na produção de subjetividades, as mulheres que compuseram a amostra apontaram insegurança e ansiedade, além de se sentir constantemente pressionadas pelas demandas acadêmicas.

Para que conhecêssemos um pouco melhor as pós-graduandas, pedimos, em um primeiro momento, que relatassem o que julgavam ser as suas maiores habilidades e/ou facilidades em relação ao trabalho desenvolvido como pesquisadoras. Por se tratar de autopercepções, esse item era optativo e de caráter descritivo. Dentre os aspectos mencionados, temos: o comprometimento com a pesquisa, a organização, a boa administração do tempo e o satisfatório desempenho na escrita. Em contrapartida, as dificuldades citadas incluíram: a pressão para publicação de artigos, as inseguranças em relação aos seus desempenhos e os percalços na conciliação entre as tarefas acadêmicas e as outras dimensões da vida. A angústia em relação ao futuro profissional também merece ser destacada, considerando que diversas pós-graduandas almejam trabalhar como docentes e pesquisadoras em universidades públicas. Diante disso, é preciso ter em mente que passamos por um longo período de sucateamento e precarização da educação, da ciência e das universidades brasileiras, de modo que tivemos o nosso trabalho desvalorizado e socialmente desprestigiado e que ainda estamos em um momento político de tentativa de reconstrução.

5.3 ENTREVISTAS

O convite para a segunda etapa da pesquisa se deu basicamente com uma questão na qual conferimos a disponibilidade das pós-graduandas. Cento e dezesseis (74,4%) respondentes se dispuseram a conversar conosco, de maneira que deixaram os seus *e-mails* e/ou telefones para contato. Foram adotados alguns critérios para a seleção delas, como o desejo de colaborar, expresso no questionário, e o retorno às mensagens que lhes foram enviadas. No mais, julgamos imprescindível contemplar mulheres com características pessoais e profissionais distintas. Priorizamos pesquisadoras vinculadas a diferentes áreas, programas de pós-graduação e instituições. A proposta inicial consistia em entrevistar, ao menos, dez mulheres. Após a aplicação do questionário, junto ao meu orientador, optei por realizar a segunda etapa gradualmente, com o intuito de obter melhor aproveitamento. Foi agendada uma entrevista por vez. Após a sexta entrevista, me dei conta de que o material era suficiente para os fins da investigação.

A organização das entrevistas se deu por meio de um roteiro previamente elaborado, com o qual pretendíamos aprofundar os tópicos mais relevantes da fase anterior. Todas aconteceram remotamente, por meio da plataforma *Google Meet*, conforme a proposta apresentada ao CEP. A realização virtual da pesquisa possibilitou o contato com mulheres vinculadas a universidades de diferentes regiões do país, o que seria financeira e logisticamente inviável de maneira presencial. Após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o aval das participantes, as entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas com o auxílio do nosso arcabouço teórico. Os dias e os horários foram sugeridos e agendados de acordo com as preferências das pós-graduandas. Com o intuito de respeitar singularidades e subjetividades, apesar do roteiro de organização, as entrevistas foram pautadas na liberdade de dizer, de modo a proporcionar escuta e acolhimento. Nessa etapa da incursão, utilizamos a técnica de “história de vida”.

A “história de vida” articula relatos sobre vivências subjetivas com aspectos do contexto social compartilhado, conforme descrevem Silva *et al.* (2007). Trata-se, pois, de uma ferramenta qualitativa que se dedica a descrever um ou mais fenômenos referentes a determinado assunto, priorizando a expressão de subjetividades. A técnica traduz outra ética de produção de conhecimentos nas Ciências Humanas e Sociais, pois facilita a aproximação entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa, almejando a construção de relações de confiança durante o processo investigativo, além de respeitar os olhares daquelas que irão narrar os fatos.

Outro ponto a ser destacado é que, de acordo com Spíndola e Santos (2003), com o uso dessa técnica, os estudos tendem a valorizar as singularidades existentes no grupo de pessoas em questão, posto que, apesar de mulheres e pós-graduandas, cada uma delas possui as suas vivências particulares e os seus marcadores sociais de diferença.

5.4 OS ENCONTROS

Conforme descrito anteriormente, a proposta ética, estética e política do estudo era abarcar multiplicidades com o intuito de visibilizar diversas experiências femininas no contexto da pós-graduação. Em virtude disso, investimos esforços para entrevistar mulheres que possuíssem, em maior ou menor medida, características pessoais e profissionais distintas entre si. Dito isso, os principais critérios para a seleção foram: a disponibilidade e o desejo de participação expressos nos questionários e o vínculo institucional com programas de pós-graduação *stricto sensu*, nos níveis de mestrado ou doutorado, em universidades públicas nacionais.

Os primeiros contatos se deram por *e-mail* e/ou telefone, informados no questionário, e, a partir de respostas positivas, agendamos as conversas, que ocorreram pela plataforma *Google Meet*. Após a assinatura e o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a autorização verbal das participantes, as entrevistas foram gravadas, com o propósito de otimizar as transcrições e, posteriormente, a análise das informações coletadas.

No total, seis pós-graduandas compartilharam as suas experiências acadêmicas conosco, e a duração das conversas variou entre 50 e 120 minutos. Todas estavam, até então, vinculadas a universidades públicas federais, e não houve repetição de nenhum programa de pós-graduação ou instituição de ensino superior. Duas doutorandas residiam em um mesmo estado da Região Sudeste, e outras duas, em estados diferentes da Região Centro-Oeste; uma mestranda se alocava no Nordeste e, por fim, a outra vivia no Sul. Devido ao baixo número de respondentes no Norte, não foi possível contemplar a região nessa fase do estudo.

Cinco pesquisadoras não moravam em suas cidades, estados, regiões e/ou país de origem, e três delas se deslocaram em virtude dos estudos. Todas as mulheres são latino-americanas, das quais cinco brasileiras e uma equatoriana. Dentre as brasileiras, duas são provenientes do Nordeste, e as outras três, do Sudeste. Duas realizavam pesquisas em nível de mestrado, e as demais se dedicavam ao doutorado. Sobre as áreas de conhecimento, duas são pesquisadoras das Engenharias, uma das Ciências Exatas, uma das Ciências da Saúde, uma das

Ciências Humanas e uma da Educação. Três entrevistadas se graduaram na mesma instituição onde faziam mestrado ou doutorado. Quatro delas eram bolsistas de agências públicas (federais ou estaduais) de fomento à pesquisa. Sobre as duas pós-graduandas que, até então, não recebiam financiamento, uma era funcionária pública em licença remunerada, mas também realizava trabalhos informais esporadicamente; a outra lecionava disciplinas e coordenava um curso em uma faculdade particular. Dentre as quatro bolsistas, apenas uma mestranda tinha outro trabalho pago, com o intuito de complementar a renda.

Em relação à faixa etária, as duas pós-graduandas mais jovens tinham 25 anos, das quais uma era mestranda, e a outra já cursava o doutorado. A entrevistada de maior idade, por sua vez, já doutoranda, estava com 44 anos. Duas mulheres se autodeclararam pretas, duas se autodeclararam pardas e as demais se autodeclararam brancas. Cinco se disseram heterossexuais, e uma, bissexual. Sobre o estado civil, quatro entrevistadas estavam solteiras, uma vivia em união estável, e a outra era casada. Três moravam com os seus respectivos companheiros e filhas/o, uma com a família de origem, uma com colegas, e a outra, sozinha. Todas afirmaram dispor, em diferentes medidas, de ambientes adequados aos estudos, tanto em suas residências quanto em suas universidades.

5.5 COM LICENÇA POÉTICA – A PESQUISADORA

Antes de discorrer sobre particularidades de cada uma das mulheres que entrevistei e de descrever, mesmo que sucintamente, a potência dos nossos encontros, penso ser importante e necessário compartilhar os afetos que me atravessaram durante esse trecho do percurso. Diferentemente do que ocorreu na iniciação científica e na pesquisa de mestrado, as entrevistadas eram pessoas totalmente desconhecidas por mim, escolhidas, principalmente, com base em critérios objetivos, de modo que nós não tínhamos nenhum tipo de vínculo ou intimidade. De diferentes maneiras e em distintas proporções, fiquei insegura em todas as entrevistas. Talvez porque a minha expectativa e o meu desejo eram de que eu me sentisse capaz de fazer perguntas precisas e, ao mesmo tempo, não ser invasiva ou inconveniente. Além disso, a minha intenção era deixá-las confortáveis para que, no nosso breve contato, elas falassem sobre as suas carreiras, experiências e perspectivas de futuro. O meu receio de parecer pouco preparada para a tarefa me atrapalhou, pelo menos nos momentos iniciais, pois me era desafiador ser espontânea e estar relaxada. Tive medo de deixar escapar detalhes preciosos, de falar demais, de não saber o que e como perguntar, e por aí vai.

Felizmente, tudo correu bem. Todas elas, cada qual ao seu modo, com o seu sotaque e com a sua história de vida, me propuseram jeitos singulares de pensar os papéis das mulheres no contexto acadêmico. Elas foram extremamente gentis e generosas, me ajudando a conduzir as entrevistas com mais leveza e proximidade, tanto que, ao final de cada conversa, era como se nos conhecêssemos de longa data. Estou certa de que essa sensação tem a ver com o fato de que somos mulheres, pesquisadoras em formação e partilhamos uma série de sonhos e angústias similares.

Com o propósito resguardar o sigilo e o anonimato da pesquisa, sem comprometer o entendimento de possíveis leitoras/es, serão utilizados os primeiros nomes de mulheres que deixaram legados em diversas áreas do conhecimento e que são inspiradoras para todas/os que acreditam na potência da ciência como ferramenta de transformação social. As intelectuais homenageadas são: Virgínia Leone Bicudo, Maria Beatriz Nascimento, Nise da Silveira, Matilde Hidalgo de Procel, Lélia González e Elza Furtado Gomide.

5.5.1 Virgínia

*Olha quantos estão comigo
estão sozinhos
estão fingindo que estão sozinhos
pra poder estar comigo.*
(Stela do Patrocínio, 2001, p. 152)

A primeira entrevistada foi nomeada como Virgínia, em homenagem a Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), uma importante socióloga e a primeira brasileira não médica a se tornar psicanalista. Foi precursora na discussão da relação entre o racismo e a produção social de sofrimento psíquico entre pessoas pretas.

Virgínia, uma mestrande da área de Geografia, fez a gentileza de conversar comigo no dia 3 de janeiro de 2023. O contato inicial aconteceu semanas antes, por telefone, quando eu lhe enviei uma mensagem, convidando-a para a entrevista. Ela se autodeclarou uma mulher cisgênero, parda⁴, solteira, sem filhas/os e com 25 anos de idade. Até então, morava na capital de um estado do Nordeste, com os pais e a irmã. Estava vinculada a uma universidade federal, a mesma onde havia se graduado como geógrafa. Era bolsista da Capes, mencionando até o atraso no pagamento, ocorrido em dezembro de 2022.

Filha de uma mulher parda, dona de casa, e de um homem preto, trabalhador da indústria, Virgínia foi a primeira de sua família a acessar o ensino superior. Ela mencionou a importância da Lei n. 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas Raciais, instituída em 2012, da qual fez uso para ingressar na universidade federal. Destacou que teve o apoio de seus pais, incluindo o aspecto financeiro, que foi extremamente importante, considerando que o seu curso a demandava integralmente, de modo que teria dificuldades no desempenho de atividades laborais. No segundo ano da graduação, foi contemplada com uma bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET), que a ajudou a custear gastos com transporte e alimentação, por exemplo.

Sobre a trajetória na pós-graduação, preferiu adiar a entrada por um semestre após formada, pois ainda não se sentia preparada para tal etapa. Iniciou uma licenciatura, mas a interrompeu e optou por prestar o processo seletivo para o mestrado, no qual foi aprovada. Afirmou ter uma boa relação com suas/seus colegas do programa e com a instituição, de maneira geral. Ressaltou, em diversos momentos, que o suporte de seu orientador foi

⁴ Durante a entrevista, Virgínia afirmou estar em processo de autoidentificação étnico-racial, pois, apesar de ter se declarado parda ao longo de toda a vida, sentia que essa definição estava, em alguma medida, em questionamento, especialmente após uma amiga do seu programa de pós-graduação dizer que a via como uma mulher preta.

providencial, tanto para o seu bom desempenho acadêmico quanto para que se sentisse emocionalmente acolhida.

Dentre as suas pretensões profissionais e acadêmicas, Virgínia planejava doutorar-se em uma universidade do Sudeste, mais especificamente no estado de São Paulo. Entretanto, acrescentou que isso só se tornaria possível se fosse contemplada com uma bolsa de pesquisa, pois, caso contrário, não conseguiria se manter financeiramente. O seu objetivo principal em longo prazo é tornar-se professora universitária, pois se identifica e se realiza com as atividades de pesquisa e com a docência.

No que se refere à saúde mental, disse que, por vezes, a pesquisadora se sentia ansiosa e que essas sensações se agravaram após dar início ao mestrado. Considerava a pós-graduação potencialmente produtora de estresse e sofrimento psíquico, em virtude das inúmeras cobranças e da alta competitividade entre os pares. Em setembro de 2022, ela teve até um episódio que classificou como “crise emocional”. Virgínia não realizava acompanhamento psicológico nem se utilizava de nenhuma outra tecnologia ou serviço voltado à manutenção do bem-estar psíquico. Segue um trecho de sua fala:

[...] uma coisa que eu que eu fiquei foi é muito ansiosa, né? Então, a ansiedade é uma coisa que eu percebi que eu sempre tive, mas com a pós-graduação, ela se elevou muito mais, né? Eu também acabo me cobrando demais durante a pós, né? Então esses momentos com ansiedade eles se tornaram bem mais frequentes depois que eu ingressei na pós. E quando eu começo a perceber que isso pode atrapalhar o meu desenvolvimento na pós, eu meio que me dou umas pausas. Eu me forço a dar uma pausa para poder melhorar, ficar bem de novo para poder retomar o que eu estava fazendo (Virgínia, 2023).

Sobre ser uma cientista em formação, Virgínia pontuou que a universidade brasileira ainda não está preparada para as especificidades das mulheres, citando como exemplo as mães que, comumente, sofrem diversas violências. No mais, afirmou que, apesar de nunca ter sido diretamente invalidada por sua identidade de gênero ou por sua cor de pele no contexto acadêmico, se sentia pressionada a apresentar excelentes resultados, além de se manter produtiva. No mais, discussões acerca de gênero, racialidade e classe social se faziam presentes em seu cotidiano, pois tangenciavam o seu trabalho e as suas vivências institucionais e pessoais.

5.5.2 Maria Beatriz

“[...] Toda palavra deve ser anunciada e ouvida.
Nunca mais o desprezo por coisas mal ditas.
Toda palavra é bem dita e bem vinda.”
(Viviane Mosé, 2006, p. 17)

Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), ou simplesmente Beatriz Nascimento, a intelectual a quem fazemos menção, foi uma importante historiadora, professora, roteirista, poetisa e ativista pelos direitos humanos. Militante e acadêmica preta, aliou a luta antirracista ao seu trabalho, de maneira a propor outra perspectiva sobre as histórias das pessoas negras no Brasil.

A pós-graduanda entrevistada, por sua vez, é uma mulher maranhense que, na ocasião, vivia em uma cidade interiorana de um estado do Sudeste, onde realizava a sua pesquisa de doutorado em uma universidade federal. Ela teve o seu estado natal aqui descrito porque esse detalhe é bastante relevante tanto para as suas experiências universitárias quanto pessoais. Ela é engenheira florestal, mestra e, na ocasião, doutoranda na mesma área de sua formação. O nosso primeiro contato se deu por telefone, e, assim, agendamos a entrevista que, como as demais, ocorreu pela plataforma *Google Meet*.

Maria Beatriz tinha 37 anos de idade, e, quanto ao seu pertencimento étnico-racial, se autodeclarou preta. Sobre a sua sexualidade, se definiu como bissexual⁵, informou que estava solteira e sem filhas/os. Servidora pública em sua cidade de origem, se encontrava em licença remunerada, o que, ao menos naquele momento, a impedia de receber bolsa de pesquisa, considerando as diretrizes de seu programa de pós-graduação. Segundo relatou, a remuneração de seu cargo era equivalente ao valor de uma bolsa de mestrado da Capes (janeiro de 2023). Para o complemento da renda, ocasionalmente realizava trabalhos de suporte acadêmico.

A sua trajetória na universidade teve início quando, cansada do trabalho que exercia desde a conclusão do ensino médio, decidiu ingressar no curso superior e dar continuidade aos estudos. Depois de passar por duas instituições de diferentes estados do Nordeste, Maria Beatriz optou por se graduar em uma universidade federal do Sudeste, onde também concluiu o mestrado e iniciou o doutorado. Quando conversamos, ela vivia só, apesar de estar constantemente junto de seu namorado. No período da graduação, morou no alojamento estudantil e mencionou as dificuldades em estar distante do local onde cresceu e com poucos

⁵ Aqui cabe a ressalva de que, no questionário, Maria Beatriz respondeu ser heterossexual. Isso nos mostra que o contato estabelecido durante as entrevistas facilita o acesso a informações íntimas e mais precisas, pois permite que as participantes se expressem mais livremente e possam articular melhor as suas ideias e externalizar os seus afetos.

recursos financeiros. Entretanto, enfatizou a importância das trocas que teve com as/os amigas/os com quem compartilhava o espaço. Na época em questão, foi bolsista de permanência estudantil, além de trabalhar, eventual e informalmente, como garçoneiro.

A doutoranda mantinha um bom relacionamento com as/os colegas do programa, além de destacar o suporte que recebia de seu orientador, que a incentivava em suas tarefas de pesquisa e a acolhia em suas inseguranças. Sobre as suas vivências institucionais, como um todo, Maria Beatriz já sofreu violências variadas, que acusam racismo, machismo e xenofobia. Acontecimentos envolvendo um dos professores de seu programa a faziam se sentir desconfortável em frequentar o laboratório no qual desenvolvia o seu trabalho. O docente sequer a chamava pelo nome, além de apresentar condutas inadequadas em sala de aula, falas de cunho machista e misógino. Após reprová-la em uma disciplina da pós-graduação, ele passou a tecer comentários nas aulas que ministrava para outra turma, de modo a promover exposição e constrangimento em Maria Beatriz. Tais comportamentos eram recorrentes, conforme o relato da pesquisadora:

Os caras não superam! Os caras não te respeitam enquanto mulher. Eles te boicotam. Você não pode falar. Os caras não aceitam que a gente tenha nenhum tipo de espaço. E eu acho que a gente que... eu sinto que eu sofri racismo, eu sinto que eu sofri xenofobia, sabe, depois. Naquela hora, eu não vi. E aí, quando a menina estava falando que ele tava falando de mim lá na sala dele, eu falei assim, “ele falou meu nome? Porque agora eu vou registrar uma ocorrência fora da universidade, sabe?”. Tipo, eu vou me evitar qualquer coisa, né? Mas, se ele tiver usando meu nome em sala de aula pra me colocar como exemplo, como ele fez durante toda a graduação, porque ele faz isso com todo mundo que reprovou. [repetindo as falas do docente] “Olha, fulano reprovou. Está aqui, ó. Fala aí como é difícil minha matéria” (Maria Beatriz, 2023).

O excesso de trabalho e a pressão por produtividade na etapa de conclusão de seu mestrado geraram prejuízos tanto à sua saúde física, com uma cegueira temporária, como à saúde mental, acarretando crises de ansiedade. Ela relatou o uso de psicofármacos em dois momentos distintos, em um deles sem prescrição nem acompanhamento médico. Na primeira vez, entre o final da graduação e o início do mestrado, utilizou-se de um ansiolítico, e, no período de depósito e defesa da dissertação, recorreu a uma substância psicoestimulante, com o intuito de otimizar o seu rendimento.

Maria Beatriz apontou também o silenciamento que sofria, de modo que, mesmo tendo contribuições para as aulas, não as fazia, pois não se sentia confortável. Sobre isso, comentou:

Eu acho que aqui [no Sudeste] a gente é muito mais silenciada, sabe? Nas mínimas coisas. Então, hoje eu não participo de nada em sala de aula e, na verdade, eu tenho pânico de apresentar trabalho. Eu tenho pânico de qualquer coisa que eu tenha que ir pra frente. [...] gente, olha como a gente é forjada pro silêncio. E mesmo que você

tenha várias coisas pra você acrescentar ali naquele conteúdo, você não fala. Você vai lá com as suas amigas e você conversa com as suas amigas. Todas se silenciam. Todas estão silenciadas na sala de aula. A gente não fala. A gente não pergunta. A gente não se coloca. A gente não se impõe (Maria Beatriz, 2023).

Na época de realização da entrevista, a pesquisadora não contava com acompanhamento psicológico e não utilizava nenhum psicofármaco ou quaisquer tecnologias ou serviços de saúde mental. A sua instituição de ensino, ainda que parcialmente, oferecia suporte à comunidade interna, dispondo de atendimentos com profissionais da Psiquiatria e da Psicologia. Apesar da distância geográfica, Maria Beatriz se sentia acolhida por sua família, assim como por sua rede de apoio, formada pelo namorado e amigas/os.

A entrevista teve 103 minutos de duração, o que me possibilitou reunir uma boa quantidade de material para enriquecer o desenvolvimento da investigação e do texto. Para além da quantidade, chamo a atenção para a qualidade das informações e, sobretudo, para os afetos compartilhados. Durante a conversa, se fez notória a necessidade que Maria Beatriz tinha de falar sobre as suas vivências, especialmente as violências sofridas, considerando que, de acordo com ela, a sua universidade não viabilizava esse tipo de diálogo entre os seus membros.

5.5.3 Nise

[...] *É bom deixar
um pouco de ternura e encanto indiferente
de herança, em cada lugar:
Rastro de flor e estrela,
nuvem e mar.
Meu destino é mais longe e meu passo mais rápido:
a sombra é que vai devagar.*
(Cecília Meireles)

Formada em Medicina, a alagoana Nise da Silveira (1905-1999), a quem aqui fazemos alusão, desafiou os costumes de sua época e foi a única mulher de uma turma de 157 estudantes. Atuou como psiquiatra, recusando-se a utilizar métodos de tortura contra as/os suas/seus clientes, como ela mesma gostava de chamá-las/os. É uma das principais referências brasileiras em termos de tratamento humanizado no campo da saúde mental.

O primeiro contato com a pesquisadora se deu por mensagens de texto, e, nesse caso especificamente, fiquei instigada ainda com o seu questionário. Além de informar o seu telefone e o seu *e-mail*, Nise se mostrou disposta a me conceder uma entrevista, já que em uma das respostas descritivas afirmou que me explicaria os pontos ali destacados assim que tivéssemos oportunidade de conversar. O item se referia a situações de assédio moral/sexual, sofridos ou testemunhados, no ambiente universitário.

Ela estava com 39 anos de idade, se autodeclarou branca e heterossexual, casada e mãe de uma criança que, na época, estava com aproximadamente dois anos e meio. Filha de uma psicóloga, já falecida, e de um professor universitário aposentado, Nise se mostrou implicada e apaixonada pela Educação, área na qual desenvolvia a sua pesquisa de doutorado. Estava vinculada a uma universidade federal localizada em uma cidade do interior de seu estado natal, onde residia com a família. Ela é normalista e pedagoga de formação, além de ser especialista e mestra nesse mesmo campo do conhecimento. Era bolsista de um órgão estadual de fomento à pesquisa, mas afirmou que a principal fonte de renda familiar provinha do trabalho do marido, que atuava como gestor de um grupo particular de ensino superior.

Foi professora da rede pública de ensino por anos e falou da sua admiração pelas militantes da profissão, mesmo não se considerando uma delas. No período imediato ao que antecedeu o ingresso no doutorado, Nise trabalhou em um colégio privado na capital de seu estado. Devido às dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, das quais destacou o excesso de trabalho remoto, somadas às suas vivências iniciais com a maternidade, foi demitida.

Compartilhou que teve dificuldades em cumprir com tudo o que lhe era exigido, haja vista a grande quantidade de tarefas e os demais atravessamentos que envolviam a crise sanitária.

Em virtude desses acontecimentos, Nise decidiu prestar o processo seletivo para o doutorado e foi aprovada. Ressaltou que o momento financeiro no qual a sua família se encontrava foi propício à tomada da decisão e realização do seu desejo. Quando lhe perguntei o que a havia motivado a ingressar no mestrado e, posteriormente, no doutorado, ela respondeu, em tom descontraído, que sempre julgou como insuficientes as suas formações, de modo que sentia a necessidade de aprender cada vez mais.

A maternidade compôs de modo significativo o seu discurso, visto que ser mãe foi uma escolha, conforme ela fez questão de enfatizar. Destacou até o quanto a academia tentou desestimulá-la a vivenciar tal experiência, o que provocou adiamentos. O seu pai, que é professor universitário aposentado da área das Engenharias, quando lecionava, tecia, por vezes, comentários negativos sobre as mulheres que engravidavam durante as suas trajetórias acadêmicas. Outra situação por ela mencionada ocorreu em uma aula inaugural, quando um docente aconselhou as pós-graduandas que evitassem o que nomeou como “gravidez não desejada”. Segue um trecho de sua fala.

Meu pai é professor aposentado da universidade, na área de engenharia. E durante toda a minha vida eu escutava ele dizendo que as mulheres que entravam na pós-graduação decidiam ter um filho no meio do caminho. Isso era uma queixa dele. Ele falava isso com pesar, até um pouco agressivo. E teve um professor, essa é uma das coisas que eu não coloquei no questionário. Teve um professor que na primeira aula, na aula inaugural do mestrado, ele disse que era nossa responsabilidade, era responsabilidade de todo mundo, elevar a nota do programa, que o programa era recém-aberto e eles tavam com a intenção de abrir o doutorado. Não tinha o doutorado ainda. A primeira doutoranda defendeu recentemente, tem pouquíssimo tempo o doutorado. E ele disse que como era responsabilidade de todos elevar a nota do programa, as mulheres tinham um compromisso, né? Foi um pedido dele “não engravidem”. E a expressão dele foi “não tenham gravidez não desejada”. Olha que expressão! (Nise, 2023).

Nise pensava e, principalmente, sentia que a maternidade lhe proporcionava saberes e sensibilidades que são, de certa maneira, inacessíveis às pessoas que não vivenciam essa experiência. A esse respeito, comentou:

[...]E aí eu me lembro de, nesse processo todo, eu ter visto Manuela d'Ávila⁶... naquela cena icônica. Eu escrevi um texto sobre Talíria Petrone agora, inclusive, dela amamentando a Laura na plenária ou na tribuna. Na tribuna foi Talíria Petrone⁷. Aquela cena icônica e eu disse “eu vou ter um filho”. Porque... eu tô me emocionando [voz embargada]. Porque essa mulher está ali, com o pouco tempo que ela tem disponível pra esse trabalho ou com menos tempo. Como se os outros se dedicassem muito, né? Mas, na minha fantasia o que ela tem a oferecer é outra coisa, que ela não

⁶ Ativista feminista, jornalista, escritora e política.

⁷ Professora, política e ativista brasileira.

teria se ela não tivesse a filha, né? Então, tem uma contribuição. E aí eu pensei nisso, de ter um filho e contribuir com um saber que as outras pessoas não têm, na pós-graduação. Por exemplo, pensar creche, né? É preciso pensar essa creche. É um direito dessa mãe estar ali (Nise, 2023).

A universidade à qual a doutoranda estava vinculada não dispunha de nenhuma política de assistência a pessoas responsáveis por crianças. No entanto, ela mencionou que um grupo de mães havia se organizado na instituição com o propósito de promover acolhimento e incitar o debate de questões que articulam ciência e parentalidade. Nise afirmou que não tinha uma rede de apoio na cidade onde morava, o que a fazia planejar o seu retorno para a capital do estado, pois lá residiam a sua sogra e as suas amigas. Na ocasião, contava com o auxílio de uma funcionária para o desempenho de tarefas domésticas e, eventualmente, suporte no cuidado do seu filho. Além disso, a criança frequentava uma escola de educação infantil por meio período.

Sobre saúde mental, Nise destacou a importância de sua análise pessoal, que teve início em 2015, logo após o falecimento de sua mãe, época na qual a doutoranda vivenciou um quadro depressivo. Além disso, já utilizou psicofármacos, com o devido acompanhamento médico; quando nos falamos, ela já não fazia mais uso de medicações. Sobre as possíveis interfaces entre o ambiente acadêmico e a produção de subjetividades, revelou situações que lhe ocorreram durante o mestrado e que causaram estresse e ansiedade. Conforme relatou, a relação com o seu orientador era bastante difícil, pois ele não se mostrava aberto ao diálogo e na etapa de conclusão e defesa da dissertação a deixou insegura quanto ao seu desempenho e à qualidade de seu trabalho. Apesar das adversidades, possui o que nomeou como “astúcia feminina”, que a fez evitar conflitos diretos com o docente, pois se sentia emocionalmente fragilizada. Ainda assim, não abdicou do que lhe parecia relevante à sua pesquisa.

Nise mencionou a importância da formação de alianças para manejar situações potencialmente desgastantes, sobretudo em se tratando de grupos historicamente subjugados, como ocorre com as mulheres. Frisou o quão relevante foi o suporte emocional que recebeu de uma professora para conviver com o seu antigo orientador. Com o docente que a acompanhava no doutorado, a situação era diferente, de modo que eles mantinham um bom relacionamento e Nise era ouvida e respeitada.

5.5.4 Matilde

*Hay tantísimas fronteras
que dividen a la gente
pero por cada frontera
existe también un puente.*
(Gina Valdés, 1982, p. 2)

Matilde Hidalgo de Procel (1889-1974), a quem aqui se faz esta singela homenagem, foi a primeira equatoriana a obter um diploma universitário. Ela se formou em Medicina em uma época na qual as mulheres de seu país não podiam nem mesmo frequentar o segundo grau. Para além da ciência, Matilde foi poetisa e ativista pelos direitos femininos.

Entrei em contato com Matilde, a mestranda, por *e-mail* e, a partir de então, trocamos telefones e agendamos a entrevista. Ela é uma mulher equatoriana, engenheira de energia por formação, mãe e estava com 29 anos de idade. Morava no Brasil havia aproximadamente sete anos, ou seja, desde o início de sua graduação, que realizou em uma universidade federal sulista, a mesma na qual desenvolvia a sua pesquisa de mestrado, com o suporte financeiro da Capes. Matilde vivia com o seu companheiro, também engenheiro, e com a sua filha que tinha cinco anos de idade. Autodeclarou-se heterossexual e, sobre a sua identidade étnico-racial, parda, mas não deixou de pontuar as nomenclaturas adotadas em seu país de origem, visto que lá, ela se descreve como mestiça.

Ainda no Equador, iniciou o curso de Engenharia Eletromecânica, e quando surgiu a oportunidade, decidiu vir ao Brasil para estudar. Durante o processo de formação, já tinha em mente que, após se graduar, faria o mestrado, mas não planejava seguir para o doutorado ou a carreira acadêmica, pois julgava não dispor de saúde mental para tanto. Além disso, a observação da rotina e do desgaste do namorado, que era doutorando, reforçava a sua decisão.

Ela estava em processo de troca de orientação, porque não conseguia trabalhar com o seu coorientador. Pontuou que a relação entre eles começou a se deteriorar logo no início da pandemia, quando ela contraiu Covid-19 e o docente não compreendia a necessidade de sua completa recuperação para a retomada das atividades profissionais. Matilde se mostrou bastante insegura quanto à continuidade de sua bolsa de pesquisa, pois em seu programa o professor responsável pela orientação deveria ceder a bolsa para a/o docente que o substituiria na tarefa de orientá-la, ou seja, poderia usar seus critérios subjetivos nessa sentença. Para complementar sua renda, Matilde trabalhava informalmente em uma empresa, sem o aval da instituição que, até aquele momento, exigia dedicação exclusiva das/os bolsistas. Solicitou ao seu coorientador a autorização para o desempenho do trabalho, mas ele se negou e reafirmou as normas do programa de pós-graduação. Ela despendia cerca de 30 horas semanais nessa atividade. Quanto

ao tempo dedicado à pesquisa propriamente, não soube quantificar, mas se mostrou exausta, tanto física quanto mentalmente, pois conciliava todas essas tarefas com a maternidade.

As vivências institucionais de Matilde apresentavam outros pontos negativos, dentre os quais se destacaram situações relacionadas a sua gestação e ao período pós-parto. Quando estava grávida, um professor sugeriu que trancasse o curso, pois supunha que ela não se dedicaria aos estudos sendo mãe. Outro desconforto se deu logo após o nascimento da filha, quando teve o direito à licença-maternidade desrespeitado por parte de docentes que continuavam a lhe exigir o cumprimento das tarefas acadêmicas, desconsiderando o seu momento sensível. Apesar de todo o desgaste gerado pelos conflitos, ela conseguiu o suporte do serviço social da universidade e, por fim, teve o benefício assegurado. Quando conversamos, os seus incômodos giravam em torno da já mencionada troca de orientação, porque, mais uma vez, ela não se sentia acolhida pela universidade. O docente que a coorientava já trazia em seu histórico problemas com outras/os estudantes, mas nenhuma medida institucional era tomada.

Um episódio que merece ser destacado se refere às tentativas de apropriação de suas ideias e de seu trabalho, conforme evidenciado em trecho de nosso diálogo:

[Matilde]: Um belo dia, ele [o coorientador] resolveu me ligar para mostrar para mim o projeto dele com a minha metodologia e não me colocou. E agora queria que eu fizesse isso em outro tema dessa pesquisa. Em outra pesquisa, mas com a mesma metodologia. [...] Na verdade, ele quer que eu faça um passo a passo de como fazer essa metodologia para que um menino do doutorado e outra mestranda façam a metodologia com outros temas. Ele queria isso.

[Juliana]: Então ele quer usar a tua metodologia pra outras pessoas?

[Matilde]: E sem me colocarem [sem dar os créditos]. E ele quer que eu faça isso e eu já fiquei esperta. Eu não vou enviar nada para ele. Eu mostro para ele. Tem reunião e eu mostro para ele como se faz, faço direito e tudo. Mas eu não vou passar nada escrito pra ele pra que ele faça pra outro (2023).

Vale ressaltar que tal metodologia foi desenvolvida por Matilde em seu trabalho de conclusão de curso (TCC) e seria utilizada também em sua pesquisa de mestrado. Pelo que conversamos, havia o interesse de criação de uma patente. Diante da recusa dela em entregar o seu material por escrito, o docente queixou-se à coordenação do programa de pós-graduação, alegando baixo rendimento e descomprometimento da mestranda com as suas tarefas. Para além de todo o assédio moral, ela também se sentiu invalidada, pois o coorientador fez insinuações:

[...] Por essa mesma metodologia que ele quer usar, que ele está usando. Ele já me perguntou várias vezes “certeza que você fez sozinha?”, “Não foi o teu companheiro que te ajudou?”. “Chama o teu companheiro para fazer parte da pesquisa”. Tipo, é muito assim. Eu não tenho capacidade de fazer isso, segundo eles (Matilde, 2023).

Considerando que a maternidade foi marcante em seu discurso, pedi a ela que falasse sobre como administrava as responsabilidades maternas, o trabalho acadêmico e os

demais afazeres do cotidiano. Em linhas gerais, ela enfrentava inúmeras dificuldades, visto que não contava com uma rede de apoio na cidade, pois tanto a sua família quanto a família de seu companheiro estavam geograficamente distantes. Destacou ainda que a pandemia desorganizou significativamente a sua rotina porque ela e o namorado tiveram que se ocupar integralmente dos cuidados com a filha. A universidade à qual estava vinculada contava com um auxílio maternidade/paternidade, mas Matilde não sabia se a política abarcava as/os pós-graduandas/os.

No tempo em que viveu no Brasil, não identificou situações de xenofobia e/ou racismo contra si mesma, mas afirmou ter presenciado ataques racistas direcionados a um universitário haitiano em um espaço público. Disse que a cidade onde mora é extremamente racista e xenofóbica, de modo que não aceita de bom grado as/os estudantes estrangeiras/os, especialmente por serem, em sua maioria, latinas/os ou africanas/os.

No mais, apesar de se considerar em estado de sofrimento psíquico, Matilde não realizava acompanhamento psicológico, fato que justificou com a falta de recursos materiais para acessar serviços particulares. Sobre os serviços de saúde mental ofertados pela universidade, ela não tinha informações suficientes. De todo modo, afirmou que havia uma grande demanda de solicitantes, em detrimento da pouca oferta de vagas para atendimentos.

5.5.5 Lélia

“[...] Antes – agora – o que há de vir.
 Eu fêmea-matriz.
 Eu força-motriz.
 Eu-mulher
 abrigo da semente
 moto-contínuo
 do mundo.”
 (Conceição Evaristo, 2017 p. 23)

Antropóloga, filósofa, socióloga, historiadora, professora, feminista e militante, Lélia González (1935-1994), a nossa homenageada, é um nome extremamente importante para a luta antirracista no Brasil. Dedicou-se a pensar, entre outras coisas, as relações entre racismo e sexismo, produzindo também obras como *Lugar de negro* (1982) e *Primavera para as rosas negras* (2018).

O primeiro contato que estabeleci com a doutoranda Lélia se deu por meio de mensagens de texto e de áudio, via *WhatsApp*, nas quais combinamos os detalhes de sua entrevista, como data e horário. No dia marcado, a conversa ocorreu pelo *Google Meet* e teve a duração de 118 minutos.

Lélia estava com 44 anos, se autodeclarou uma mulher cisgênero, preta, heterossexual, casada e mãe de uma criança de quatro anos de idade. Formada em Medicina Veterinária, Ciências Biológicas e Biomedicina, é mestra em uma área correlata e realizava a sua investigação de doutorado na Saúde em uma universidade federal da Região Centro-Oeste. Ela é natural de um estado do Sudeste, onde estudou, trabalhou e residiu por grande parte de sua vida. Na ocasião em que nos falamos, lecionava e coordenava um curso superior de uma faculdade privada. Até aquele momento, não recebia bolsa de pesquisa de nenhum órgão de fomento, mas estava participando de um processo seletivo da Capes, pois, com a obtenção de suporte financeiro, poderia se dedicar integral e exclusivamente a sua pesquisa, além do que teria maior disponibilidade de tempo para estar com a filha.

Junto a Lélia, moravam o seu companheiro, a sua filha e a sua mãe que, conforme me foi dito, estava lá para ajudá-la na organização da rotina. A criança frequentava uma escola de ensino infantil no período da tarde. Lélia desconhecía políticas de permanência estudantil voltadas a mães, pais e/ou responsáveis que fossem ofertadas por sua universidade. A conciliação entre a maternidade e a carreira acadêmica era desafiadora, pois acreditava estar, em alguma medida, perdendo a oportunidade de acompanhar o crescimento da menina. Durante a entrevista, a criança até entrou na sala onde Lélia estava e disse-lhe algo. Após a breve interrupção, a doutoranda se desculpou e comentou o acontecimento:

Ai, desculpa Juliana. É tenso, viu? Doutorado com filho... acho que qualquer coisa com filho já é bem dispendiosa [...] é, e assim, eles requerem muita atenção. Ela quer minha atenção. Ela quer que eu olhe pra ela, entendeu? Porque eu estou aqui. Estou sentada. Estou falando com você e não estou brincando com ela. Então, isso na cabecinha dela é um pouco complexo, né? (Lélia, 2023).

Quando perguntei os motivos que a fizeram optar pela pós-graduação, disse de forma bem-humorada que não sabia. Enfatizou que, por um grande período de sua vida, não tinha a pretensão de trabalhar como pesquisadora nem de se tornar professora de ensino superior, visto que cresceu e conviveu com acadêmicas/os em sua família e observava as demandas e as particularidades do ofício. O seu pai, já falecido, foi químico e atuou como docente e pesquisador. A sua irmã, formada em Museologia, por sua vez, lecionava e coordenava um curso de graduação em uma instituição federal. Em decorrência de seus interesses profissionais variados, teve outras ocupações após se graduar, e a sua reinserção na universidade ocorreu espontânea e gradualmente.

Lélia destacou diversos aspectos relacionados a sua saúde mental no decorrer da entrevista, pois considerava que a universidade, com as suas dinâmicas de trabalho e as suas relações de poder, gera impactos negativos à subjetividade. Afirmou que, apesar de seu sofrimento psíquico ser anterior a sua incursão na graduação, as suas experiências nesse espaço agravaram o quadro de depressão. Durante o mestrado, ela também desenvolveu ansiedade, que relacionou a episódios de assédio moral. Dentre as violências das quais foi vítima, relatou-me situações de psicofobia⁸, ou seja, por apresentar um quadro depressivo e realizar tratamento psicológico e psiquiátrico, sofreu preconceito, além de ser exposta e responsabilizada por questões de terceiras/os. Lélia não recebeu nenhum tipo de suporte institucional, o que a fez se sentir desamparada. Esses acontecimentos pioraram a sua condição psíquica e contribuíram para a troca de instituição e o adiamento do doutorado. Segue um trecho de sua fala.

[...] eu, inclusive, larguei o doutorado [...] por causa disso e da péssima relação que eu tive com a minha orientadora. Então, assim, a minha apresentação da dissertação do mestrado foi uma coisa horrível. Eu estava no auge de uma crise depressiva. Ficou nítido... ficou muito claro que eu e minha orientadora não tínhamos uma boa relação e nós estávamos ali cumprindo aquele protocolo pra encerrar aquele ciclo. E ela, inclusive, me expôs de uma maneira muito desagradável, na época. Porque eu precisei de um mês a mais para poder marcar a minha defesa e ela me expôs pra todo o programa, né? Por uma falha dela e aí ela jogou na minha conta, alegando que tinha sido por causa da minha depressão (Lélia, 2023).

No exercício da docência, Lélia se mantém atenta às demandas das/os estudantes, porque adota o pressuposto de que os processos de saúde e sofrimento mental estão diretamente

⁸ “Psicofobia” é um termo relativamente recente utilizado para descrever o preconceito contra pessoas com diferentes quadros de sofrimento mental.

relacionados à aprendizagem e ao desempenho acadêmico. Disse-me que pautava essas questões a fim de desmistificar o assunto e incentivá-las/os na busca por ajuda profissional, em caso de necessidade. Na época em que conversamos, a pós-graduanda contava com acompanhamento psicológico e psiquiátrico, além de se utilizar de um psicofármaco que, em suas próprias palavras, a fazia se sentir mentalmente estável.

Tanto na universidade quanto em outros espaços e esferas de sua vida, Lélia viveu e presenciou situações, ainda que veladas, de racismo, machismo e o que classificou como corporativismo. Ela percebia que as pessoas, como um todo, não estão habituadas a se deparar com mulheres negras em posições de poder, sobretudo quando estas são assertivas e não admitem desrespeito e injustiças. Compartilhou, ainda, que a sua irmã também foi vítima de racismo em suas vivências na universidade, conforme podemos ler no trecho abaixo.

E aí eu vejo e minha irmã também passou por um caso de racismo e de assédio recentemente. E olha que ela é professora, concursada, coordenadora de curso. E ela identificou que o fato de ela ser mulher, e o pior, de ela ser uma mulher preta impactou muito mais. Só que a gente foi criada por uma mulher preta muito forte também e que nos ensinou a se defender, sabe? A gente se defende muito bem. Coloca as pessoas em seus devidos lugares. Mas, isso nos causa um desgaste... um sofrimento muito grande. É muito difícil ser mulher no Brasil. Você deve saber disso também, né? Porque é difícil pra gente o existir. Pra gente é muito mais difícil (Lélia, 2023).

Na ocasião em que nos falamos, Lélia tinha o respaldo de um orientador e de uma coorientadora, com os quais mantinha boa convivência. Ela destacou que a sua coorientadora era um tanto quanto mais próxima, além de demonstrar grande aceitação às suas ideias.

5.5.6 Elza

*[...] A vida é crua. Faminta como o bico dos corvos.
E pode ser tão generosa e mítica: arroio, lágrima
Olho d'água, bebida. A vida é líquida.
(Hilda Hilst, 2017, p. 470)*

Em 1950, Elza Furtado Gomide (1925-2013), a quem aqui homenageamos, foi a primeira mulher a se doutorar em Matemática pela Universidade de São Paulo (USP), sendo a segunda doutora da área em todo o país.

Para dar início a este relato, é importante demarcar que o meu interesse em conversar com Elza foi fortemente influenciado pelo seu campo de atuação como pesquisadora em formação. Isso porque, conforme afirmam Souza e Loguercio (2021), as mulheres estão sub-representadas nas Ciências Exatas, de modo que me dei conta de que seria imprescindível escutar uma delas.

A entrevistada se licenciou em Matemática em uma universidade estadual paulista, em um *campus* localizado na cidade onde residia junto de sua família. Ao concluir a graduação, decidiu desenvolver o seu projeto de mestrado em uma instituição federal da Região Centro-Oeste, pois assim conseguiria uma bolsa de pesquisa imediatamente. Ela permaneceu ali para o seu doutorado, contando mais uma vez com o suporte financeiro de um órgão público de fomento à pesquisa (no caso, o CNPq).

Elza era a única entrevistada, até então, contemplada por uma política de permanência estudantil, considerando que recebia o auxílio-alimentação concedido pela instituição. Além disso, destacou o uso do “Passe Livre” que, em linhas gerais, é uma política de mobilidade urbana que prevê gratuidade de alguns grupos no uso do transporte público. Quando necessário, ela complementava a renda com a ajuda de familiares. Sobre o seu perfil geral, Elza estava com 25 anos de idade, se autodeclarou branca, cisgênero, heterossexual, solteira, sem filhas/os e, na ocasião, compartilhava o seu apartamento com mais duas colegas.

A doutoranda ressaltou que desde o ensino fundamental não se identificava com a área de Linguagens nem de Ciências Humanas. Por isso, decidiu aprimorar as suas habilidades intelectuais em Ciências Exatas, o que culminou nas suas participações em competições como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Também fez parte do Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC), que, em linhas gerais, oportuniza que estudantes secundaristas desenvolvam projetos junto a instituições de ensino superior.

Após o ensino médio, Elza iniciou o curso de Licenciatura em Matemática. Durante a graduação, fez intercâmbio em um país europeu e pontuou que essa experiência favoreceu a sua adaptação na cidade na qual passou a morar para a realização do mestrado e do doutorado. Os motivos que a direcionaram para a carreira acadêmica mesclam os desejos de dar continuidade aos seus estudos, de ampliação das suas opções laborais futuras e de maior independência e autonomia.

Sobre os desafios que enfrentava na pós-graduação, a pesquisadora apontou as suas dificuldades de aprendizagem, pois se sentia defasada em relação a alguns conteúdos. Elza fez uma observação bastante interessante: afirmou que possuir competências específicas não a fazia dominar todos os pormenores de determinado campo de conhecimento e que, sendo assim, não seria justo consigo se cobrar nem se culpabilizar. O seu apontamento reforça a ideia, que aqui defendemos, de que as atividades da pós-graduação configuram trabalho intelectual, já que é preciso despendar tempo e energia física e psíquica para aprender conteúdos e, a partir disso, desenvolver novas ideias, técnicas e/ou tecnologias. Em outras palavras, é plenamente possível apresentar ótimo desempenho em algo e, ainda assim, ter de trabalhar com afincamento e persistência para obter resultados satisfatórios. Elza tinha uma carga de trabalho bastante pesada, dedicando, em média, 36 horas semanais ao seu projeto, o que a fazia frequentar o *campus* quase diariamente, incluindo finais de semana e feriados.

Questões relacionadas à pandemia de Covid-19 interferiram bastante em sua trajetória como pesquisadora em formação. O desempenho acadêmico foi comprometido, gerando até riscos de perda da bolsa e de desligamento do programa. Isso se deu porque seu pai foi contaminado pelo vírus, quadro que se agravou e se complicou. A esse respeito, comentou:

[...] Aí deu a pandemia, e aí o que aconteceu? Como eu quase fui desligada do mestrado. Na verdade, quase eu perdi minha bolsa do mestrado. Porque o meu pai foi entubado no dia da minha prova e aí eu não fiz os exames de qualificação do mestrado. A primeira tentativa. Só que eu não avisei ninguém. Eu falei assim “ah pelo que eu tinha lido nas regras, eu posso tentar de novo”. O que eu não sabia é que eu não podia reprovar mais de duas vezes no mesmo exame que eu perderia a bolsa, que eu poderia ser desligada se reprovasse na terceira vez. Aí eu falei “fodeu, né?”. Porque a segunda tentativa de exame era no semestre seguinte, né? Porque é semestral que tem os exames. Os exames são provas escritas de mestrado. E o primeiro foi o semestre que eu estava cuidando do meu pai, porque o primeiro foi quando meu pai foi entubado e aí eu não fiz a prova. E aí, tipo, desandou, deu outro semestre, eu estava cuidando do meu pai. Era muita coisa na minha cabeça. Eu estava fazendo outras duas disciplinas e ainda tinha que estudar pra quatro exames de qualificação, porque são quatro no mestrado. Dois porque acumulou no primeiro semestre (Elza, 2023).

Após receber a alta do hospital, o pai necessitou de cuidados especiais por mais alguns meses, o que alterou a rotina de estudos de Elza. Referente a isso, ainda que indiretamente, outro ponto demarcado em seu relato foi a falta de empatia e acolhimento por

parte de seus colegas. Ela destacou que dois doutorandos afirmaram, certa vez, que não achavam justo que pessoas que haviam reprovado no exame de qualificação pudessem realizá-lo novamente e manterem as suas bolsas de pesquisa. Elza se sentiu magoada e pessoalmente ofendida com essas falas, visto ela foi uma das pós-graduandas que precisou refazer a prova.

A entrevistada destacou que esses mesmos homens apresentavam comportamentos desrespeitosos com as mulheres, como toques e contato físico não solicitados nem consentidos. Além disso, costumeiramente vigiavam o trabalho das colegas, indagando-lhes a quantidade de tempo dedicado às suas pesquisas. Assim como outras mulheres do programa de pós-graduação, ficava desconfortável e tentou adverti-los a respeito, mas não obteve os resultados esperados. Elza também se sentia constantemente pressionada e cobrada quanto ao seu desempenho acadêmico, mas afirmou que não se afastava deles porque tinha poucas/os amigas/os na universidade. Tentou se aproximar de algumas pessoas, mas não se sentia bem acolhida.

Em diversos momentos, a doutoranda resvalou, ainda que sutilmente, na temática da solidão vivenciada no espaço acadêmico, o que atribuía, em alguma medida, à sua mudança de cidade, estado e universidade. Apesar de não detalhar os sentimentos quanto a isso, a sua angústia se fez notar.

6 AS PEDRAS NO CAMINHO

“As mulheres vivem (literalmente) negociando papéis, sem abdicar, contudo, de suas identidades. Tendo em vista o alto grau de contradição presente na ideologia dominante de gênero (assim como na de raça/etnia e na de classe social), a negociação constitui conditio sine qua non para a própria sobrevivência das mulheres em sociedades falo-logocêntricas.”

(Heleieth Saffioti, 2019, p. 144-145)

Durante a trajetória desta tese, reunimos uma quantidade considerável de informações que denunciam o quanto a academia e a ciência, como um todo, quando alinhadas aos interesses dominantes, se utilizam de seus poderes discursivos e institucionais para oprimir e dominar corpos e subjetividades, sobretudo de sujeitas/os historicamente subalternizadas/os. Conforme descrito e reafirmado ao longo do trabalho, a pesquisa foi pensada para problematizar as interfaces entre gênero, ciência e subjetividades, priorizando possíveis experiências de sofrimento psíquico entre mestrandas e doutorandas vinculadas a universidades públicas brasileiras.

Os atravessamentos ao corpo se evidenciaram, principalmente, na perpetuação de sistemas como o machismo, a misoginia, o racismo e a desigualdade socioeconômica. Para a composição deste capítulo final, elegemos duas questões que nos pareceram particularmente relevantes e sobre as quais iremos discorrer de maneira breve: a maternidade e a violência. A maternidade constitui uma pauta historicamente utilizada em prol do controle da sexualidade feminina, da manutenção da divisão sexual do trabalho e da determinação das maneiras como as mulheres transitam pelo mundo. Já a violência, em suas múltiplas expressões, se mostra com a finalidade de disciplinarização e assujeitamento, sendo potencialmente produtora de sofrimento psicológico.

Em tempo, é imprescindível demarcar que nos baseamos nas proposições de Silvia Federici (2017, 2023), razão por que pensamos o corpo em seu aspecto social e político. A filósofa destaca que esse é um tema central para as ciências e para sociedade, como um todo, ao longo da história, dada a sua importância na produção e reprodução da realidade. Em outras palavras, o que queremos expressar é que, ainda hoje, são executadas estratégias, por vezes exitosas, de dominação e docilização das mulheres por meio da opressão aos seus corpos.

6.1 CIÊNCIA, GÊNERO E MATERNIDADE: TENSIONAMENTOS ENTRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E O TRABALHO REPRODUTIVO

No dia 15 de janeiro de 2024, o *podcast Café da Manhã*, do grupo Folha de São Paulo em parceria com o *Spotify*⁹, publicou o episódio *Maternidade e misoginia na pesquisa e na ciência*. O áudio denunciava a situação da pesquisadora Maria Carlotto, que teve a sua bolsa de produtividade negada pelo CNPq em decorrência da queda de seu rendimento acadêmico no ano em que deu à luz. O parecer apontava que a gestação da docente provavelmente a teria atrapalhado profissionalmente. Cabe ressaltar que, segundo as informações disponibilizadas pelo projeto *Parent in Science (PiS)*, no ano de 2023, apenas 35,6% das/os bolsistas da modalidade em questão eram mulheres.

Após a repercussão midiática do caso, o órgão de fomento ampliou para dois anos o período de avaliação de produtividade para cada parto ou adoção. Apesar do avanço, a medida tem limitações, visto que ignora o princípio de equidade de gênero e desconsidera que a maternidade reestrutura significativamente a vida e a rotina de quem a experiencia.

Tendo em vista que não se trata de um episódio isolado e pontual, parece pertinente mencionar que Virgínia, uma de nossas entrevistadas, relatou que a sua primeira orientadora foi desligada do programa de pós-graduação da universidade federal na qual lecionava pelo mesmo motivo de Maria Carlotto, ou seja, queda de seu rendimento acadêmico logo após o seu parto, puerpério e licença-maternidade. Assim comentou a mestrand:

[...] é uma coisa que merece ser debatida dentro da universidade. Porque, por exemplo, eu digo que a Geografia, ela é equilibrada. Mas, aconteceu situações, por exemplo, com a minha antiga orientadora de graduação. Ela era do programa de pós [graduação], mas ela estava grávida. E aí ela tirou a licença-maternidade. Obviamente, ela não ia conseguir produzir artigos científicos enquanto ela estava na licença-maternidade. Ela tinha que estar amamentando a criança, né? Teve que se dedicar cem por cento ao bebê. E aí o que aconteceu? Quando ela voltou, simplesmente, ela foi cortada, porque ela não produziu, né? E aí ela foi retirada do programa de pós e voltou recentemente depois de anos de tentativas (Virgínia, 2023).

Outras questões referentes à maternidade apareceram na investigação, tanto nos questionários quanto nos relatos das entrevistadas, inclusive daquelas que não eram mães e/ou nem pretendiam ser, mas que testemunhavam os percalços de suas professoras e colegas. A decisão por abarcar e problematizar a temática se deve também ao fato de que, durante o mestrado e o doutorado, acompanhei discussões e vivências de mulheres que se desdobravam na conciliação de suas tarefas de pesquisa com as demandas da maternidade, situação que foi

⁹ Serviço de *streaming* de música, *podcast* e vídeos.

sensivelmente agravada pela pandemia de Covid-19. Diante do cenário adverso, ficou explícito que o cuidado, na maioria esmagadora das vezes, é delegado às mulheres e que a máxima machista de que “as/os filhas/os são responsabilidade de suas mães” é reforçada em todos os ambientes e por quase todas as pessoas, ainda que indiretamente. Na pós-graduação, as retaliações às mães se mostram frequentes, e os casos supracitados são pequenas amostras do que ocorre cotidianamente. As acadêmicas que optam pela maternidade enfrentam maior hostilidade, porque, supostamente, não estão plenamente alinhadas à lógica da produtividade acadêmica. Federici (2023, p. 51) nos auxilia a pensar a questão:

Em muitas ocupações, a conformidade com um modelo de gênero “feminino” já equivale a uma desvalorização de si, pois – passando pelo contexto acadêmico, por galerias de arte e laboratórios de computação – o capitalismo precisa de uma força de trabalho que não seja marcada pelo gênero.

6.2 MATERNIDADE E O CONTROLE DO FEMININO: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

A concepção de família carrega consigo valores morais, religiosos, econômicos e políticos, além de ser também um dos pilares do modo de produção capitalista. Isso quer dizer que a família nuclear está diretamente relacionada com a manutenção desse sistema, pois representa a institucionalização da divisão sexual do trabalho e a disciplinarização dos corpos (Federici, 2019). Sob essa lógica, a maternidade é, portanto, um dispositivo de controle que atua predominantemente sobre os corpos das mulheres cisgênero. Vale a ressalva de que, como lemos em Angela Davis (2016) e Silvia Federici (2023), tanto a imposição quanto a interdição da maternidade são problemáticas, porque negam o direito de escolha sobre o próprio corpo. Dito de outro modo, quando se é socialmente reforçado que se deve ou não ter filhas/os, a autonomia e o desejo da mulher não são considerados.

Embora discursos defendam a ideia de que o cuidado com a prole é inato, a História e as Ciências Humanas como um todo vão na contramão. Moura e Araújo (2004) argumentam que a maternidade é atravessada pela cultura e por valores sociais, de modo que são observáveis inúmeras variações ao longo dos séculos e entre os povos. Em termos simplistas, isso significa que o seu exercício é mutável e passível de múltiplos atravessamentos. No mais, o amor materno, como uma característica feminina, é uma suposição relativamente recente no Ocidente, utilizado para fins de dominação. A esse respeito Badinter (1985, p. 2) comenta:

O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da

evolução social desde princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconômicas da história.

Uma importante transição paradigmática se deu com a ascensão da burguesia e, conseqüentemente, de sua ideologia durante o século XVIII. Moura e Araújo (2004) apontam para a mudança de foco da vigilância social, que antes estava sobre a autoridade paterna e passou a destacar o amor materno. Foi estabelecida uma relação direta entre o imperativo de amor e o bom desempenho da maternidade, ou seja, para ser reconhecida como uma “boa mãe” era indispensável amar as/os filhas/os. Aqui cabe a observação de Federici (2019) segundo a qual o que comumente é difundido como amor consiste na execução de trabalho sem remuneração. A determinação insurgente se voltava, na verdade, à necessidade de redução das taxas de mortalidade infantil, ou seja, se mais cuidadas, as crianças teriam melhores chances de sobrevivência e, conseqüentemente, de se tornar adultos funcionais e integrar a massa trabalhadora.

Estudiosas como Mary del Priore (1995) e Margareth Rago (1997) discutem a questão da maternidade em suas obras, descrevendo as especificidades brasileiras. Com base nisso, é interessante pontuar que mesmo em contextos históricos diversos, as mulheres sempre exerceram funções de manutenção da vida, sendo diretamente culpabilizadas por possíveis falhas ou fracassos no desenvolvimento físico, moral e/ou mental daquelas/es por quem eram responsáveis.

Não se pode perder de vista também que, em decorrência da colonização e da escravidão, as relações e as experiências das mulheres negras e indígenas com a maternidade não são hegemônicas. Frequentemente impedidas de cuidar de suas próprias famílias, eram encarregadas de criar as/os herdeiras/os das elites econômicas. Ainda hoje, certas disparidades se mantêm, de modo que a ama-de-leite de outrora agora se apresenta na figura da babá, por exemplo. O que queremos explicitar é que, em virtude do racismo, as vivências da maternidade não eram e não são equivalentes entre os diferentes grupos étnico-raciais, por isso é imprescindível ter atenção às interseccionalidades (Segato, 2006).

As transformações ideológicas, políticas e econômicas das últimas décadas não romperam completa e definitivamente com os estereótipos de mãe, esposa e “do lar”, que permanecem atributos às mulheres, gerando sobrecarga física e mental. O mercado de trabalho, por sua vez, estabelece exigências de alta performance, rendimento e competitividade. Isso quer dizer que, conforme advertem Federici (2023) e Saffioti (2013), a mulher é duplamente

explorada, pois o seu corpo é tido como uma máquina de produção e reprodução, funções fundamentais e indispensáveis à manutenção do modelo capitalista de produção.

6.3 MATERNIDADE, TRABALHO E OUTROS ATRAVESSAMENTOS

Não se preocupar com as tarefas domésticas é um privilégio predominantemente masculino, visto que são as mulheres, quase sempre compulsoriamente, que delas se ocupam. Pimenta (2020) pontuou que, durante a pandemia de Covid-19, a produtividade científica feminina apresentou um declínio significativo; o mesmo não ocorreu com os cientistas homens, que continuaram com o seu ritmo laboral habitual, ainda que em ambiente domiciliar. É provável que algo similar tenha acontecido com profissionais de outras categorias que também passaram a trabalhar remotamente em virtude do isolamento social. Uma possível explicação é que, mesmo diante de cenários catastróficos, o cuidar continuou a ser obrigação de quem sempre o fez.

Questões referentes à parentalidade, sobretudo à maternidade, raramente são pautadas em contextos profissionais. Isso evidencia que o cuidado com a prole ainda hoje é tratado como um assunto particular, associado às mulheres, tendo em vista a divisão sexual do trabalho e a separação entre os espaços público e privado. Desse modo, os homens tendem a não se ocupar das/os filhas/os, afinal isso não os impacta diretamente e, por vezes, nem indiretamente. Durante a realização das entrevistas, notou-se que, mesmo entre as pós-graduandas que não eram mães, a temática reverberava de algum modo, porque todas testemunhavam a realidade de suas colegas e professoras que se desdobravam em múltiplas jornadas, dentro e fora de seus lares.

Os tensionamentos entre a maternidade e as aspirações profissionais não são novidades no Ocidente, considerando-se as transformações que se deram nas esferas políticas, sociais e econômicas a partir da segunda metade do século XX. Nesse período, ocorreram inserção massiva de mulheres no mercado de trabalho, maior acesso à escolarização e popularização de métodos contraceptivos, conforme realçam Rodrigues e Morais (2021). Isso quer dizer que o casamento, o cuidado com a casa e a dedicação integral às/aos filhas/os – que antes eram imposições sociais e destino óbvio para quase todas – se tornaram, teórica e supostamente, facultativas.

No espaço acadêmico, a maternidade também tem as suas implicações. De acordo com Schiebinger (2001), por um tempo considerável constituir família era visto como negativo, e até mesmo inviável, para aquelas que desejavam se estabelecer como cientistas e intelectuais

reconhecidas e respeitáveis, o que as levava, por vezes, a abdicarem de possíveis desejos ou dedicarem esforços na tentativa de minimizar os impactos de suas escolhas. A autora oferece pistas de como isso se dava:

O objetivo destas mulheres era ter filhos sem a licença maternidade, sem uma pausa na produtividade, sem parecer ser diferentes de seus colegas homens. Isto foi feito com um alto custo para elas próprias e seus parceiros, dentro de instituições estruturadas para suprimir estas coisas. As mulheres relatam que continuam a produzir ensaios científicos no ritmo esperado, eliminando quase todo o resto a não ser trabalho e família (Schiebinger, 2001, p. 187).

A autora compartilha que se submeteu a essa mesma lógica quando optou por vivenciar as suas duas gestações em períodos de pausa da pesquisa. Uma leitura possível da situação é que a insegurança em abordar esse e outros assuntos considerados íntimos no contexto de trabalho está relacionada ao medo de ser tomada como pouco profissional e, portanto, inadequada e dispensável. É possível pressupor que para sermos consideradas aptas ao desempenho de determinadas atividades laborais, precisamos nos aproximar do que é socialmente reforçado como masculino, pois, como descreve Saffioti (2019), vivemos em uma sociedade logo-falocêntrica¹⁰.

Dias Jr. e Verona (2016) ressaltam que ainda hoje, mesmo com a conquista de direitos trabalhistas em empregos formais, os entraves entre carreira e maternidade estão postos, porque prevalecem as desigualdades de gênero. Isso significa que ser mãe também é prejudicial, tanto profissional quanto financeiramente, para as mulheres com maior escolaridade, como é o caso das acadêmicas, que dedicam grande parte de suas vidas à formação, à pesquisa e ao trabalho intelectual.

A queda da taxa de fecundidade é um fenômeno decorrente das demandas do mercado de trabalho e culmina em mudanças sociais significativas, como o desequilíbrio demográfico, por exemplo. Ademais, cargos competitivos frequentemente fazem com que as mulheres abdicuem da maternidade ou adiem o desejo de ser mães. No caso da construção de carreiras científicas e de docência no ensino superior, há que se considerar algumas particularidades, como quantidade excessiva de trabalho, baixo e/ou incerto retorno financeiro, ausência de seguridade social nas etapas de mestrado e doutorado, e por aí vai.

No mais, é importante destacar que os direitos reprodutivos não são garantias para todas as pessoas que gestam, porque o patriarcado capitalista de supremacia branca determina quais grupos podem e em quais condições devem se reproduzir. Silvia Federici (2023) e Angela

¹⁰ Algo como “racionalidade fálica”, ou seja, o poder do discurso científico baseado na razão e produzido por homens.

Davis (2016) recorrem à história para apontar fatos que ilustram a dinâmica. Sob os regimes escravocratas nas Américas, as mulheres negras eram tratadas como reprodutoras, sendo frequentemente forçadas a se separarem de suas/seus filhas/os ainda pequenas/os, que eram comercializadas/os como objetos. Outro exemplo, datado do século passado, se refere à esterilização compulsória de mulheres negras e latino-americanas no estado da Carolina do Norte (Estados Unidos). Isso se dava como uma estratégia de controle de natalidade. Em ambos os cenários, o que estava em jogo era o domínio sobre os corpos e a sexualidade de pessoas subalternizadas.

No Brasil, isso ainda se dá a ver de diferentes maneiras, dentre as quais o temor da violência, que desmotiva as mulheres negras a vivenciarem a maternidade. Passos (2023) discorre sobre o assunto, destacando o sofrimento psicossocial de mães que perderam as/os filhas/os em conflitos policiais. Para além disso, Saraiva e Campos (2023) apontam também que as mulheres pretas são as que mais sofrem com a violência obstétrica e com a precariedade na assistência em saúde materno-infantil.

O que pretendemos demarcar, em linhas gerais, é que a garantia de direitos reprodutivos é também uma pauta antirracista e, necessariamente, de justiça econômica. Pensar a questão em sua intersecção com a pós-graduação *stricto sensu* e a ciência, como um todo, é uma forma de reivindicar a inserção e a permanência de mães na universidade e, conseqüentemente, em outros espaços de poder.

6.4 A MATERNIDADE E AS TRABALHADORAS DA CIÊNCIA

Diversas provocações contidas no livro *O feminismo mudou a ciência?* (2001) ainda se fazem pertinentes e instigadoras. O capítulo intitulado “Ciência e vida privada” aponta o modo pelo qual questões referentes à vida pessoal de cientistas mulheres, como casamento e experiência da maternidade, tendem a provocar consequências negativas no âmbito profissional. Isso se deve, em grande medida, às desigualdades decorrentes da divisão sexual do trabalho, conforme debatemos anteriormente.

Para os homens heterossexuais, a vida familiar traz diversos benefícios, incluindo possibilidade de maiores ganhos financeiros, mais tempo de vida e ascensão profissional. Já para as mulheres, ocorrem conflitos na conciliação entre as diferentes esferas de sua vida. Isso porque o auge do potencial reprodutivo feminino é concomitante com o período no qual, ideal e supostamente, deveria ocorrer maior investimento na carreira. Diante disso, Schiebinger

(2001) nos ajuda a pensar de que maneira a ciência e, mais propriamente o ambiente acadêmico, alterou a relação das mulheres com o trabalho e com a família.

A maternidade é um atravessamento altamente complexo, considerada a pressão externa, por vezes internalizada, para que as mulheres tenham filhas/os e, ao mesmo tempo, se coloquem competitivamente no mercado de trabalho, com a obrigatoriedade de cumprir ambas as tarefas com máxima dedicação e excelência. Em contrapartida, os homens podem e, de acordo com a opinião de grande quantidade de pessoas, devem priorizar o seu sucesso profissional e financeiro, já que demandas familiares são delegadas às suas parceiras e demais mulheres de suas vidas. É comum, até mesmo, que as companheiras de intelectuais renomados sejam vistas como suas “auxiliares”, ou seja, aquelas que cuidam de todos os pormenores da vida cotidiana para que os seus maridos possam se ocupar do trabalho produtivo, que é tido como o que de fato importa.

Em outras palavras, elas são colocadas nos papéis de coadjuvantes, as que atuam nos bastidores, para que os homens possam dominar a cena pública. Isso pode ser observado na política, nas artes, na academia e em outros espaços de poder, onde mulheres geniais e talentosas são costumeiramente ofuscadas, diminuídas ou, na melhor das hipóteses, têm os seus trabalhos atribuídos ao brilhantismo de seus parceiros, de modo a não receberem os créditos. A título de exemplo, no contexto artístico, merece menção a escultora francesa Camille Claudel, que tem a sua imagem associada ao seu mestre Auguste Rodin, com quem se relacionou amorosamente. O seu talento é ainda hoje questionado e invisibilizado pelo machismo, e ela é mais conhecida como “amante de Rodin” do que por suas obras. Vale lembrar que a sua história de vida é marcada por violências e tragédias, dentre as quais a sua morte, que ocorreu no hospital psiquiátrico onde esteve enclausurada por quase 30 anos (Souza, 2017).

6.5 PESQUISADORAS E MÃES – INFORMAÇÕES DE UMA INCURSÃO

Conforme destacado anteriormente, das 156 pós-graduandas que compuseram a amostra, 37 (23,8%) eram mães. Dentre as seis entrevistadas, três tinham uma/um filha/o cada uma, e as idades das crianças variavam entre dois e cinco anos. Na literatura consultada, não foram encontrados dados precisos acerca do percentual de mães que fazem parte dos programas pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas brasileiras. No geral, as informações são restritas, mas apontam para as dificuldades enfrentadas pelo grupo, das quais se destaca a alta demanda por produtividade em detrimento do tempo despendido com o trabalho reprodutivo e de cuidado. Merece destaque uma iniciativa nacional, organizada por cientistas que também

são mães, pais ou responsáveis, intitulada de *Parent in Science* (PiS), cujo objetivo é pautar as interfaces entre ciência e parentalidade.

Já pontuei anteriormente que as pós-graduandas mães que conheço me inspiraram a discutir a questão com mais atenção e criticidade. Pelo que acompanho de suas trajetórias, percebo a importância de se ter uma rede de apoio pessoal e institucional, o que nem sempre acontece. Mais da metade das pós-graduandas da amostra, que somaram 79 (50,6%) respostas, não souberam informar sobre políticas de suporte a parentalidade em suas respectivas universidades; já 45 (28,8%) afirmaram que os seus *campi* contavam com creches ou auxílios, e 32 (20,5%) responderam em negativa.

Entre as pesquisadoras entrevistadas, apenas Matilde usufruiu, durante a graduação, de uma política de assistência estudantil ligada a essa demanda; ela não soube responder com exatidão se a medida contemplava a pós-graduação. Sobre as outras duas que também são mães, uma afirmou desconhecer iniciativas dessa natureza na instituição à qual está vinculada, e outra compartilhou que, ao menos em seu *campus*, não havia nenhum apoio para mães, pais e/ou responsáveis. Isso quer dizer que na época das entrevistas, ou seja, no primeiro semestre de 2023, nenhuma delas contava com apoio institucional para o cuidado de suas crianças, por ausência de políticas específicas e/ou por desconhecimento. Sobre as redes de apoio externas, duas delas me disseram dispor de algum respaldo familiar, de amigas/os e/ou da escola. A situação de Matilde, no entanto, tinha particularidades, considerando que a sua família de origem vive em outro país, e a de seu companheiro, em um estado de outra região do Brasil. Quando perguntei a respeito da organização de sua rotina, relatou-me um grande desgaste, pois, além das atividades da pós-graduação, ela tinha outro trabalho.

Cabe ressaltar que Lélia, Matilde e Nise estavam vinculadas a universidades e a áreas do conhecimento distintas, além de apresentarem características pessoais bastante diferentes umas das outras. Elas eram diversas em seus aspectos étnico-raciais, culturais, linguísticos e regionais, além de terem vivências maternas singulares. O ponto em comum é que a maternidade compôs as suas experiências como pesquisadoras em formação, provocando transformações em suas vidas e, conseqüentemente, em suas carreiras.

Os relatos evidenciaram que, ainda hoje, a maternidade é considerada um empecilho para o desenvolvimento acadêmico e profissional pleno. Tal ideia é, por vezes, reforçada, implícita ou explicitamente, por professores/as e outras figuras de poder, com a intenção de priorizar a produtividade científica acima de quaisquer outros interesses ou desejos pessoais. Reforçamos que a maternidade tangenciou os discursos de todas as mulheres entrevistadas, que notavam as dinâmicas institucionais sobre a questão. Os depoimentos de

Matilde e Nise, particularmente, trouxeram denúncias nesse sentido, visto que ambas foram, ainda que diferentes maneiras, vítimas de machismo por serem mães.

6.6 RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS, VIOLÊNCIAS E A PRODUÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE PESQUISADORAS EM FORMAÇÃO

Durante o exame de qualificação, uma integrante da banca fez colocações extremamente importantes sobre os relatos de assédio partilhados pelas entrevistadas. Em linhas gerais, ela pontuou que situações que expressam, de modo abusivo, a assimetria de poder existente nas relações entre discentes e docentes contrariam diversos dos princípios éticos e políticos dos espaços de produção de conhecimento. Em virtude disso, tais violências poderiam e, idealmente, deveriam ser expostas às instâncias superiores das universidades e/ou judiciais para que fossem tomadas as medidas cabíveis. Todas as pessoas presentes concordaram com a necessidade de quebra do silêncio. No entanto, o que ocorre com frequência é que as vítimas se calam por temerem possíveis retaliações, visto que, além de aspectos estruturais, como gênero, raça e classe social, existe a dimensão institucional, que impõe a sua própria hierarquia, de forma que as vítimas, quase sempre, estão em posições de desvantagem. Em outras palavras, o que queremos dizer é que a conjuntura comumente é desfavorável às/aos abusadas/os, considerando que os abusadores/as se utilizam, direta ou indiretamente, de seus privilégios para promover o medo.

Sobre isso, transcrevemos trechos da fala de uma das entrevistadas que sofreu racismo, machismo e xenofobia por parte de um dos professores de seu programa de pós-graduação, mas que não se sentia confortável para expor a situação à ouvidoria da instituição de ensino:

[...] Como que eu vou mexer com um cara desses que é coordenador do programa [de pós-graduação]? Tudo o que eu preciso, eu tenho que mexer com coordenação do programa, né? [...] Você fica de mãos atadas. Você não consegue fazer nada, né? E aí, essas injustiças vão acontecendo. [...] Então, eu não me sinto segura e eu sinto que agora que eu já estou terminando as disciplinas é um alívio, porque aí você não tem que lidar com essas personalidades, né? (Maria Beatriz, 2023).

Com o propósito de defender a ideia de que não se trata de um fenômeno isolado e pontual, citamos dois exemplos relativamente recentes. O primeiro caso envolveu um pesquisador brasileiro que, em 2021, após vários anos de práticas violentas, foi denunciado por assédio moral e sexual. As vítimas ouvidas eram predominantemente mulheres, estudantes de graduação ou de pós-graduação que em algum momento de suas trajetórias foram orientadas

pelo acusado. A insegurança delas em denunciar estava ligada, grande parte das vezes, a possíveis represálias, como cortes de bolsas e exclusão em projetos ou artigos científicos. A situação veio a público devido ao apoio de integrantes da comunidade acadêmica que se posicionaram abertamente contra o docente.

O segundo caso, por sua vez, é internacional e data de 2023, quando um renomado sociólogo europeu foi acusado de assediar moral e sexualmente pesquisadoras com as quais realizou algum tipo de trabalho ao longo de sua carreira. Ele também apresentava comportamentos de abuso de poder e realizava o que é denominado “extrativismo intelectual”, que consiste na apropriação do trabalho acadêmico de outras pessoas. Cabe pontuar que parte das mulheres que o acusaram era proveniente de países latino-americanos, ou seja, a questão também possui dimensões étnico-raciais. Tendo em vista o prestígio do assediador, a denúncia reacendeu a discussão sobre as lógicas de dominação prevalentes na comunidade científica.

Em ambos os casos, os homens brancos e supostamente heterossexuais, ao menos a princípio, negaram com veemência as acusações e disseram se tratar de perseguição política e ideológica.

Os dois exemplos, assim como a fala da entrevistada, evidenciam que a violência psicológica, ancorada em ameaças e intimidações, implícitas ou explícitas, é uma tática de controle, produzindo medo e diminuindo as possibilidades de resistência entre as vítimas. Diante disso, lançamos mão da hipótese de que tanto o assédio moral quanto o assédio sexual se respaldam, necessariamente, na violência psicológica, com a intenção de gerar ou reforçar vulnerabilidades. Michel Foucault (2001) adverte que todo poder traz consigo um bojo de contrapoder, caso contrário se configura como um ato violento. Em outras palavras, a violência, em todas as suas expressões, consiste em um artifício injusto e covarde, pois limita ou interdita uma possível reação de quem é por ela acometida/o. Quando, no início deste trabalho, destacamos que nós mulheres somos subjetivadas por meio da violência, estamos tratando desse dispositivo disciplinar que almeja adestrar os corpos e, conseqüentemente, produzir assujeitamento.

Os casos citados esbarram tanto em aspectos étnico-raciais, discutidos no desenvolvimento do texto, quanto financeiros, que trazem à tona outra disparidade, posto que as vítimas estavam, ao menos no primeiro exemplo, em evidente situação de desvantagem socioeconômica, considerando o poder de corte de bolsas. Referente a isso, Federici (2023, p. 45-46) nos ajuda a pensar a dimensão estrutural do assédio sexual:

mulheres são criadas para serem abusadas sexualmente pelas condições econômicas nas quais a maioria de nós é obrigada a viver. Evidentemente, se as mulheres

ganhassem salários mais altos, se as garçonetes não dependessem de gorjetas para pagar o aluguel, se os diretores e produtores de cinema não decidissem o futuro das jovens que recorrem a eles em busca de trabalho, se pudéssemos deixar relacionamentos abusivos ou empregos nos quais somos sexualmente assediadas – aí, sim, veríamos uma mudança. Mas, essa não é a realidade da maioria das mulheres.

Em tempo, cabe pontuar que, assim como as mulheres envolvidas nos exemplos mencionados e uma parcela significativa das participantes deste estudo, diversas colegas e outras pesquisadoras em formação, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, já se sentiram, ao menos uma vez, psicologicamente violentadas, assediadas e/ou vulnerabilizadas no ambiente acadêmico. Este trabalho, portanto, é, antes de qualquer coisa, uma denúncia e um ato de insubmissão.

6.7 O QUE É VIOLÊNCIA?

Conforme descrito anteriormente, partimos do pressuposto de que a violência é a imposição de uma força ou de um poder, concreto ou simbólico, que limita ou não dá margem à resistência. Para além disso, é importante destacar que se trata de um fenômeno social, que atravessa a experiência humana desde os seus primórdios. Parece coerente a ideia de que é uma expressão de poder histórica e culturalmente perpetrada pelas gerações. Bernaski e Sochodolak (2018) sublinham que corresponde a uma produção e reprodução, tanto do Estado quanto da sociedade, de modo a se fazer presente nos mais diversos contextos. Em outras palavras, isso quer dizer que a violência possui dimensões macro e microestruturais, ou seja, as suas dinâmicas organizam a sociedade de classes, além de permear o cotidiano, em suas minúcias, determinando papéis e posições hierárquicas nas relações interpessoais.

A violência pode ser experienciada concreta e/ou simbolicamente, individual ou coletivamente, atingindo aspectos físicos, sexuais, psicológicos, emocionais, financeiros, patrimoniais etc. de uma pessoa ou de todo um grupo. Para melhor apropriação da noção, recorreremos novamente a Saffioti (2015) que, em linhas gerais, afirma que ela consiste na ruptura da integridade de alguém.

Marilena Chauí (1985) descreve que a violência transforma as diferenças em desigualdades, e esse é um ponto crucial para a composição desta discussão, posto que a entendemos como uma estratégia de manutenção de poder. Em seus variados contornos e manifestações, a violência estabelece uma evidente assimetria entre quem a provoca e quem a sofre. Se pensarmos em dispositivos que estruturam a sociedade de classes, tais como o racismo e o patriarcado, a sua lógica de funcionamento se torna ainda mais explícita. Utilizando o

racismo para melhor ilustrar, sabemos que a branquitude, ao longo dos séculos, tem dele se beneficiado, como argumenta Cida Bento (2022). Isso quer dizer que a manutenção de privilégios de determinado grupo étnico-racial, no caso das pessoas brancas, está diretamente relacionada às desigualdades e violações vivenciadas pelas não brancas. Essa mesma dinâmica de poder se aplica a outras minorias, como mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, por exemplo.

6.8 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A cartilha da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (2022) descreve que a violência de gênero abarca agressões físicas, sexuais, psicológicas e/ou simbólicas associadas à identidade de gênero da vítima. Além disso, podemos tomar emprestada a seguinte definição:

Violência de gênero pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus-tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (Kronbauer; Meneghel, 2005, p. 696).

O artigo 5º da Lei n. 11.340/2006, popularmente conhecida por Lei Maria da Pena, destaca que se trata de “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006). Em linhas gerais, a expressão “violência de gênero” consiste na ampliação da ideia de “violência contra a mulher”, e isso se deve ao fato de que o conceito de “gênero” é mais inclusivo em termos legais, contemplando pessoas travestis e transexuais.

Não é raro que se tomem por equivalentes as noções de violência de gênero e violência doméstica, considerando que, de acordo com os dados do *Datafolha* (2023), o ambiente familiar figura entre os principais espaços de reprodução de violências contra mulheres e crianças. As estatísticas denunciam que uma a cada cinco brasileiras é ou já foi vítima de violência dentro de suas próprias casas. É importante não perder de vista, no entanto, que a violência de gênero, assim como o racismo e a opressão de classes, tem um caráter estrutural, o que a faz estar presente em todos os espaços, sejam privados, sejam públicos. Isso significa que os agressores podem ou não ser próximos das vítimas, de modo a abarcar parceiros íntimos, familiares, amigos e até mesmo colegas de trabalho, chefes, professores e outros.

No que se refere aos aspectos históricos do fenômeno, Saffioti (2015) prioriza o debate acerca do contexto nacional e nos convida a problematizar o gênero como um marcador hierárquico das relações. Dentre as provocações feitas pela autora, nos é apontado que a violência praticada contra as mulheres no Brasil tem raízes coloniais e escravocratas, sem deixar

de se moldar às transformações econômicas. Em seu texto, a sociedade brasileira é descrita como responsável e conivente com as violações cometidas contra grupos não hegemônicos. Para respaldar a afirmação, mencionamos a popularização do mito de democracia racial, que romantiza a miscigenação em uma tentativa de ocultar que, na verdade, a constituição étnico-racial do povo brasileiro está intimamente relacionada aos estupros cometidos pelos colonizadores contra as mulheres negras e indígenas. Djamila Ribeiro, em “O que a miscigenação tem a ver com a cultura do estupro?”, capítulo que integra o seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018), afirma que no Brasil existe uma cultura do estupro, destacando que, ao longo de toda a história nacional, as mulheres negras são as maiores vítimas desta e de outras violências. Vale lembrar que atualmente esse é o grupo que mais sofre com a violência doméstica (Datafolha, 2023).

Saffioti (2015) estabelece uma relação direta entre o sentimento de impotência e os atos de violência, descrevendo que os homens, quando se sentem enfraquecidos de alguma forma, apelam para estratégias extremas de dominação, causando danos às suas vítimas que, frequentemente, são mulheres e crianças. Em nosso entendimento, isso vai de encontro com o que é atualmente denominado “masculinidade frágil”, ou seja, quando se sentem inseguros no desempenho de certos papéis de gênero, os homens tendem a ser reativos. Simone de Beauvoir (1949/1980, p. 19) faz uma colocação que sintetiza o que aqui desejamos expressar:

Para todos os que sofrem de complexo de inferioridade, há nisso um linimento milagroso: ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do que o homem que duvida de sua virilidade. Os que não se intimidam com seus semelhantes mostram-se também muito mais dispostos a reconhecer na mulher um semelhante.

Apesar de não ser o foco desta pesquisa, é importante mencionar a ascensão e o fortalecimento de movimentos misóginos e machistas contemporâneos, que pregam a ideia de “dominação masculina” e ódio contra as mulheres, de maneira a reproduzir práticas de inferiorização, desrespeito e violência. Isso demonstra o quão distantes estamos do que desejamos em termos de equidade de gênero, além de que precisamos estar atentas/os e fortalecidas/os para fazer oposição a tais discursos.

6.9 VIOLÊNCIA, DESIGUALDADES SOCIAIS E OS PREJUÍZOS EM SAÚDE MENTAL

Dando continuidade à discussão, reforçamos a ideia de que a violência está intimamente ligada às assimetrias sociais. Para pensarmos os impactos das desigualdades na

saúde, de maneira a priorizar a saúde mental, é importante elucidar ao que aqui nos referimos. Para isso, compartilhamos o pensamento de Barata (2009, p. 12):

quando falamos em desigualdade social geralmente estamos nos referindo a situações que implicam algum grau de injustiça, isto é, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser e se manter sadio.

Considerando-se que as desigualdades sociais se relacionam diretamente com injustiças em termos de acessos – aqui enfatizamos os serviços de saúde –, é pertinente apontar a violência como um problema de saúde pública de nível global, tendo em vista o seu potencial de impactar as condições de vida de uma ou mais pessoas.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define que violência consiste no “[...] uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. Para além disso, é importante destacar a intencionalidade como um fator que caracteriza o ato violento e o difere de um acidente, por exemplo, como lemos em Saffioti (2019).

A revista *Pesquisa*, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em sua edição de maio de 2024, publicou uma entrevista com a socióloga e professora emérita da Fiocruz, Maria Cecília Minayo, que investiu esforços para pensar de quais formas a violência impacta a saúde de determinados grupos de pessoas. Apesar de não direcionar as suas investigações às especificidades que envolvem as mulheres, a sua leitura pode ser adaptada à nossa necessidade, já que a intelectual descreve que a violência tende a acarretar lesões, traumas físicos, agravos mentais e emocionais e, por vezes, até mesmo mortes. Isso quer dizer que a violência é responsável por reduzir, consideravelmente, a qualidade de vida de quem é por ela afetada/o, gerando novas e complexas demandas para a sociedade como um todo.

6.10 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Apesar de ter os seus agravos reconhecidos por órgãos oficiais do Brasil, dentre os quais o sistema de saúde e o Judiciário, a violência psicológica é ainda hoje invisibilizada e invalidada pelos discursos hegemônicos de forma geral. Quando se pensa na violência como um fenômeno socio-histórico, é comum nos atentarmos às situações extremas e concretas que são cotidianamente noticiadas e debatidas, como a violência física e a violência urbana, por

exemplo. Em outras palavras, é possível afirmar que é mais comum que sejam reconhecidos como atos violentos aqueles que provocam danos físicos ou materiais.

Por seu aspecto subjetivo, a violência psicológica é minimizada e relativizada, porém os seus efeitos geram prejuízos tão ou mais graves do que qualquer outra manifestação de violência (Abranches; Assis, 2011). É importante não perder de vista que as expressões violentas estão frequentemente articuladas entre si, ou seja, diferentes tipos de violência podem coexistir em uma mesma ação. Ousamos dizer que a violência psicológica permeia as demais manifestações violentas, considerando que todas ocasionam impactos subjetivos, ainda que de diferentes maneiras. Para facilitar o entendimento do conceito, segue uma definição possível.

toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio (Silva; Coelho; Caponi, 2007, p. 96).

Uma das dificuldades na identificação da violência psicológica e, consequentemente, na responsabilização de quem a pratica é que nem sempre ela se dá de maneira explícita. É bastante comum que se estabeleça sob aparência sutil e inofensiva, no cotidiano das relações, sem que as pessoas externas possam identificá-la como um problema. Por vezes, a própria vítima não percebe de imediato que está sendo violentada, necessitando de tempo e suporte para tomar ciência do que lhe ocorre ou ocorreu. Quando percebe, pode ter dificuldade de procurar ajuda, por, eventualmente, não ter provas que considere suficientemente contundentes.

Dentre as seis entrevistadas para esta pesquisa, cinco partilharam situações de violência psicológica que sofreram no contexto acadêmico, como assédio moral, desvalorização de seu trabalho, exposição, machismo, racismo e xenofobia. Entre as consequências relatadas, foram prevalentes os sintomas ansiosos que, de diferentes maneiras, provocaram certo afastamento do ambiente universitário. As pessoas que cometeram os atos violentos, na maior parte das vezes, exerciam as funções de professores/as, orientadores/as, coorientadoras/es e/ou coordenadores/as de curso, ou seja, ocupavam posições de privilégio em relação às suas vítimas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – A FOTOGRAFIA DE UM CENÁRIO

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. Perigo de mexer no que está oculto — e o mundo não está à tona, está oculto em suas raízes submersas em profundidades do mar. Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sangue. Sou um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo escondem outras – quais? talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no poço fundo.

(Clarice Lispector, 1999, p. 9)

Na minha idealização de graduanda, especialmente durante os anos iniciais, o título de doutora simbolizava para mim um dos mais altos níveis de intelectualização e, conseqüentemente, de integração e pertencimento ao espaço acadêmico. Não ousou fazer suposições sobre as/os demais tituladas/os, mas estou certa de que nada disso se aplica a mim e a minha realidade.

Sem negar a minha dose de vaidade, percebo que o discurso produtivista que impera na universidade provoca certo deslumbramento, sob a promessa de que nos será atribuído um valor diretamente proporcional ao nosso desempenho, seja ele medido por coeficiente de rendimento, publicações, participações em eventos, parcerias, internacionalizações ou qualquer outra métrica. A fantasia, contudo, não se sustenta, na medida em que somos exigidas/os cada vez mais e nunca atingimos os tais parâmetros de excelência. Somos sempre insuficientes e estamos aquém do esperado.

Na verdade, nem sabemos ao certo o que se espera, afinal não somos nós quem ditamos as regras desse jogo de poder e, não raras as vezes, nos esquecemos disso. Em vez de questionarmos e propormos outras maneiras de pensar e produzir conhecimento, desperdiçamos tempo e energia vital em tentativas frustradas de adequação. Nós somos as/os outras/os: mulheres, pretas/os, indígenas, pobres, LGBTQIAPN+, latinas/os. As outras. Os nossos marcadores sociais de diferença, invariável e inevitavelmente, reverberam no que produzimos e em como o fazemos.

Durante as investigações de iniciação científica e de mestrado, me dediquei a questões de gênero e sexualidade em suas interfaces com a afro-religiosidade. Pude, então,

testemunhar o encantamento e a alegria de mulheres que serviam às/aos orixás¹¹. O Candomblé é uma religião afro-brasileira que representa, ao menos em seu cotidiano íntimo e particular, a beleza do mundo e a força da natureza. Em contrapartida, discutir a produção social de sofrimento psíquico entre pesquisadoras em formação foi e tem sido um enorme desafio para mim, não apenas pelas mudanças teóricas e metodológicas que se fizeram necessárias, mas especialmente, por toda a implicação subjetiva que a tarefa tem me exigido. Se antes eu focava conhecer as liturgias, a mitologia e as magias das divindades iorubás pelos olhares amorosos de suas sacerdotisas, passei a me ocupar do contexto, por vezes dolorido e desencantado, de pessoas bastante semelhantes a mim. No entanto, as experiências se convergem em um ponto: todas as mulheres com quem tive o prazer e o privilégio de compartilhar as minhas incursões são absolutamente admiráveis. No cenário religioso ou acadêmico, é possível contemplar a força e o afeto que carregam em si, apesar de todos os pesares.

Iniciei o doutorado com a pretensão de identificar disparadores comuns de sofrimento psíquico entre pós-graduandas vinculadas a programas *stricto sensu* de universidades públicas brasileiras, priorizando as vivências de mestrandas e doutorandas. Talvez, com os resultados em mãos, imaginava eu, fosse possível formular estratégias de prevenção, cuidado e mitigação de agravos. Diante dos fatos observados, sinto-me ainda menor do que no início da jornada, porque uma pesquisa nada mais é do que um recorte no tempo e no espaço, a fotografia de um cenário.

Reconheço as limitações e as lacunas deixadas por este trabalho que contemplou uma pequena amostra de 156 pós-graduandas, das quais apenas seis foram entrevistadas. Considerando que em 2022, de acordo com o Censo da Educação Superior, o país contava com 312 instituições públicas e, em 2023, o número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* era de 6.979 (Brasil, 2024), a fotografia que obtivemos não chega nem mesmo a ser uma 3x4 de baixa resolução.

É preciso destacar ainda que as respondentes da pesquisa são majoritariamente cisgênero, brancas, jovens, heterossexuais, sem filhas/os, sudestinas e bolsistas de órgãos federais ou estaduais de fomento. Essas informações, mesmo que genéricas e superficiais, nos dão pistas para pensar que os avanços obtidos nas últimas décadas em termos de inserção não foram suficientes para atingir a equidade étnico-racial, de gênero e de classe social. Conforme pontuado no desenvolvimento do texto, massificação não é democratização. Democratização

¹¹ “Na tradição iorubana, cada uma das entidades sobrenaturais, forças da natureza emanadas de Olorum ou Olofin, que guiam a consciência dos seres vivos e protegem as atividades de manutenção da comunidade [...]” (Lopes, 2014, p. 217).

exige, dentre outras condições, que todas as pessoas tenham as suas singularidades reconhecidas e as suas necessidades supridas, pois só assim terão oportunidades equivalentes. Nós, mulheres, somos majoritárias no ensino superior, e, ainda assim, estamos em larga desvantagem, de diferentes maneiras. Em linhas gerais, a pesquisa se encerra com a constatação de que a produção social de sofrimento psíquico entre mestrandas e doutorandas está diretamente relacionada com as desigualdades sociais e com a perpetração de violências que atingem a todas nós, ainda que de distintas maneiras.

Nós, pesquisadoras em formação, sofremos com os prazos a serem cumpridos, os cortes de bolsas, as altas exigências de produtividade e por aí vai. Além disso, há todo um investimento de tempo e energia física e mental na construção de uma carreira acadêmica, sem qualquer garantia de retorno financeiro ou de reconhecimento. Mas, não se trata apenas disso. No processo de construção deste estudo, foi possível ter uma pequena dimensão de como se instaura a política do medo e da morte, que produz silenciamento, sofrimento psíquico e assujeitamento. Quando autoras/es como Silvia Federici (2023) e Ailton Krenak (2020b) apontam que o patriarcado capitalista de supremacia branca se impõe por meio da morte, concreta e/ou simbólica, de recursos naturais e de pessoas, estamos falando da aniquilação de subjetividades. Isso quer dizer que, utilizando-se de suas diferentes estratégias, o capitalismo, pareado aos discursos dominantes, investe esforços para nos tirar tudo o que somos e o que temos, incluindo os nossos conhecimentos, além de moldar o nosso pensamento, promovendo alienação e adestramento.

Como ocorre com as demais categorias profissionais, as/os trabalhadoras/es da ciência, em formação ou já formadas/os, estão cada vez mais expostas/os à precarização e à desvalorização. O imperativo de produtividade sufoca os processos criativos e faz com que a ciência perca, em maior ou menor grau, o seu caráter disruptivo e contestador.

Recorrendo a Paulo Freire (2013), afirmo que esta investigação é também sobre raiva e amor. Raiva por um sistema injusto e violento, que se infiltra em todos os espaços, inclusive naqueles que se pretendem revolucionários. Amor pela possibilidade de transformação, emancipação e empoderamento por meio da educação, da ciência, da arte e do cuidado. Esta pesquisa é sobre a dor de ser a outra na ciência e, portanto, descredibilizada e silenciada. É sobre o sentimento de insuficiência. Mas, também sobre coragem e enfrentamento. Não queremos que as nossas histórias e os nossos nomes se percam ou sejam apagados. Reivindicamos o direito de dizer e, sobretudo, de ter esperança. Lutamos para que em um futuro breve, a ciência e a universidade, como produtoras e reprodutoras de saber-poder, possam ser nossas aliadas.

Com o auxílio das mulheres que me acompanharam e compuseram esta jornada comigo, tive o entendimento de que ser mestra ou doutora é, sem sombra de dúvidas, um feito memorável, e não apenas como uma conquista individual, mas, principalmente, como uma vitória coletiva, tendo em vista todas as mulheres que, de algum modo, tornaram esta realização tangível.

Gosto de um ensinamento da Mãe Beata de Iemanjá que afirma que o papel é vulnerável aos efeitos do clima e do tempo, mas aquilo que Olorum¹² põe na nossa cabeça, permanece conosco. Uma interpretação possível diz da importância do conhecimento que faz sentido e faz sentir, que transforma e produz subjetividades. O saber que transcende os papéis, de celulose ou de poder, e se guarda em nós.

Sem querer parecer pretensiosa, ousou afirmar que o princípio ético que pautou esta pesquisa foi o partilhamento de conhecimento e de afeto. Como mulheres, podemos e devemos coletivizar as nossas ideias, as nossas dores, as nossas angústias, as nossas lutas e as nossas vitórias. Para além de suas contribuições teóricas, técnicas e/ou tecnológicas, as pós-graduandas que entrevistei – e acredito que boa parcela das demais – defendem a educação e a ciência como ferramentas efetivas de transformação, em prol de uma sociedade menos injusta e desigual.

Resistimos, apesar de todas as pedras no caminho. Vale ressaltar que, apesar de drummondiana, também sou cria do Sérgio Vaz. Aprendi que as pedras podem até não falar, mas são quebradoras de vidraças em potencial. Talvez seja esse o nosso movimento: utilizar as pedras do caminho para provocar rupturas e rachaduras nas barreiras que estão postas. Subverter. Sobrevivemos, mas lutamos pelo direito de viver e, mais do que isso, ansiamos por uma existência que seja movida pelo desejo e não pelo medo, pela potência e não pela violência. Lutamos pelo direito de dizer.

¹² “Literalmente, Dono do Céu; nome pelo qual é denominado preferencialmente no Brasil o Deus Supremo” (Prandi, 2014, p. 568). É necessário pontuar que, por vezes, aparece com o nome de Olodumaré ou Olofim.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Cecy Dunshee de; ASSIS, Simone Gonçalves de. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 843-854, 2011.
- AMARANTE, Paulo. Manicômio e loucura no final do século e do milênio. *In*: FERNANDES, Maria Inês Assumpção; SCARCELLI, Ianni Régia; COSTA, Eliane Silvia (org.). **Fim de século: ainda manicômios?** São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1999, p. 47-53.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, vol. I. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.
- BERNARDO, Teresinha. O Candomblé e o poder feminino. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2/2005, p. 1 – 21.
- BERNASKI, Joice; SOCHODOLAK, Helio. História da violência e sociedade brasileira. *Oficina do Historiador*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 43–60, 2018. DOI: 10.15448/2178-3748.2018.1.24181. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadahistoriador/article/view/24181>. Acesso em: 25 fev. 2025
- BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986>
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CASSAL, Luan Carpes Barros; GARCIA, Aline Monteiro; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 465-473, out./dez. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/8600/7451>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Várias autoras, **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, nº 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, pp.25-62; e GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 23, 1989, pp.163-175.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; DIALLO, Cintia Santos; CORDEIRO, Ana Luísa Alves. Por que cotas para negros e negras na pós-graduação? **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 107-123, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/498/498>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen. SARTI; Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5-15, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1389>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

COSTA, Everton Garcia da; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis Revista Latinoamericana**, Santiago, n. 50, p. 207-227, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682018000200207>

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani . São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS, Diretoria. **Censo da Educação Superior**. 2024.

DIAS JR, Cláudio Santiago; VERONA, Ana Paula. Maternidade e trabalho: algumas reflexões sobre mulheres em ocupações de nível superior. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 4, n. 7, p. 111-134, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.152>

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil**. São Paulo: Nupes, 1998. (Documento de Trabalho, 9).

EVANS, Teresa M. *et al.* Evidence for a mental health crisis in graduate education. **Nature biotechnology**, v. 3, n. 36, p. 282-284, 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nbt.4089>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele**: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo – v. 1. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FERNANDES, Sandra Michelle Bessa de. **Nise da Silveira e a saúde mental no Brasil**: um itinerário de resistência. 2015. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21426>. Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

FILLER, Luiz Nison *et al.* Caracterização de uma amostra de jovens e adultos em relação à prática de automedicação. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 6, n. 2, p. 415-429, 2020.

FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 401-416, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7769>

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO: dados e fontes. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil 4ª Edição (DataFolha/FBSP, 2023). Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/>. Acesso em 26 de fev. de 2025.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I** – Vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko; FERRER, Ana Luiza. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-84, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142014000100006>

Garrido Rodrigo Grazinoli, Rodrigues Rafael Coelho. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. **J Health Biol Sci**. [Internet]. 22º de junho de 2020 [citado 25º de fevereiro de 2025];8(1):1-9. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3325>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 350-367, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v12e222018350-367>

GONZÁLEZ, Lélia. O lugar da mulher negra na sociedade: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; RAMOS, Tânia; BORGES, Luciana (org.). **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016, p. 400-416.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo acadêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

HILST, Hilda. **Da poesia**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>

LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300016>

LIMA, Emanuel Fonseca. Racismo no plural: um ensaio sobre o conceito de racismos. *In*: LIMA, Emanuel Fonseca *et al.* (org.). **Ensaio sobre racismos: pensamento de fronteira**. São Paulo: Balão Editorial, 2019, p. 11-24.

LIMA, Letícia Silva; AROUCHE, Dryelle Souza; NUNES, Iran de Maria Leitão. Epistemologia feminista: repensando a ciência a partir das margens. **Kwanissa**, São Luís, v. 5, n. 13, p. 224-237, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n13.2022.35>

LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOPES, Nei. **Dicionário Escolar Afro-brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2014.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOUZADA, Rita de Cássia Ramos; SILVA FILHO, João Ferreira da. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, set./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300013>

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas: Unicamp, 1999.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.

MOSÉ, Viviane. **Toda palavra**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>

PASSOS, Rachel Gouveia. “**Na mira do fuzil**”: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

PATROCÍNIO, Stela. do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Organização e apresentação: Viviane Mosé. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, dos hospitais e na produção acadêmica. **Tessituras**, Pelotas, v. 8, supl. 1, p. 8-19, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/tes.v8i0.18900>

PONTALIS, Jean-Baptiste; LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise**. Santos: Martins, 2001.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RABASQUINHO, Cidália; PEREIRA, Henrique. Gênero e saúde mental: uma abordagem epidemiológica. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 25, n. 3, p. 439-454, 2007. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aps/v25n3/v25n3a10.pdf>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 24, p. 27-57, abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600/4156>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RATTS, Alex *et al.* **Beatriz**. 2015.

REIS, Ana Carolina; BLUNDI, Breno Alves dos Santos; SILVA, Eduardo Pinto. O desmantelamento da ciência brasileira no deliberado corte de bolsas: aspectos políticos e consequências psicossociais para estudantes de pós-graduação. **Muiraquitã**, Rio Branco, v. 8, n. 1, p. 371-393, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29327/210932.8.1-24>

REVEL, Judith. **Michael Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RISTOFF, Dilvo. A trajetória da mulher na educação brasileira. **Folha de São Paulo**, 8 mar. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0803200610.htm>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

RODRIGUES, Jaqueline Sobreira; MORAIS, Normanda Araujo de. Interação família-trabalho: um estudo sobre maternidade na pós-graduação. **Revista da SPAGESP**, v. 22, n. 2, p. 147-167, 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-359.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In*: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 17-46.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 139-161.

SANTANA, Bianca; ALMEIDA, Marco Antônio. Mulheres negras e o comum: memória, redes sociais e táticas cotidianas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 57-61, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/755/606>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas. **Gênero e saúde mental: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea**. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS – Araraquara – SP. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Cássio Miranda. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>

SANTOS, Fernanda Barros; SILVA, Sergio Luiz Baptista. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da Covid-19. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1847-1873, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68967>

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 7-32, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31232>

SANTOS, Luana Dias. Por um feminismo plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, Belém, n. 4, p. 225-238, 2022. Disponível: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13173/9119>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2025.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos; CAMPOS, Daniel de Souza. A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 9, p. 2511-2517, set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.05182023>

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Joan W. Experiencia. **Revista de Estudios de Género: La ventana**, Zapopan, v. 2, n. 13, p. 42-74, 2001. Disponível em: <https://revistalaventana.cucsh.udg.mx/index.php/LV/issue/view/69>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 50-83.

SEGATO, Rita. **O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Aline Pacheco *et al.* “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224/3816>. Acesso em 25 de fev. de 2025.

SILVA, Ana Carolina Pereira *et al.* A explosão do consumo de ritalina. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 11, n. 2, p. 44-57, 2012. Disponível em: <https://mail.revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/200/203>. Acesso em:

SILVA, Luciane Lemos; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan./abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>

SOUZA, Dominique Guimarães; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, p. 1-6, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

SOUZA, Emily Mel Fernandes. Camille Claudel: uma vida enclausurada. **Revista Inter-Legere**, Natal, v. 1, n. 21, p. 165-169, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2017v1n21ID13493>

SOUZA, Juliana Boanova; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Fome de quê? A [in]visibilidade de meninas e mulheres interdidas de atuarem na Educação das áreas Exatas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 27, e21069, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320210069>

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VALDÉS, Gina. **Puentes y fronteras: coplas chicanas**. Castle Lithograph, 1982.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 10, p. 309-344, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474/2350>. Acesso em: 25 de fev. de 2025.

VIANNA, Cristina; DINIZ, Gláucia. Gênero, feminismos e saúde mental: implicações para a prática e a pesquisa em Psicologia clínica. In: ZANELLO, Valeska; ANDRADE, Ana Paula Müller (Org.). **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014, p. 81-106.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. **Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília: CGEE, 2010.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 27, n. 3, p. 238-246, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

ANEXOQUESTIONÁRIO – PRIMEIRA ETAPA DA COLETA DE INFORMAÇÕES

Seção 1 – DADOS PESSOAIS

1 – Aceita participar da pesquisa?

- Sim
- Não

2 – Nome (não é necessário informar o nome completo):

3 - Caso ocorra a oportunidade, você deseja participar da etapa de entrevistas?

- Sim
- Não

4 - Se você escolheu a opção "sim" na questão anterior, por favor, deixe o teu contato (telefone e/ou e-mail, preferencialmente):

5 - A instituição de ensino superior à qual você está vinculada é:

- Pública (Estadual)
- Pública (Federal)

6 – Idade:

- Entre 20 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 45 anos
- Entre 46 e 50 anos
- Entre 51 e 55 anos
- Entre 56 e 60 anos
- Acima de 61 anos

7 - Qual é a tua identidade de gênero?

- Mulher cisgênero
- Mulher transgênero
- Travesti
- Não-binária

8 - Nacionalidade:

9 - Cidade/Estado de origem:

10 - Você mora na mesma cidade onde está localizada a instituição de ensino superior à qual você está vinculada?

- Sim
- Não

11 - Em qual cidade/estado você onde mora, atualmente?

12 - Em qual cidade/estado você estuda, atualmente?

13 - Como/com quem você mora?

- sozinha
- com minha/meu companheira/o
- com minha(s)/meu(s) filha/o(s)
- com a família de origem/parentes (mãe, pai, tia/o, primas/os, etc.)
- com amiga/o(s) - em república/pensionato/etc.
- na moradia estudantil da instituição de ensino
- outro

14 - De maneira geral, você se sente confortável, segura e acolhida no local onde mora?

- Sim
- Não
- Na maior parte do tempo, sim
- Na maior parte do tempo, não

15 - Você possui um ambiente silencioso, iluminado e tranquilo para estudar na tua casa?

- Sim
- Não
- Na maior parte do tempo, sim
- Na maior parte do tempo, não

16 - Raça/cor/etnia:

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Negra/Preta
- Parda

17 - Orientação sexual:

- Assexual
- Bissexual
- Heterossexual
- Lésbica
- Pansexual

18 – Estado civil

- Casada
- Divorciada/Desquitada
- Em uma união estável
- Solteira
- Viúva

19 – Número de filhas/os

- um
- dois
- três
- quatro
- cinco

- mais de cinco

20 - Você possui rede de apoio para o cuidado com a(s)/o(s) tua(s)/teu(s) filha(s)/(os)?

- Não tenho filhas/os
- Não
- Sim

21 - Independentemente da tua resposta na questão anterior, por favor, compartilhe conosco a tua experiência (ex: quem são as pessoas que formam a tua rede de apoio e de quais maneiras elas te apoiam. Ou, ainda, como é para você não ter uma rede de apoio, como você lida com isso, etc.):

22 - A instituição de ensino superior à qual você está vinculada possui creche ou alguma política de assistência para pessoas da comunidade acadêmica que possuem filhas/os (incluindo estudantes de graduação e pós-graduação, professoras/es, servidoras/es, etc.)?

- Sim
- Não
- Não sei informar

23 - Você possui alguma deficiência e/ou neurodivergência?

- Sim
- Não

24 - Se você respondeu “sim” no item anterior, por favor, marque o(s) tipo(s) de deficiência e/ou neurodivergência que você possui (é possível marcar mais de uma opção):

- deficiência auditiva
- deficiência física
- deficiência intelectual
- deficiência mental
- deficiência visual
- deficiência múltipla
- transtorno do espectro autista (TEA)
- Outro

25 - Caso você seja uma pessoa deficiente e/ou neuroatípica, a tua condição te causa algum prejuízo ou desvantagem no que se refere ao teu desempenho na pós-graduação?

- Sim
- Não

26 - Você possui alguma condição de saúde que é, de alguma maneira, prejudicial ao seu desempenho acadêmico? (ex: doenças que exigem tratamentos intensivos, doenças com tratamentos invasivos, doenças crônicas, etc.)

- Sim
- Não

27 - Se você respondeu "sim" no item anterior e se estiver confortável, por favor, compartilhe conosco informações sobre a tua condição de saúde ou médica e descreva de qual/quais maneira/s ela afeta o teu desempenho na pós-graduação:

Seção 2 – INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

28 - Em qual nível da pós-graduação você está?

- Mestrado
- Doutorado

29 - Em qual semestre/período do curso de mestrado/doutorado você se encontra?

- 1º semestre/período
- 2º semestre/período
- 3º semestre/período
- 4º semestre/período
- 5º semestre/período
- 6º semestre/período
- 7º semestre/período
- 8º semestre/período
- 9º semestre/período
- 10º semestre/período
- Outro

30 - A qual instituição de ensino superior você está vinculada, no momento?

31 - Grande área do conhecimento a qual pertence a tua pesquisa atual:

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais
- Ciências Humanas
- Engenharias
- Linguística, Letras e Artes

32 - Você recebe bolsa/financiamento de alguma instituição pública ou privada de fomento para realizar a tua pesquisa de mestrado/doutorado?

- Sim
- Não

33 - Se respondeu “sim” no tópico anterior, a tua bolsa de pesquisa é concedida por qual órgão de fomento?

- CAPES
- CNPq
- FAPESP
- Outro

34 - Em média, quantas horas por semana você dedica à pesquisa?

- Menos de 5 horas/semana
- Entre 5 e 10 horas/semana
- Entre 11 e 15 horas/semana
- Entre 16 e 20 horas/semana
- Entre 21 e 25 horas/semana
- Entre 26 e 30 horas/semana
- Entre 31 e 35 horas/semana
- Entre 36 e 40 horas/semana
- Mais de 40 horas/semana

35 - Para além da pós-graduação, você desempenha outras atividades laborais remuneradas (ainda que informalmente, como: revisões, tutorias, aulas particulares, etc.)?

- Sim
- Não

36 - Caso você tenha respondido "sim" no item anterior, quantas horas por semana você dedica a essas atividades laborais?

- Menos de 5 horas/semana
- Entre 5 e 10 horas/semana
- Entre 11 e 15 horas/semana
- Entre 16 e 20 horas/semana
- Entre 21 e 25 horas/semana
- Entre 26 e 30 horas/semana
- Entre 31 e 35 horas/semana
- Entre 36 e 40 horas/semana
- Mais de 40 horas/semana

37 - Você é contemplada por alguma política de permanência estudantil (moradia estudantil, auxílio alimentação, bolsas variadas, dentre outras)?

- Sim
- Não

38 - Se você respondeu "sim" no item anterior, descreva por qual/quais política(s) de permanência estudantil você é contemplada:

39 - Atualmente, qual/quais é/são a/s tua/s principal(is) fonte(s) de renda? (É possível marcar mais de uma opção)

- Bolsa de pesquisa
- Remuneração/salário de outro trabalho
- Renda proveniente de atividades informais
- Auxílios de permanência estudantil ofertados pela instituição de ensino
- Programas sociais de repasse de renda (ex: bolsa família)
- Suporte financeiro da família e/ou de amigas/os
- Outros

40 - Como você classifica a infraestrutura da tua instituição de ensino atual (bibliotecas, laboratórios, salas de aula, restaurantes universitários, moradia estudantil, etc.)?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

41 - Quanto tempo, em média, você gasta para se deslocar da tua casa até a instituição de ensino a qual você está vinculada e vice-versa? (contabilizar os percursos de ida e volta)

- Até 1 hora
- Entre 1 e 2 horas
- Entre 2 e 3 horas
- Entre 3 e 4 horas
- Entre 4 e 5 horas
- Mais de 5 horas

42 - Habitualmente, de que maneira você se desloca da tua casa até a instituição de ensino superior à qual você está vinculada? (É possível escolher mais de uma opção)

- Faço o trajeto andando
- De bicicleta
- Utilizo transporte público (ônibus, trem, metrô, etc.)
- Utilizo veículo particular (moto, carro, etc.)
- Utilizo veículo de aplicativos
- Outros

43 - A instituição de ensino superior à qual você está vinculada possui a acessibilidade de que necessitam pessoas com diferentes tipos de deficiência e/ou neurodivergência? (ex: rampas, elevadores, intérpretes de libras, audiolivros, etc.)

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não sei informar

Seção 3 – ASPECTOS SUBJETIVOS

44 - Como você classifica o teu desempenho acadêmico?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

45 - Descreve as tuas maiores habilidades em relação à pós-graduação?

46 - Descreva as tuas maiores dificuldades em relação a pós-graduação?

47 - Como você classifica a sua relação com a/o sua/seu orientador/a?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

48 - Como você classifica a tua relação com as/os colegas de pós-graduação?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

49 - Como você classifica a sua relação com a sua instituição de ensino, no aspecto geral?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

50 - Você considera que recebe o suporte material/financeiro necessário para se manter na pós-graduação?

- Sim
- Não

51 - Se você se sentir confortável, por favor, compartilhe conosco a tua experiência acerca do item anterior:

52 - Você considera que recebe o suporte emocional e psicológico necessário para se manter na pós-graduação?

- Sim
- Não

53 - Se você se sentir confortável, por favor, compartilhe a tua experiência acerca do item anterior:

54 - Você tem acesso a serviços de saúde mental (psicólogas/os, psicanalistas, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, etc.)?

- Sim
- Não

55 - Você possui histórico de sofrimento mental anterior ao teu ingresso na pós-graduação?

- Sim
- Não

56 - Atualmente, você se encontra em estado de sofrimento mental?

- Sim
- Não

57 - Se você se sentir confortável, por favor, comente a tua resposta do item anterior:

58 - Atualmente, você faz acompanhamento psicológico/terapia/análise?

- Sim

- Não

59 - Atualmente, você faz uso de medicamento(s) psicotrópico(s) (ansiolíticos, antidepressivos, antipsicóticos, anticonvulsivos, estabilizadores de humor, etc.)?

- Sim
- Não

60 - Você se sente física, psicológica e emocionalmente segura na tua instituição de ensino?

- Sim
- Não
- Parcialmente

61 - Se você respondeu “não” ou "parcialmente" na pergunta anterior, por favor, compartilhe conosco a tua experiência:

62 - Você considera que a pós-graduação influencia no teu estado psicológico (produzindo bem-estar ou mal-estar, por exemplo)?

- Sim
- Não
- Parcialmente

63 - Se você se sentir confortável, comente a tua resposta do item anterior:

64 - Você já cogitou ou ainda cogita interromper o seu curso de pós-graduação?

- Sim
- Não

65 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, descreva quais fatores geraram/geram tal pensamento?

66 - Você já precisou, de fato, interromper ou trancar o seu curso de pós-graduação?

- Sim
- Não

67 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, conte-nos quais fatores influenciaram nesta decisão e como foi ou está sendo essa experiência?

68 - Você já sofreu e/ou presenciou situações de machismo/misoginia na instituição de ensino superior à qual você está vinculada?

- Sim
- Não

69 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, compartilhe conosco parte da tua experiência:

70 - Você já sofreu e/ou presenciou situações de/assédio moral/sexual/outro na instituição de ensino superior à qual você está vinculada?

- Sim
- Não

71 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, compartilhe conosco parte da tua experiência:

72 - Você já sofreu e/ou presenciou situações de racismo (preconceito contra raça/cor/etnia) na instituição de ensino a qual você está vinculada?

- Sim
- Não

73 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, compartilhe conosco um pouco da tua experiência:

74 - Você já sofreu e/ou presenciou situações de LGBTfobia (preconceito relacionado com a tua orientação sexual e/ou identidade de gênero) na instituição de ensino a qual você está vinculada?

- Sim
- Não

75 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, compartilhe conosco parte da tua experiência:

76 - Você já sofreu e/ou presenciou situações de xenofobia (preconceito contra o seu estado e/ou país de origem) na instituição de ensino a qual você está vinculada?

- Sim
- Não

77 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, compartilhe conosco parte da tua experiência:

78 - Você já sofreu e/ou presenciou situações de capacitismo (preconceito relativo a deficiências e/ou neurodivergência) na instituição de ensino a qual você está vinculada?

- Sim
- Não

79 - Se você respondeu “sim” na questão anterior, por favor, compartilhe conosco parte da tua experiência: